



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

Eloide Teles Silva Grisi

PERCEPÇÃO DISCENTE DE UM PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU EM EDUCAÇÃO: impactos a partir dos desafios vivenciados durante o período pandêmico (2020-2022)

JOÃO PESSOA

2026

ELOIDE TELES SILVA GRISI

PERCEPÇÃO DISCENTE DE UM PROGRAMA DE PÓS-
GRADUAÇÃO STRICTO SENSU EM EDUCAÇÃO: impactos a
partir dos desafios vivenciados durante o período pandêmico
(2020-2022)

Tese apresentada ao Programa de Pós-
Graduação em Educação – PPGE como
requisito para obtenção do título de
Doutora em Educação pelo Centro de
Educação - CE da Universidade Federal
da Paraíba – UFPB.

Linha de Pesquisa: Políticas Educacionais

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Maria das Graças
Gonçalves Vieira Guerra

JOÃO PESSOA

2026

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

G869p Grisi, Eloide Teles Silva.

Percepção discente de um Programa de Pós-Graduação
Stricto Sensu em Educação : impactos a partir dos
desafios vivenciados durante o período pandêmico
(2020-2022) / Eloide Teles Silva Grisi. - João Pessoa,
2026.

133 f. : il.

Orientação: Maria das Graças Golçalves Vieira
Guerra.

Tese (Doutorado) - UFPB/CE.

1. Ensino superior - UFPB. 2. Políticas educacionais
- UFPB. 3. Pandemia - COVID-19. 4. Pós-graduação
Stricto Sensu em Educação. I. Guerra, Maria das Graças
Golçalves Vieira. II. Título.

UFPB/BC

CDU 378 (043)

ELOIDE TELES SILVA GRISI

PERCEPÇÃO DISCENTE DE UM PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU EM EDUCAÇÃO: impactos a partir dos desafios vivenciados durante o período pandêmico (2020-2022)

Aprovado em: 02 / 03 /2026.

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
 MARIA DAS GRACAS GONCALVES VIEIRA GUERRA
Data: 02/03/2026 10:14:54-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dr^a Maria das Graças Gonçalves Vieira Guerra
Orientadora (UFPB)

Documento assinado digitalmente
 CESAR RIBOLI
Data: 02/03/2026 11:49:33-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Cesar Riboli - Membro Externo
PPGDU-URI Câmpus de Frederico Westphalen/RS

Documento assinado digitalmente
 DANIEL PULCHERIO FENSTERSEIFER
Data: 02/03/2026 14:15:59-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Daniel Pulcherio Fensterseifer - Membro Externo
PPGDU-URI Câmpus de Frederico Westphalen/RS

Documento assinado digitalmente
 THIAGO PEREIRA DA SILVA
Data: 02/03/2026 12:52:49-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Thiago Pereira da Silva - Membro Externo
PPGENS - Universidade Federal do Vale do São Francisco (Univasf)

Documento assinado digitalmente
 JANINE MARTA COELHO RODRIGUES
Data: 03/03/2026 09:19:27-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dr^a Janine Marta Coelho Rodrigues
Membro Interno (UFPB)

Documento assinado digitalmente
 WILSON HONORATO ARAGAO
Data: 02/03/2026 15:46:03-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Wilson Honorato Aragão
Membro Interno (UFPB)

Agradecimentos

A Deus, doador da vida.

À minha amada família, aos docentes e colegas que com paciência e apoio estiveram presentes neste processo.

À minha querida orientadora Dra. Maria das Graças Gonçalves Vieira Guerra, que acreditou no meu projeto inicial e trouxe grandes contribuições a este trabalho, pois com muito amor e profissionalismo potencializou esta pesquisa.

Aos membros da banca.

As demais pessoas que, direta ou indiretamente, fizeram parte deste estudo.

O sonho da busca de uma educação superior inclusiva e com qualidade, há de continuar enquanto, tivermos como imagem de futuro, uma nação soberana, democrática, inclusiva, emancipatória e capaz de contribuir com a melhoria da qualidade de vida para todos.

Dilvo Ristoff

Resumo

Esta tese tem como objetivo geral avaliar a efetividade das políticas educacionais adotadas pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e pelo Programa de Pós-graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) no período da pandemia (2020-2022). Adotou-se uma abordagem qualitativa, classificando-se tal pesquisa, como exploratória, utilizando-se de estratégia bibliográfico-documental, caracterizando-se como estudo de caso aplicado, com aplicação de questionário aos discentes do programa. A partir dos resultados apresentados nesta tese, pode-se afirmar que, apesar das políticas adotadas pela CAPES terem sido fundamentais, ao considerar o contexto dos relatos dos discentes, não foram suficientes para eliminar os impactos causados pela pandemia sobre o sistema de educação superior e pós-graduação. Ao relacionar as quatro dimensões da análise *SWOT*, é possível compreender que a pandemia atuou como um catalisador de mudanças, ao mesmo tempo em que acentuou tensões já presentes no PPGE/UFPB, considerando os relatos dos discentes. Para tanto conclui-se que os estudos sobre eficácia das políticas implementadas neste marcante período devam despertar mais e mais interesse em novas pesquisas científicas nesta temática, com o intuito de trazer contribuição à sociedade. Estudos como este podem investigar, dar voz, tanto aos discentes como aos docentes e demais colaboradores envolvidos nas comunidades acadêmicas, em diferentes contextos e experiências, a fim de buscar a eficácia das políticas públicas educacionais implementadas ou não durante a pandemia, com vistas ao presente e ao futuro, avaliando seu impacto nos processos de aprendizagem, no bem-estar emocional e na equidade educacional, despertando novas possibilidades em diferentes cenários. Os desafios urgem e há muito para fazer enquanto profissionais da Educação. Que esta tese desperte novas pesquisas a fim de instigar melhorias contínuas em políticas educacionais aos cursos de pós-graduação, *stricto sensu*, espalhados em nosso continente e além das fronteiras.

Palavras-Chave: Políticas Educacionais, Pandemia COVID-19, Ensino Superior, Pós-graduação *Stricto Sensu* em Educação, UFPB.

Abstract

This thesis has the general objective of evaluating the effectiveness of the educational policies adopted by the Coordination for the Improvement of Higher Education Personnel (CAPES) and by the Graduate Program in Education (PPGE) at the Federal University of Paraíba (UFPB) during the pandemic period (2020-2022). A qualitative approach was adopted, classifying this research as exploratory, using a bibliographic-documentary strategy, characterized as an applied case study, with the application of a questionnaire to the program's students. Based on the results presented in this thesis, it can be stated that, although the policies adopted by CAPES were fundamental, considering the context of the students' reports, they were not sufficient to eliminate the impacts caused by the pandemic on the higher education and postgraduate system. By relating the four dimensions of the SWOT analysis, it is possible to understand that the pandemic acted as a catalyst for changes, while at the same time accentuating tensions already present at PPGE/UFPB, considering the reports of the students. Therefore, it is concluded that studies on the effectiveness of the policies implemented during this remarkable period should awaken more and more interest in new scientific research on this topic, with the aim of contributing to society. Studies like this can investigate and give voice to both students and teachers and other collaborators involved in academic communities, in different contexts and experiences, in order to seek the effectiveness of the educational public policies implemented or not during the pandemic, with a view to the present and the future, evaluating their impact on learning processes, on emotional well-being, and on educational equity, opening up new possibilities in different scenarios. The challenges are urgent and there is much to do as education professionals. May this thesis awaken new research in order to stimulate continuous improvements in educational policies for postgraduate courses, stricto sensu, spread across our continent and beyond the borders.

Keywords: *Educational Policies, COVID-19 Pandemic, Higher Education, Stricto Sensu Graduate Studies in Education, UFPB.*

Resumen

Esta tesis tiene como objetivo general evaluar la efectividad de las políticas educativas adoptadas por la Coordinación de Perfeccionamiento del Personal de Nivel Superior (CAPES) y por el Programa de Posgrado en Educación (PPGE) de la Universidad Federal de Paraíba (UFPB) en el período de la pandemia (2020-2022). Se adoptó un enfoque cualitativo, clasificándose dicha investigación como exploratoria, utilizando una estrategia bibliográfico-documental, caracterizándose como estudio de caso aplicado, con aplicación de cuestionario a los estudiantes del programa. A partir de los resultados presentados en esta tesis, se puede afirmar que, a pesar de que las políticas adoptadas por la CAPES fueron fundamentales, al considerar el contexto de los relatos de los estudiantes, no fueron suficientes para eliminar los impactos causados por la pandemia sobre el sistema de educación superior y posgrado. Al relacionar las cuatro dimensiones del análisis SWOT, es posible comprender que la pandemia actuó como un catalizador de cambios, al mismo tiempo que acentuó tensiones ya presentes en el PPGE/UFPB, considerando los relatos de los estudiantes. Para ello, se concluye que los estudios sobre la eficacia de las políticas implementadas en este período significativo deben despertar cada vez más interés en nuevas investigaciones científicas en esta temática, con el fin de aportar a la sociedad. Estudios como este pueden investigar, dar voz, tanto a los estudiantes como a los docentes y demás colaboradores involucrados en las comunidades académicas, en diferentes contextos y experiencias, con el fin de buscar la eficacia de las políticas públicas educativas implementadas o no durante la pandemia, con vistas al presente y al futuro, evaluando su impacto en los procesos de aprendizaje, en el bienestar emocional y en la equidad educativa, despertando nuevas posibilidades en diferentes escenarios. Los desafíos son urgentes y hay mucho por hacer como profesionales de la Educación. Que esta tesis despierte nuevas investigaciones con el fin de fomentar mejoras continuas en las políticas educativas de los cursos de posgrado, stricto sensu, repartidos en nuestro continente y más allá de las fronteras.

Palabras clave: *Políticas Educativas, Pandemia de COVID-19, Educación Superior, Estudios de Posgrado Stricto Sensu en Educación, UFPB.*

Lista de ilustrações

Figura 1 – Distribuição de chips entregues por região no período da pandemia COVID-19.....	61
Figura 2 – Distribuição dos elementos da análise SWOT.....	96

Lista de quadros

Quadro 1 – Levantamento de dissertações e teses publicadas nos repositórios da (CAPES) e da UFPB/PPGE entre os anos de 2020 e 2024, considerando palavras chaves: COVID- 19, Educação Superior, pandemia.....	21
Quadro 2 – Questionamentos prévios, desafios vivenciados pelos discentes dos cursos de pós-graduação, <i>stricto sensu</i> , PPGE/UFPB, ativos no período da pandemia COVID-19 (2020 – 2022).)	29
Quadro 3 – Pesquisa de satisfação referente a política de atendimento aos discentes da UFPB.....	66
Quadro 4 – Levantamento de dificuldades e recomendações, realizados pelos discentes do PPGE da UFPB, no período da pandemia.....	71
Quadro 5 – Resoluções emitidas pelo CE e que estão relacionados a regulamentações propostas no período remoto, planos de contingenciamentos da pandemia COVID-19.....	77
Quadro 6 – Relatos dos discentes relacionado ao acesso à internet, durante as aulas e atividades do curso, pós-graduação <i>stricto sensu</i> , no PPGE/UFPB, vivenciados no período da pandemia, COVID-19	84
Quadro 7 – Relatos dos discentes relacionado ao tempo de aula, se foi adequado à modalidade remota, e a experiência da conexão, no período da pandemia, COVID-19, nos cursos de pós-graduação <i>stricto sensu</i> , PPGE/UFPB	88
Quadro 8 – Relatos dos discentes considerando a participação nas aulas no período de contingenciamento, se sofreu algum impacto pela turma na modalidade remota, nos cursos de pós-graduação <i>stricto sensu</i> , PPGE/UFPB.....	91
Quadro 9 – Relatos dos discentes, referente a possíveis queixas por parte dos docentes, considerando os usos das tecnologias para transmissão das aulas, nos cursos de pós-graduação <i>stricto</i>	

	<i>sensu</i> , PPGE/UFPB	93
Quadro 10–	Relatos dos discentes, ativos nos cursos de pós-graduação stricto sensu, PPGE/UFPB, no período da pandemia Covid19, na identificação de possíveis casos de colegas em situação de exclusão digital.....	98
Quadro 11–	Relatos dos discentes ativos nos cursos de pós-graduação stricto sensu, PPGE/UFPB, no período da pandemia Covid19: Identificação de ações por parte do PPGE realizadas como apoio às atividades acadêmicas durante a quarentena.....	99
Quadro 12–	Relatos gerais dos discentes a partir das reflexões norteadas pelo roteiro da pesquisa, considerando possíveis oportunidade(s) e ameaças à Educação, com vistas às suas vivências como discentes no PPGE, (2020-2022), no período da pandemia.....	110
Quadro 13–	Análise SWOT, considerando aspectos gerais extraídos das narrativas dos discentes do PPGE/ UFPB, stricto sensu, que aceitaram participar desta pesquisa e que estavam ativos no período da pandemia Covid19, (2020-2022)	112
Quadro 14–	Análise temática das ações do PPGE durante a quarentena (a partir das falas dos discentes)	114

Lista de tabelas

Tabela 1	Resumo (2020–2022) com os números de bolsas por modalidade e os principais dados dos programas de formação docente pela CAPES.....	48
----------	--	----

Lista de abreviaturas e siglas

ANDIFES	Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior
AVA	Ambiente Virtual de Aprendizagem
ANVISA	Agência Nacional de Vigilância Sanitária
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CBI	Comissão de Biossegurança Institucional
CEP	Comitê de Ética e Pesquisa
CFE	Conselho Federal de Educação
CIA	Comitê de Inclusão e Acessibilidade
CI-EaD	Conceito Institucional EaD
CNE	Conselho Nacional de Educação
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
COE	Comitê Operativo de Emergência
CONSUNI	Conselho Universitário da Universidade Federal da Paraíba
DDES	Diretoria de Desenvolvimento da Educação em Saúde
EaD	Educação a Distância
EBSERH	Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
EPIs	Equipamentos de Proteção Individual
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
HTML	<i>Hiper Text Markup Language</i>
IES	Instituição de Ensino Superior
IE	Instituições de Ensino
IFES	Instituição Federal de Ensino Superior
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
NSA	Não Se Aplica
OMS	Organização Mundial de Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
OPAS	da Organização Pan-Americana de Saúde

PID	Plano Individual Docente
PNAES	Programa Nacional de Assistência Estudantil
PPGE	Programa de Pós-Graduação em Educação
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
SERES	Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior
SETEC	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
SESU	Secretaria de Educação Superior
SWOT	<i>Strengths</i> (forças), <i>Weaknesses</i> (fraquezas), <i>Opportunities</i> (oportunidades) e <i>Threats</i> (ameaças)

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	18
	SEÇÃO I PRIMEIROS ESCRITOS	18
	SEÇÃO II CONCEPÇÕES METODOLÓGICAS	25
2.1	Natureza da pesquisa	25
2.1.1	<i>Pesquisa Qualitativa</i>	27
2.1.2	<i>Pesquisa Exploratória</i>	28
2.1.3	<i>Procedimentos técnicos</i>	29
2.1.3.1	<i>Pesquisa Empírica</i>	31
2.1.3.2	<i>Pesquisa Bibliográfica.....</i>	32
2.1.3.3	<i>Pesquisa Documental</i>	32
2.1.3.4	<i>Estudo de Caso.....</i>	33
2.2	Instrumentos de pesquisa.....	34
2.2.1	<i>Lócus da pesquisa</i>	34
2.2.2	<i>População e amostra</i>	35
2.2.3	<i>Aspectos éticos</i>	35
	SEÇÃO III BASES REFERENCIAIS DA PESQUISA	36
3.1	Políticas Públicas Educacionais no período da pandemia COVID-19 (2020-2022), adotadas pela CAPES	36
3.1.1	<i>COVID-19 e impactos na Educação</i>	39
3.1.2	<i>Contingências em Políticas Públicas Educacionais</i>	42
3.1.3	<i>CAPES in Programas de Pós-graduação na pandemia COVID-19.....</i>	46
3.1.4	<i>Revolução x Evolução Tecnológica em decorrência ao COVID-19.....</i>	55
3.1.5	<i>Marco Teórico-Epistemológico à Educação na Pandemia</i>	63
3.2	Universidade Federal da Paraíba (UFPB) no contexto pandêmico	65
3.2.1	<i>Discorrendo sobre planos de contingências COVID-19 nos cursos de Pós-Graduação no Centro de Educação na UFPB.</i>	68
3.2.2	<i>PDI e Gestão no período da pandemia na UFPB</i>	73
3.2.3	<i>Planejamento e Operacionalização do ensino remoto na</i>	

	<i>UFPB no período da pandemia</i>	78
	SEÇÃO IV PESQUISA NA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA	82
4.1	Pós-graduação no período da pandemia da COVID-19	82
4.1.2	<i>Ensino Remoto no PPGE do Centro de Educação na UFPB, no período da pandemia: uma visão discente</i>	83
4.1.3	<i>Análise SWOT a partir da percepção discente do PPGE, stricto sensu em Educação, pelos impactos vivenciados durante o período pandêmico (2020-2022)</i>	102
	SEÇÃO V CONSIDERAÇÕES FINAIS	116
	REFERÊNCIAS	120
	APÊNDICE	127
	ROTEIRO ESTRUTURADO DA PESQUISA	127
	ANEXOS	129
	ANEXO 1 TERMO DE SUBMISSÃO AO COMITÊ DE ÉTICA	129
	ANEXO 2 TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	130
	ANEXO 3 LEVANTAMENTO DE TESES	133

1 INTRODUÇÃO

SEÇÃO I PRIMEIROS ESCRITOS

Esta tese tem como propósito, apresentar aos leitores uma visão reflexiva a partir dos desafios vivenciados pelos discentes do curso de pós-graduação, *stricto sensu*, do Programa de Pós-graduação em Educação, da Universidade Federal da Paraíba (PPGE/UFPB), matriculados e ativos no programa durante o período pandêmico da COVID-19, considerando os anos de 2020 a 2022. A escolha da temática foi inspirada em vivências pessoais, pois, como discente matriculada e ativa no PPGE da UFPB, em 2020, fiz minha defesa no dia 12 de março de 2020, em uma quinta-feira, e no dia 13 de março de 2020, foi decretado o início da quarentena ocasionado pela pandemia COVID-19. Um marco mundial sem precedentes que chegou até o PPGE, meu lugar de fala!

Realizei a defesa de minha dissertação de mestrado, de forma presencial, e por apenas 1 dia, tudo mudou. A partir desse dia os meus colegas estiveram imersos em um desafio avassalador mediante a continuidade de seus estudos e pesquisa, já que na ocasião, em um curso presencial, não havia outras possibilidades remotas ativas, principalmente se tratando de pesquisa envolvendo seres humanos. Minha turma era composta por mais ou menos 11 discentes, na linha de Políticas Educacionais, e, considerando demais linhas de pesquisa envolvendo os discentes dos cursos de Mestrado e Doutorado ativos no programa, o número tornou-se significativo para uma pesquisa científica. Além do mais, neste período da pandemia, considerando os anos de 2020, 2021 e 2022, outras turmas chegaram no programa, por meio de seleções diferentes, adequadas à “nova realidade”, em formato remoto e com novos regulamentos aplicados ao momento, conforme serão percorridos no desenvolvimento desta tese.

Por um lado, pensando em educação em diferentes cenários, ficou latente a oportunidade de continuar meus estudos no PPGE, no curso de doutorado em Educação, linha de Políticas Educacionais, com o propósito da realização desta pesquisa relevante e desafiadora. O meu retorno ao programa foi realizado fora do período da pandemia, no ano de 2023, porém, dar voz aos meus colegas ativos naquele momento, a fim de procurar saber os impactos a partir dos desafios vivenciados por eles durante o período supracitado, foi um fator determinante para esta escolha. Portanto, esta pesquisa é fruto desta caminhada pessoal junto a

necessidade de ampliar conhecimentos em questões adversas que envolvem Políticas Educacionais, em pesquisa científica, como discente de um programa de pós-graduação, *stricto sensu*.

Portanto, esse novo cenário surgiu dentro de um contexto de normalidade no ensino superior desse programa e tantos outros que ofertavam os cursos somente em modalidade presencial, considerando o mês de março de 2020, quando a Anvisa reconhece o Brasil dentre os países afetados pelo novo coronavírus (Sars-Cov-2), caracterizado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) da Organização das Nações Unidas (ONU), como uma emergência de saúde pública. Nesse exato momento os calendários da UFPB e demais instituições de ensino no Brasil foram suspensos e reformulados, devido a ordem de isolamento social por falta de tratamento efetivo contra esta pandemia (Brasil, 2020).

A partir desse marco histórico sem precedentes, conforme dito no início deste texto, surgiram emergentes questionamentos e inquietudes os quais despertaram a escolha de estudo para esta tese, por ser também discente do programa. Com este intuito, ao realizar um Levantamento das teses publicadas nos repositórios da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)/Sucupira, e da UFPB/PPGE, como uma investigação de pesquisas e estudos na área, considerando o período a partir da pandemia COVID-19 em 2020, até 2022, encontrei algumas teses dentro da contextualização do período, mas não encontrei tese relacionada a minha escolha de pesquisa, com foco em ouvir os discentes com vivências no período da pandemia, vinculados a IES de educação superior, em programa de pós-graduação, *stricto sensu*, tornando a minha escolha inédita. As palavras-chave utilizadas para esta busca foram: COVID-19, Educação Superior e pandemia (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, 2024).

A justificativa está na relevância da problemática de abrangência mundial, com um marco histórico sem precedentes à saúde pública, com vistas à Educação Superior. Dar voz aos discentes do PPGE da UFPB, *stricto sensu*, que aceitaram participar dessa pesquisa, permitindo uma análise crítica, reflexiva aos desafios encontrados nas atividades vivenciadas no período do contingenciamento imposto pela COVID-19 (2020 – 2022), poderá despertar mais discussões e novos estudos oriundos a esta contextualização. A relevância social desta experiência no ensino superior, no período da quarentena, trouxe consigo uma gama de fragilidades relacionados ao cenário de contingenciamento, equiparados às políticas

educacionais existentes e que precisaram ser revisitadas ou reformuladas para que as atividades fossem contempladas na modalidade remota, em cursos presenciais, junto ao Ministério da Educação e ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (MEC/INEP). A escolha deste estudo tornou-se eminente enquanto analisada do prisma acadêmico junto a gestão e docentes envolvidos nos processos relacionados e aos discentes em suas distintas realidades sociais. Isso posto, esta tese tem a intenção em abrir diálogos com os envolvidos diretamente ou indiretamente neste contexto, em prol de uma educação superior equitativa mediante aos desafios impostos por diferentes cenários impactantes e revolucionários à sociedade. Apresenta contribuições relevantes e inéditas ao ensino superior e suas políticas educacionais, a academia e comunidade em geral, em referência ao momento de contingenciamento da COVID-19 e aos impactos provindos da modalidade de ensino remoto, em cursos presenciais.

Os objetivos geral e específicos tiveram a intenção de avaliar a efetividade das políticas educacionais adotadas pela CAPES e pelo PPGE – UFPB no período da pandemia (2020-2022); assim como caracterizar o impacto da pandemia com relação a aprendizagem nas disciplinas, o desenvolvimento de dissertações e teses no PPGE-UFPB (2020-2022) e a análise SWOT, fundamentada pelo roteiro da pesquisa, semiestruturado, que foi aplicado aos discentes ativos no programa considerando o período de 2020 até 2022, que aceitaram participar deste estudo, apontando para o planejamento de ações que visaram atenuar as fragilidades e ameaças detectadas e que a ela estão subjacentes, por vislumbrarmos que tais objetivos poderão propiciar o aprofundamento do estudo em contextos extraordinários. Adentrar em políticas educacionais criadas para este momento histórico, assim como investigar às ações, portarias, resoluções trabalhadas na IES pesquisada neste período proposto para esta pesquisa foi um caminho desafiador e instigador. Os *prints* das plataformas pesquisadas se encontram no anexo 3 desta tese. No quadro 1 estão os resultados do levantamento de dissertações e teses publicados nos repositórios da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e da UFPB/PPGE entre os anos de 2020 e 2024, considerando as palavras-chave, COVID-19, Educação Superior, Pandemia:

Quadro 1 — Levantamento de dissertações e teses publicadas nos repositórios da (CAPES) e da UFPB/PPGE entre os anos de 2020 e 2024, considerando palavras chaves: COVID- 19, Educação Superior, pandemia.

PALAVRAS-CHAVE	RESULTADOS	TRABALHOS
COVID-19	264	145 - Dissertação 55 - Mestrado Profissional
Educação Superior - Pandemia	40	Dissertação 15 Tese 9

Fonte: O próprio autor (2024).

Nesse levantamento, foram encontradas 9 teses que puderam trazer contribuições contextuais a este estudo, mas nenhuma com uma proposta em dar voz aos discentes de um programa de pós-graduação, *stricto sensu*, que oportunizasse relatos de suas experiências vivenciadas no período de contingenciamento. Portanto, há um vasto campo a ser explorado já que faltam teses publicadas nessa contextualização pandêmica voltadas ao ensino superior, considerando a magnitude do tema (CAPES, 2024). Desta forma, a intenção de trazer este estudo tornou-se propositalmente importante para esta e outras pesquisas no contexto da temática escolhida, em prol da Educação superior considerando diferentes cenários.

Frente a isso, destaca-se que o aprofundamento da pesquisa relacionada aos impactos na Educação Superior possui um potencial de possibilidades no avanço da construção do conhecimento em campos específicos da Educação, no que tange as Políticas Educacionais, como por exemplo, àquelas relacionados ao PDI (Plano de Desenvolvimento Institucional), em Instituições de Ensino Superior (Sant'ana, 2017). Há um emergente propósito de fazer suscitar a necessidade de concepção de práticas que estejam abertas a indefinibilidade e as movimentações contingenciais que dão vida ao cotidiano de um programa de pós-graduação, *stricto sensu*, no ensino superior e suas políticas educacionais tangíveis ou intangíveis, considerando questões como desigualdades sociais que gritam em nosso país (Freire, 2013).

Para além disso, a relevância dessa pesquisa corrobora no desvelamento de outros possíveis estudos mediante as fragilidades desenvolvidas no contexto pandêmico e pós-pandêmico, que possibilitou o registro de cenários de ensino atípicos no contexto educacional brasileiro, a partir de diferentes discursos, sujeitos e suas atividades remotas durante a pandemia, e que porventura desejem obter espaços para expandir as suas experiências e se fazer ouvir em suas práticas em

prol de ressignificação em políticas públicas educacionais. A realidade vivenciada na pandemia trouxe consigo ponderações que contribuíram à escolha da problemática desta pesquisa, a qual consistiu em investigar os discursos dos discentes do curso da pós-graduação (*stricto sensu*), do PPGE na Universidade Federal da Paraíba, com relação aos impactos no período de contingenciamento da pandemia COVID-19, considerando algumas questões norteadoras:

Como foi a experiência de acesso à internet, durante as aulas e atividades do curso no período da quarentena, COVID-19? O tempo de aula foi adequado à modalidade remota? Como foi a experiência da conexão, de forma geral, durante as aulas com os colegas e docentes, em suas atividades regulares do curso? Estável? Instável? A participação nas aulas no período de contingenciamento sofreu algum impacto na turma em função da mudança para modalidade remota? Ocorreram queixas por parte dos docentes, considerando os usos das tecnologias para transmissão das aulas? Foi identificado possíveis casos de colegas em situação de exclusão digital? Quais ações por parte do PPGE foram realizadas como apoio às atividades acadêmicas nesse novo cenário de modalidade remoto no período da pandemia COVID-19?

Estes e outros questionamentos, oriundos aos desafios impostos pelo plano de contingenciamento, apresentaram peculiaridades ao momento com vistas às fragilidades e grandiosidade dos acontecimentos ocorridos na quarentena, relacionadas à Educação em contexto emergencial (Brasil, 2020). O foco deste estudo está na Educação Superior e os diversos sentidos que perpassam seus processos de ressignificação nas políticas educacionais envolvidas. Este estudo procurou buscar proximidades, que são por sua vez intangíveis, por meio de “aferições” complexas de debates e estudos, conjuntamente à comunidade acadêmica envolvida, para um fazer desafiador na Educação Superior, não só por sua relevância social no seio da comunidade, mas também pelo fato de que os resultados das políticas educacionais, nas Instituições de Educação Superior estão subjacentes ao avanço de um ensino superior com equidade. Neste quesito, as Políticas Educacionais são, de certa forma, desenvolvidas cotidianamente, direta ou indiretamente nesses processos educacionais. Frente a isso, esta pesquisa partiu da compreensão de que as políticas educacionais voltadas à Educação Superior não são processos acabados, nem tão pouco uma reprodução de exigências estatais em

políticas educacionais, nem fruto de improviso, repetição, do já experimentado, ou da transposição de um modelo formativo que a IES possua maior identificação.

A construção do conhecimento pautada nos desafios da educação superior, tem despertado estudos emergentes, doravante as políticas públicas dos sistemas educacionais se caracterizam pela expansão da educação superior no Brasil. Tais políticas são responsáveis por uma crescente múltipla de processos educacionais que apontam a Educação Superior como uma instância deliberativa para práticas marcantes na produção do conhecimento (Carneiro; Novaes, 2023). Considerando racionalidades no âmbito educacional, estas políticas perpassam distintos níveis diante da sociedade, Estado. Para tanto, as vivências dos entornos micros e macros de cada IES, fazem parte direta ou indiretamente da construção de uma gestão em prol da Educação Superior, que em meio a diferentes desafios está a busca contínua pela qualidade, que por sua vez reflete contradições (Cavalcante; Guerra, 2022).

Assim, a Educação Superior e os diferentes sentidos que perpassam seus processos de ressignificação nas políticas educacionais, torna-se um terreno fértil à compreensão dos atores envolvidos na comunidade acadêmica *versus* suas práticas a partir da possível “aferição” desses resultados de pesquisa (Hypolito, 2021). Os contextos formativos diante de problemáticas articuladas a estes processos são influenciados diretamente pelas políticas públicas, que por sua vez são regidas pelo Estado, mas também influenciadas pelo mundo real e seus acontecimentos globais.

Desta forma norteou-se à discussão a noção de que as práticas na Educação Superior são delineadas por contingências que são capazes de distanciar ou aproximar as políticas públicas educacionais da comunidade acadêmica envolvidas nestes processos. Nessas concepções se reconfiguram novas resoluções, decretos, conselhos deliberativos, reformas em âmbito Estadual, Nacional, local, regional, sendo impactados com adaptações necessárias mediante acontecimentos emergenciais (Barroso, 2006). Sendo assim, pode-se dizer que as políticas públicas educacionais com vistas à Educação Superior, instituem-se enquanto construção de processos educacionais permeadas de sentidos coletivos e históricos, assim como pessoais, que são recriados com “tensões” e demandas contemporâneas. Esses sentidos traduzem-se, portanto, na luta por múltiplos significados sobre o que é a Educação Superior nos diferentes contextos socioculturais (Hall, 2006). Com esta perspectiva, compreende-se que as práticas das políticas públicas educacionais em Instituição de Ensino Superior são tecidas a partir de relações marcadas por

parcialidades de sentidos, pois são articulados discursos, enfrentamentos e possíveis transformações realizadas a partir dos resultados alcançados.

Nesta luta por ressignificação em torno do que é a Educação Superior, a comunidade acadêmica não é isenta, mesmo que seguindo o fluxo de eventos que se caracterizam por contingências, mas são, antes de tudo, sujeitos ativos dessa produção e recriação de sentidos nos processos educacionais, marcados por recusa, aceitação, readaptação total ou parcial, dentre outras possibilidades de escolhas. Conforme Ball e Mainardes (2011), pode-se dizer que, para compreender em como atuar na composição desse “filtro” nos processos da Educação Superior, conjuntamente às políticas públicas educacionais, os atores relacionados se valem de referencial formativo, currículo, dentre outros atributos, os quais definem as especificidades para a realização desses processos educacionais. Requer aos atores uma mobilização de diferentes sentidos nas demandas variadas para agirem em meio as necessidades contingenciais, como o ocorrido no período da pandemia COVID-19, o que implica em um constante processo de debates, ações conjuntas, conforme abordado por Dourado (2020).

Portanto, uma possível evidência desta contextualização é que as políticas públicas educacionais na Educação Superior são constituídas em um movimento de distintas articulações de valores, os quais permeiam os seus processos educacionais em diferentes cenários. Gomes e Melo (2018), abordam que esses processos educacionais não são tomados como uma produção que se encerra em suas formulações iniciais, mas que se expandem em uma busca constitucional que demandam a interação com outras abordagens e perspectivas das legislações vigentes em conjunto com o PDI, o qual deve estar em permanente atualização. Este, por sua vez, é interpolado pelas demandas locais, regionais, Estaduais, Nacionais, Globais, e seus acontecimentos contingenciais, como o ocorrido no período da pandemia COVID-19.

Gatti (2020), apresenta uma narrativa do social a mobilização entre os sentidos para embasar os processos da educação superior em uma possível reconfiguração dos modelos educacionais pós-pandemia. Porém, faz-se necessário uma compreensão das movimentações que perfazem as práticas educativas às políticas educacionais. Essa compreensão atrela-se a noção de que as políticas educacionais voltadas à Educação Superior são concepções que sustentam acordos estabelecidos ao longo da história, entre os atores da comunidade acadêmica, da

sociedade, do Estado e dos acontecimentos globais. Pesquisas como esta podem avaliar as estratégias nos processos educacionais no ensino superior adotadas durante a pandemia, instigando investigações de eficácia no engajamento dos discentes, na aprendizagem e na adaptação ao ensino remoto e híbrido.

A pandemia COVID-19, além dos significativos desafios enfrentados no setor educacional, conforme abordado pelas autoras Cavalcante e Guerra (2022), nos apresentou oportunidades para repensar e trabalhar a transformação de políticas educacionais, conforme fragilidades que vão surgindo por meio da pesquisa científica. Portanto, em uma pesquisa científica rigorosa e colaborativa, é possível aprender com as experiências vivenciadas no período da pandemia e buscar construir um sistema educacional mais inclusivo, resiliente, preparado para enfrentar os desafios do futuro. A partir dessas ponderações iniciais, iremos adentrar às seções, com a intenção de contribuir academicamente e de trazer inquietudes aos leitores para esta temática tão vasta em desafios à Educação Superior, considerando diferentes contextos. O problema desta pesquisa foi pautado no marco histórico sem precedentes à saúde pública, focado na Educação Superior, com o propósito de dar voz aos discentes do PPGE da UFPB, *stricto sensu*, com vistas a uma análise crítica, reflexiva aos desafios encontrados nas atividades vivenciadas por eles no período de contingenciamento imposto pela pandemia COVID-19.

SEÇÃO II CONCEPÇÕES METODOLÓGICAS

De acordo com Demo (2011), concepções metodológicas significa, na origem do termo, estudos dos caminhos, dos instrumentos usados para “fazer” ciência. Os instrumentos a serviço da pesquisa são determinados pela problematização, as indagações aos limites da ciência, a intenção de conhecer ou intervir na realidade. Com este pensar segue, nesta seção as escolhas metodológicas para esta pesquisa.

2.1 Natureza da pesquisa

Para analisar as percepções dos discentes dos cursos de Mestrado e Doutorado, *stricto sensu*, do Programa de Pós-graduação em Educação, na Universidade Federal da Paraíba, considerando os anos de 2020 a 2022, período da pandemia COVID-19, com vistas às políticas educacionais, foi necessário atribuir

uma metodologia significativa ao estudo proposto. A relevância desta pesquisa está na riqueza do tema, ainda com muitos desafios, pois instiga diferentes questionamentos e inquietudes quando os assuntos estão relacionados ao ensino superior, modalidade presencial, em um cenário de contingenciamento devido a pandemia COVID-19, que no período precisou ser adaptada, repensada à modalidade remota.

Conforme Gil (2022), a pesquisa científica pode ser compreendida como um processo racional e sistemático que busca oferecer respostas para os problemas apresentados. Ela se desenvolve em várias etapas, que vão desde a formulação do problema até a apresentação e discussão dos resultados. Este estudo, de característica qualitativa teve o propósito de dar voz aos discentes do PPGE, curso de pós-graduação, *stricto sensu*, ativos no programa durante o período da pandemia. Assim como procurou investigar as políticas educacionais em vigência naquele momento histórico e que tiveram adendos, atualizações e novas propostas de portarias e resoluções com vistas às adequações necessárias, considerando a modalidade presencial do curso, que passou para modalidade remota imposta pelo contingenciamento da pandemia COVID-19. A proposta desta pesquisa foi de investigar as ações do PPGE em meio às necessidades dos discentes neste período. Buscou-se objetividade e rigor metodológico, seguidos de procedimentos sistemáticos para coleta, análise e interpretação de dados (Minayo; Deslandes e Gomes, 2008).

A pesquisa em Educação traz consigo uma variedade de abordagens metodológicas, dependendo da natureza da pesquisa e dos objetivos do estudo. Como abordado por Creswell (2014). Essa diversidade de abordagens nos permite uma compreensão mais abrangente e multifacetada dos fenômenos educacionais. O autor Barretto (2012), comenta que a natureza da pesquisa traz consigo um viés de contribuição na formulação de Políticas Educacionais, e se apoia nas tais, devido a condução de resultados da pesquisa em educação, podendo inteirar-se, orientar-se na alocação de recursos, nas atualizações curriculares e na implementação de programas educacionais voltados para o sucesso dos discentes.

Este estudo tem a intenção de promover, além das possibilidades acima, a equidade e Inclusão ao tratar de um tema sensível vivenciado pelos discentes no período da pandemia Covi19. Desempenhar um papel crucial na promoção de atributos legas inclusivos, identificando os desafios enfrentados por diferentes

pessoas providas de diferentes realidades, ao mesmo tempo que estão vinculadas em um mesmo programa de pós-graduação, (mestrado ou doutorado), *stricto sensu* da IES pesquisada. Dar voz aos discentes é abrir possibilidades de discussões a novas estratégias para reduzir disparidades e garantir oportunidades em políticas educacionais para todos, em diferentes cenários (Dias Sobrinho, 2010).

Esta pesquisa com os discentes do PPGE/UFPB, ativos no período da pandemia COVID-19, e que aceitaram participar desta tese, apresenta contribuições significativas para o avanço do conhecimento e aprimoramento da prática e política educacional. Morgado, Sousa e Pacheco, (2020), abordam sobre as transformações educativas em tempos de pandemia situando o confinamento social ao isolamento curricular, durante a COVID-19. Para tanto, esta pesquisa, em sua natureza intrínseca, percorreu o campo das políticas educacionais, com foco no período da pandemia COVID-19, considerando os anos de 2020 a 2022. Buscou-se a compreensão da realidade vivenciada pelos discentes do PPGE-UFPB, Centro de Educação, em suas experiências no período proposto, momento de contingenciamento global.

O olhar discente é um fomento intrínseco em prol dos processos e políticas educacionais, voltados ao ensino superior, *stricto sensu*. A natureza desta pesquisa foi pautada em um interesse prático de investigação, conforme abordado por Gil (2019), envolvendo possíveis verdades e interesses *in loco*, com intuito de avançar em perspectivas aplicáveis ao ensino superior, em diferentes cenários, a partir dos conhecimentos adquiridos nesta trajetória ainda especulativa. É diante deste contexto que esta investigação foi inserida sob os ditames das políticas públicas educacionais que norteiam a condução deste estudo.

2.1.1 Pesquisa Qualitativa

Este estudo se enquadra em uma pesquisa qualitativa, como mencionado no item “natureza da pesquisa” pelo enfoque de oportunizar reflexões imensuráveis, vivenciadas pelos discentes do PPGE, UFPB/PB, cursos *stricto sensu*, em suas experiências acadêmicas nos desafios impostos no período da pandemia COVID-19. A pesquisa qualitativa se distingue pela sua ênfase na compreensão profunda e contextualizada dos fenômenos estudados, ao invés de se concentrar apenas em medições quantitativas. Para este estudo, conforme discutido pelos autores Fraser e

Gondim (2004), foi explorada a compreensão das experiências e perspectivas dos participantes. Método este que permitiu se empregar técnicas, por meio de um roteiro semiestruturado, a fim de coletar dados ricos e detalhados. Buscou-se explorar a complexidade e a diversidade dos fenômenos sociais e humanos em um contexto diferenciado ocorrido no período da pandemia COVID-19, com foco nas políticas educacionais voltadas ao ensino superior.

Conforme Denzin e Lincoln (2006), uma das principais vantagens da pesquisa qualitativa é sua flexibilidade metodológica, pois é possível adaptar suas abordagens de acordo com as necessidades do estudo e das comunidades envolvidas. Portanto, esta pesquisa qualitativa buscou uma exploração profunda dos contextos, valores e crenças dos participantes, procurando evidenciar uma compreensão mais completa e rica dos fenômenos estudados referentes ao período da pandemia COVID-19. Utilizando a contribuição de Ferraço e Carvalho (2012), pode-se afirmar que este estudo de caso teve a intenção de promover a identificação de novos temas, conceitos e relações, enriquecendo o conhecimento acadêmico para novas pesquisas. Além disso, poderá ter aplicações práticas significativas, fomentando políticas educacionais, práticas educativas e intervenções sociais com vistas a equidade no ensino superior.

2.1.2 Pesquisa Exploratória

Esta pesquisa se caracteriza como exploratória, dando voz aos discentes participantes, em prol de obter conhecimento do fenômeno no viés das práticas educacionais ativas no período. Por sua vez, este estudo partiu de uma abordagem inicial e preliminar para investigar o problema ainda pouco explorado ou compreendido, conforme apresentado no quadro 1, na introdução. Buscou-se familiarizar com o fenômeno em questão, gerando hipóteses a fim de estabelecer uma base para estudos futuros. Como faz parte de pressupostos de uma pesquisa qualitativa, esta pesquisa exploratória foi conduzida por meio de revisões bibliográficas, questionário, observações preliminares e análises de dados secundários (Creswell, 2014).

Este tipo de abordagem científica permite a exploração de novos territórios intelectuais, em identificação de possíveis lacunas do conhecimento existente e, conseqüentemente, gerar novas ideias e teorias. Portanto, este estudo, buscou compreender o fenômeno pesquisado e identificar o panorama vivenciado pelos

discentes do PPGE da UFPB/PB, no período da pandemia COVID-19, tendo um direcionamento evidenciado na pesquisa exploratória, no Centro de Educação escolhido.

2.1.3 Procedimentos técnicos

Para a coleta de dados, Flick (2009), contribui dizendo que ao se delinear o processo da pesquisa qualitativa, percebe-se que as etapas isoladas se encontram muito mais ligadas umas com as outras do que no processo passo a passo de uma pesquisa quantitativa. Nesta perspectiva foi utilizado um roteiro semiestruturado para dar voz aos discentes do PPGE que aceitaram participar desta pesquisa e que estavam ativos no curso, *stricto sensu*, no período da pandemia COVID-19.

O roteiro semiestruturado partiu de um “foco”, que é o período da pandemia, considerando os anos de 2020 a 2022. O “tema” apontado no título desta tese, “PERCEPÇÃO DISCENTE DE UM PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU EM EDUCAÇÃO: impactos a partir dos desafios vivenciados durante o período pandêmico (2020-2022)”, buscou dar voz aos discentes do PPGE, em suas atividades impactadas pelo contingenciamento, em um momento sensível relacionado à saúde pública mundial. Os discentes que aceitaram participar desta pesquisa tiveram a oportunidade de expor as suas ideias, percepções, sentimentos (Gil, 2022). Abaixo, segue o roteiro semiestruturado utilizado nesta pesquisa:

Quadro 2 — Questionamentos prévios, desafios vivenciados pelos discentes dos cursos de pós-graduação, *stricto sensu*, PPGE/UFPB, ativos no período da pandemia COVID-19 (2020 – 2022).

Pesquisa com uma proposta de reflexão, análise crítica, nos desafios identificados pelos discentes dos cursos de pós-graduação, <i>stricto sensu</i> , PPGE/UFPB, ativos no período da quarentena COVID-19 (2020 – 2022).			
PROPOSTA DE QUESTIONAMENTOS NORTEADORES À PESQUISA:	PONTOS POSITIVOS:	PONTOS NEGATIVOS:	ANÁLISE CRÍTICA, REFLEXIVA:
a) Como foi a experiência ao acesso à internet, durante as aulas e atividades do curso no período da quarentena, COVID-19?	➤	➤	➤

b) O tempo de aula foi adequado à modalidade remota?	➤	➤	➤
c) Como considera a experiência da conexão, de forma geral, durante as aulas com os colegas e docentes, em sua turma? Estável? Instável?	➤	➤	➤
d) A participação nas aulas no período de contingenciamento sofreu algum impacto pela turma na modalidade remota?	➤	➤	➤
e) Ocorreram queixas por parte dos docentes, considerando os usos das tecnologias para transmissão das aulas?	➤	➤	➤
f) Em sua turma foi identificado possíveis casos de colegas em situação de exclusão digital?	➤	➤	➤
g) Quais ações por parte do PPGE foram realizadas como apoio às atividades acadêmicas nesse novo cenário remoto no período da pandemia COVID-19?	➤	➤	➤

Fonte: O próprio autor (2024).

Na seção IV se encontra a análise dos dados, os quais foram transformados em material de conhecimento, com descrição dos resultados encontrados, respeitando e procurando compreender as particularidades individuais, assim como a originalidade da pesquisa. Para atingir os objetivos desta tese, foi utilizada como ferramenta de análise dos dados a metodologia *SWOT*, criada na década de 1960 por Albert Humphrey. Esta metodologia *SWOT* é uma ferramenta de planejamento estratégico que ajuda as instituições a identificar e analisar seus pontos fortes, fracos, oportunidades e ameaças. Essa análise é fundamental para a tomada de decisões estratégicas e para a otimização dos recursos. A matriz *SWOT* é utilizada para entender condições e processos, assim como impressões de determinado

aspecto circunstancial em foco, considerando ambiente interno e externo da organização, permitindo que os interessados desenvolvam estratégias que maximizem os resultados e tomem decisões mais assertivas. A aplicação da matriz *SWOT* é uma prática comum em diversas áreas, incluindo universidades, empresas e organizações de tecnologia da informação, onde é essencial para a inovação e competitividade. Essa abordagem permite uma visão abrangente de um processo específico. Através dela, é possível identificar as forças (*Strengths*), fraquezas (*Weaknesses*), oportunidades (*Opportunities*) e ameaças (*Threats*) que estão presentes e são características do fenômeno que se busca verificar. A análise *SWOT*, fundamentada na pesquisa, tem como foco contribuir ao planejamento de ações visando atenuar as fragilidades e ameaças detectadas e que a ela estão subjacentes, por vislumbrarmos que tais objetivos poderão propiciar o aprofundamento do estudo em contextos extraordinários (Guerra; Cavalcanti, 2020).

Esta análise foi potencializada com vistas aos desafios na Educação Superior em diferentes cenários vivenciados pelo PPGE/ UFPB, considerando as políticas educacionais em equidade social (Gil, 2022). A revisão da literatura, assim como de documentos, portarias, resoluções e demais legislações do MEC/INEP e do próprio PPGE/UFPB, referenciando ao período em foco, foram essenciais para situar o problema desta pesquisa dentro do contexto teórico e empírico existente (Flick, 2009).

2.1.3.1 *Pesquisa Empírica*

Para que os leitores possam se aprofundar mais sobre a pesquisa empírica em educação, ressalta-se que todos os itens abordados anteriormente nesta seção estão contidos menções à pesquisa empírica em cada fala relacionada a coleta e análise dos dados observáveis e imensuráveis para responder as questões específicas da pesquisa (Duarte, 2004). Ao focar em processos educacionais como base desse estudo, a empiria busca examinar fenômenos de forma objetiva e sistemática, utilizando métodos e técnicas rigorosas para garantir a confiabilidade e validade dos dados levantados. A intenção é que os resultados desta pesquisa empírica no campo da Educação Superior, possam ser amplamente divulgados para a população, fornecendo contribuições relevantes para a prática educacional em

diferentes contextos e cenários, como é a proposta de discussão deste estudo com vistas ao ensino superior.

2.1.3.2 Pesquisa Bibliográfica

As bases teóricas buscadas pela pesquisa bibliográfica foram estabelecidas com leituras de diretrizes que contemplam a Educação no Brasil, disponíveis no portal do Ministério da Educação, assim como demais legislações pertinentes, incluindo obras de autores que trouxeram contribuições a esta tese. Para estudar a problemática desta pesquisa, foi necessária uma base teórica a fim de desenvolver uma metodologia significativa ao estudo proposto. Conforme Gil (2022), seu teor nos permite criticidade e análise dos fatos, pois não se limita apenas a listar fontes de informação, mas também nos envolve em uma análise crítica e reflexiva das ideias, teorias e abordagens encontradas na literatura.

Portanto, esta pesquisa amparada por estudos bibliográficos, busca orientar e direcionar aos leitores a adentrar nos processos norteadores desta investigação científica, procurando contribuir na formação acadêmica e desenvolvimento profissional, pois é possível nos atualizarmos em políticas educacionais, como é o foco deste estudo relacionada ao complexo cenário vivenciado no período da pandemia COVID-19, por meio de uma pesquisa científica, ancorada em uma base sólida de conhecimento teórico e conceitual para a investigação proposta.

2.1.3.3 Pesquisa Documental

Para que os leitores continuem se aprofundando sobre pesquisa científica, esse item da seção II permeia a pesquisa documental que é uma ferramenta valiosa na investigação científica em educação. É possível estudar e analisar uma variedade de documentos históricos, políticos, administrativos e pedagógicos. Neste trecho, exploraremos sucintamente a importância da pesquisa documental na pesquisa científica em educação, discutindo suas características, métodos e contribuições para o entendimento e aprimoramento da prática educacional.

Conforme abordado pelos autores Cardoso e Batista (2024), a pesquisa documental envolve a coleta, seleção, análise e interpretação de documentos escritos, impressos, digitais ou audiovisuais. Os documentos norteadores desta

pesquisa foram leis, políticas educacionais, relatórios governamentais, registros acadêmicos, atas de colegiado, portarias e outros materiais históricos e contemporâneos relacionados ao período da pandemia e condizente à realidade do PPGE da UFPB.

Os documentos citados foram fonte de evidência para esta pesquisa, com critérios rigorosos nas escolhas de materiais fidedignos que forneceram informações objetivas e confiáveis sobre políticas educacionais, PDI em vigência no período do estudo, eventos e ações relacionados ao momento de contingenciamento. A pesquisa documental que fez parte da construção desta tese foi analisada e interpretada, buscando identificar padrões, tendências, contradições e pontos relevantes para este estudo.

Considerando a problemática desta pesquisa, os documentos escolhidos corroboraram para a análise em políticas educacionais e práticas pedagógicas, experienciadas no período da pandemia, no PPGE da UFPB. O resgate e preservação da memória educacional, quando se explora documentos que marcam história, conforme abordagem de Cardoso e Batista (2024), é possível identificar tendências, mudanças e continuidades na educação ao longo do tempo, considerando o futuro em curto, médio e longo prazo.

2.1.3.4 *Estudo de Caso*

Esta pesquisa está caracterizada como um estudo de caso, pois o estudo foi realizado com discentes do PPGE, *stricto sensu* da UFPB/PB, ativos no período da pandemia. Gil (2022), aborda o estudo de caso como pesquisa qualitativa que envolve a investigação aprofundada de um caso específico dentro de seu contexto único e complexo. Com este estudo de caso, buscou compreender de forma analítica e crítica, as interações, dinâmicas e processos envolvidos no fenômeno em questão, período de contingenciamento impostos pela COVID-19, em um curso de modalidade presencial que precisou ser adequado ao modelo remoto. Possui um enfoque holístico em sua essência, pois permitiu uma investigação de caso, explorando as múltiplas dimensões de cenários vivenciados pelos discentes do programa em meio ao período experienciado, com perspectivas e interações que o compõem. Ao explorar detalhadamente este caso específico, foram identificadas

possíveis melhores práticas, independente do cenário, em prol de políticas educacionais que promovem a inovação à *práxis* pedagógica.

2.2 Instrumentos de pesquisa

Para falar em pesquisa na área da Educação deve-se levar em consideração os fenômenos socioculturais, as políticas educacionais, os contextos e práticas em processos políticos pedagógicos que ocorrem em diferentes ambientes e modalidade de ensino. No apêndice “A” encontra-se o roteiro semiestruturado que norteou esta pesquisa aos discentes ativos no PPGE/UFPB, no período da pandemia COVID-19 (2020 – 2022), que aceitaram participar deste estudo.

2.2.1 Lócus da Pesquisa

Lócus é uma palavra originária do latim. Significa literalmente lugar, posição ou local, conforme apresentado pela Enciclopédia Significados (2024). A pesquisa foi realizada com discentes que aceitaram participar deste estudo, que estavam ativos no PPGE/UFPB, *stricto sensu*, no período da pandemia. O local pensado para maior alcance desses discentes, com o propósito de os deixar seguros e a vontade para apresentar a sua contribuição aconteceu de forma remota, com apoio das ferramentas de comunicação digital, *WhatsApp*, *e-mail*. Como a escolha para esta pesquisa foi o período da pandemia COVID-19, considerando os anos de 2020 a 2022, os ambientes *online* tornaram-se mais relevantes à educação com uma emergência de valor maior dimensionado neste período.

A ideia para esta pesquisa ser em formato remoto partiu do pressuposto relacionado aos discentes do curso presencial que, por imposição da pandemia, tiveram as suas atividades dos cursos de Mestrado e Doutorado realizadas em modalidade remota. Levou-se em consideração o fato que muitos discentes ativos no período proposto a esta pesquisa, concluíram os seus estudos e não estavam com disponibilidade para se deslocarem ao PPGE, de forma presencial, pois o programa recebe discentes de diversas partes da região, e até mesmo de outros Estados do Brasil.

Pesquisas em educação devem explorar novos espaços como forma de desvendar processos inovadores em políticas educacionais, avaliativos, gestão, práticas e implementações de PDI, que possam ocorrer em plataformas *online*,

curso à distância, ambientes de aprendizagem virtual e redes sociais educacionais. Portanto, *lócus* da pesquisa em educação é entender que existe uma rica e diversificada gama de contextos para investigar e compreender, explorando diferentes ambientes de pesquisa.

2.2.2 População e Amostra

Para falar de população e amostra, em pesquisa científica para Educação, segue as considerações das autoras Minayo e Deslandes (2008), pois elas abordam este assunto com uma definição aprofundada, ao dizer que trabalhar a população é procurar fazer uma seleção criteriosa, pois são etapas cruciais para garantir a validade e a generalização dos resultados. Para esta pesquisa foram convidados a participar os discentes que estavam ativos no curso do Programa de Pós-Graduação, *stricto sensu*, em Educação-PPGE na UFPB, considerando o período proposto, anos de 2020 a 2022. A secretaria do programa contribuiu com uma estratificação de 96 e-mails atualizados. Conforme dados extraídos pelo site do PPGE da Universidade Federal da Paraíba (2024), haviam aproximadamente 213 discentes, neste período, porém conseguimos os contatos de 45%, os quais foram convidados a participar desta pesquisa.

2.2.3 Aspectos Éticos

O projeto desta pesquisa foi submetido ao Comitê de Ética, pela Plataforma Brasil, CAAE: 83981824.0.0000.5188, em 14/04/2025, o qual se encontra aprovado, conforme documento no anexo 1 desta tese, atendendo ao preceituado nas Resoluções 466/12 e 510/16, oriundas do Conselho Nacional de Saúde, que disciplinam as pesquisas envolvendo seres humanos. Após a aprovação pelo Comitê de Ética, a pesquisa foi realizada. Todos os participantes foram informados previamente sobre os objetivos da pesquisa, e; só após a sua autorização e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), conforme documento no anexo 2 desta tese, realizaram a sua contribuição por meio do roteiro semiestruturado.

Quanto aos riscos da pesquisa, existiu a possibilidade dos participantes, no momento de suas narrativas se sentirem constrangidos por revelarem experiências

personais. Do mesmo modo, eles poderiam se emocionar ao falar de episódios do passado que os fazem reviver situações traumáticas. Caso isso ocorresse seria sugerida uma escuta psicológica, porém não houve incidências. Quanto aos benefícios da pesquisa, os participantes produziram novas elaborações em torno de suas vivências como discentes no período da pandemia COVID-19, compartilhando os impactos vivenciados e realizando uma análise crítica dentro do contexto que os leitores poderão comprovar na seção IV desta tese.

SEÇÃO III BASES REFERENCIAIS DA PESQUISA

A pandemia trouxe desafios sem precedentes para o setor educacional em âmbito global, exigindo respostas rápidas e eficazes por parte das autoridades e instituições educacionais. Esta seção, explorou políticas públicas educacionais implementadas durante o período da pandemia COVID-19, examinando os desafios enfrentados, as estratégias adotadas e as implicações para a pesquisa científica em educação superior.

3.1 Políticas Públicas Educacionais no período da pandemia COVID-19 (2020-2022), adotadas pela CAPES

Os desafios nas Políticas Públicas Educacionais durante a pandemia, ocorreram de diferentes maneiras, tais como: - Desigualdades de acesso e oportunidades ocorridas na transição para o ensino remoto, aos discentes de famílias economicamente vulneráveis que enfrentaram dificuldades de acesso às tecnologias e conectividades (Castro; Junior; Almeida; Santos, 2021). - Impacto na Saúde Mental dos discentes, pois o isolamento social e as mudanças na rotina educacional ocasionaram mudanças significativas na saúde mental, necessitando intervenções específicas por parte das políticas públicas educacionais (Brasil, 2020). - Desafios para educadores e gestores de Instituições de Ensino, pois tiveram que adaptar rapidamente as suas práticas pedagógicas ao ambiente virtual, enfrentando questões relacionadas a capacitação, recursos tecnológicos e engajamento dos discentes (Dourado; Siqueira, 2020), convergindo a um desafio ainda maior ao pensar em equidade no acesso à Educação Superior.

Durante a pandemia ocorreu um vislumbre das disparidades no acesso à educação, com evidência de grupos marginalizados enfrentando dificuldades adicionais para ingressar e permanecer na universidade devido barreiras financeiras e tecnológicas (Kohan, 2020). Dentre outras particularidades oriundas a este cenário pandêmico, ocorreram algumas possíveis respostas providas de estratégias às políticas públicas educacionais, por meio do plano de contingenciamento, adotadas pela CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, 2020).

A partir de levantamentos realizados no site da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), a fim de fomentar os objetivos geral e específicos desta pesquisa, que teve a intenção de avaliar a efetividade das políticas educacionais adotadas pela CAPES no período da pandemia COVID-19, (2020-2022), considerando um estudo relevante aos programas de pós-graduação, *stricto sensu*, verificou-se um conjunto de ações de enfrentamento aos desafios imediatos em decorrência da pandemia. Também foi verificado ações de preservação e adaptação neste sistema de pós-graduação, no quesito formação docente no Brasil. Foi possível caracterizar estas ações em três grandes eixos: a manutenção e adaptação da oferta formativa, o apoio à pesquisa conjuntamente a formação de recursos humanos em áreas emergenciais, e a reestruturação dos modelos de concessão de bolsas e incentivos às instituições de pós-graduação.

Quanto a manutenção e adaptação da oferta formativa, a CAPES, conforme publicação em junho de 2020, em seu próprio site, disponibilizou, com o propósito de manter o funcionamento dos programas de formação — mestrado, doutorado e formação de docentes — em face das medidas de isolamento social e do fechamento das instituições presenciais, 75 mil vagas em três cursos on-line, como apoio complementar aos estudos de discentes em meio ao plano de contingência nacional para infecção humana pela pandemia COVID-19 (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, 2020).

Em concomitante, os programas de atuação docente em formação, como o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) e o Residência Pedagógica receberam prorrogações nos cronogramas, de modo a permitir adequações frente ao ensino remoto ou híbrido. Quanto ao apoio à pesquisa e formação de recursos humanos em áreas emergenciais, verificou-se neste estudo,

que a CAPES lançou editais voltados especificamente ao enfrentamento dos efeitos da pandemia, ampliando o escopo de pesquisa e fomentando a formação de recursos humanos para atuar nos novos desafios emergentes. Um dos exemplos é o edital nº 12/2021 - Programa de Desenvolvimento da Pós-Graduação (PDPG) – Impactos da Pandemia, que teve como objetivo apoiar projetos de mestrado, doutorado e pós-doutorado com foco nos impactos sociais, econômicos, culturais e educacionais da COVID-19 (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, 2021).

Nesse edital, a CAPES anunciou investimento na ordem de R\$ 25,1 milhões para cerca de 40 projetos, com vigência de até 48 meses. Essa medida demonstrou o esforço de direcionar recursos para pesquisa estratégica em momento de crise, estabelecendo cooperação entre programas de pós-graduação e incentivando abordagens interdisciplinares e nacionais. Além disso, a CAPES também instituiu prorrogações de prazos para projetos sob sua responsabilidade, por meio da portaria que dispôs sobre a extensão dos prazos de vigência dos programas de pesquisa em 2021, divulgados pelo Catálogo de Atos Administrativos (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, 2020).

Quanto a concessão de bolsas e a estrutura de fomento à pós-graduação, a CAPES promoveu aprimoramentos no modelo de distribuição de bolsas, com critérios que valorizam tanto o mérito dos cursos quanto a possível correção de desigualdades regionais. Em 2021, foi noticiado que a CAPES havia ampliado o número de bolsas em mais de 10% em alguns programas mesmo em ano de pandemia (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, 2021). Neste estudo encontrou-se dados correlacionados de ações adotadas aos critérios de priorização como o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) e o fator Titulação Média de Cursos (TMC), mencionados no site da CAPES, mas divulgados no site da ABRAFI, para favorecer cursos localizados em municípios com menor desenvolvimento (Associação Brasileira de Filosofia do Direito e Sociologia do Direito, 2021). Essa mudança refletiu o reconhecimento de que a pandemia agravou as desigualdades educacionais e que as políticas de fomento deveriam estar alinhadas a essa realidade.

Analisando criticamente, embora as políticas da CAPES tenham sido relevantes e oportunas, o contexto pandêmico expôs fragilidades já existentes no sistema educacional brasileiro, como a desigualdade de acesso às tecnologias

digitais, a necessidade de formação docente para o modelo remoto, a redução de matrículas e concludentes em programas de pós-graduação e o desafio da manutenção da qualidade em ambiente não presencial. Estudos apontam, por exemplo, que em uma IES pública do Nordeste houve redução de 6% nas matrículas de mestrado entre 2020-2021 e queda de 12% nas bolsas concedidas para essa modalidade (Muniz, Muniz, Andriola, 2022).

3.1.1 COVID-19 e impactos na Educação

Aprofundando questões educacionais na pandemia da COVID-19, pode-se afirmar que a quarentena, ação de contingenciamento do período, desencadeou um impacto sem precedentes na educação em todo o mundo. Este item buscou examinar genericamente os impactos da COVID-19 na educação superior, fornecendo uma análise prévia nesta pesquisa em educação. Procurou explorar alguns desafios enfrentados pelas instituições de ensino superior, as respostas institucionais e políticas, e as implicações para o futuro do ensino superior.

O novo cenário marcado pela pandemia condicionou a transição para o ensino remoto como uma das únicas formas de possível continuidade aos estudos que se estagnaram com o programa de contingenciamento, devido ao protocolo que foi desenvolvido com base nas diretrizes fornecidas pela Organização Mundial de Saúde (OMS), pela Organização Pan-Americana de Saúde (Opas) e pelo Ministério da Saúde. As instituições de ensino superior foram forçadas a fazer uma transição abrupta para o ensino remoto, o que representou desafios significativos para educadores e discentes, incluindo adaptação de currículos, capacitação de docentes ao acesso à tecnologia, com novas plataformas de ensino até então não utilizadas em muitas IES. Isso incluindo todos os cursos, criticado pelos autores Harvey e Zizek (2020).

Como respostas institucionais e políticas, na adoção de ensino remoto neste contexto emergencial na quarentena, as instituições de ensino superior precisaram rapidamente adaptar as suas operações para oferecer essa modalidade de estudo, utilizando plataformas de aprendizagem online e tecnologia educacional para manter a continuidade do ensino, porém os desafios complexos dessa transição refletiu em discussões acaloradas entre prós e contras evidenciados em função das dificuldades socioeconômicas do Brasil (Kohan, 2020).

Muitas instituições forneceram dispositivos tecnológicos e acesso à internet para discentes que enfrentavam dificuldades de conectividade, buscando garantir a equidade no acesso à educação, como ação pontual. Este tipo de apoio evidencia uma outra grande área que estão os impactos financeiros, pois a pandemia resultou em perdas monetárias para diversas instituições de ensino, devido a quedas na matrícula, cancelamento de eventos e atividades presenciais, e redução de doações e financiamento público, também abordado pelos autores acima citados.

Os Programas de Pós-graduação, no quesito equidade, considerando os discentes de grupos socioeconômicos vulneráveis, enfrentaram desafios adicionais devido à falta de alcance à tecnologia e à internet de qualidade, em partes significativas regionais de nosso vasto continente Brasil, grande em desigualdades sociais, o que exacerbou as disparidades existentes no acesso à educação superior (Brasil, 2020).

Neste cenário ocorreram flexibilização em ações voltadas às políticas do ensino superior, para acomodar as circunstâncias excepcionais da pandemia, incluindo mudanças nos calendários acadêmicos, critérios de avaliação e admissões. Consequentemente, existiram implicações para a Pesquisa em Educação Superior, já que uma das únicas formas possíveis com esse contingenciamento seria pesquisar por canais remotos, usando internet, tecnologias de acesso virtual. Esta situação foi abordada e discutida nessa pesquisa, com os discentes da pós-graduação da UFPB/PB, que aceitaram contribuir a este estudo.

A intenção foi de explorar possíveis desigualdades de acesso ao grupo pesquisado e instigar novos estudos que possam investigar as implicações de políticas públicas relacionadas a questões financeiras em prol da educação superior, acesso a estes recursos e em oportunidades de equidade, em diferentes cenários. De forma geral e em estudos já realizados mesmo antes da pandemia, abordam as desigualdades no acesso à educação no Brasil. Freire (2013), neste e outros escritos de sua autoria discute diferentes barreiras enfrentadas por grupos marginalizados e propõe soluções para promover a equidade.

Neste contexto, outros pontos a considerar foram os canais e entidades de apoio à saúde mental e bem-estar de acordo com Políticas Públicas Educacionais, incluíram programas e serviços aos discentes e comunidade em geral, como aconselhamento virtual e atividades de bem-estar, porém sabemos que nem toda a população teve acesso a estas informações, pois vivem à margem da sociedade, por

mais que *ongs* trabalharam incansavelmente em comunidades carentes (Brasil, 2020).

Quanto a busca pela qualidade do ensino neste cenário pandêmico, a capacitação e formação de docentes para atuarem neste novo contexto se fez necessário, também em caráter emergencial. Para tanto, foram oferecidos programas aos educadores, visando equipá-los com habilidades e competências necessárias para o ensino remoto e a utilização de tecnologia educacional, conforme abordado pelos autores Dourado e Siqueira (2020). Considerando Políticas de Ação Afirmativas em prol da equidade, foram fortalecidas, conforme abordado pelas autoras Ferreira e Barbosa (2020), para garantir o acesso e a permanência na educação superior a estes grupos marginalizados e vulneráveis. Porém, longe de ser uma continuidade cultural, já que foram ações de contingenciamento em um cenário pandêmico global.

Os limites impostos pela quarentena despertaram novas possibilidades de pesquisas, estudos, ideias, fragilidades, muito além de uma zona de conforto. Desde 2020 percebe-se pontos de atenção a serem estudados. Isso gera, a nós, pesquisadores, motivação e inquietudes para novas discussões. Nos desafios para a saúde mental, o isolamento social e as mudanças na rotina educacional tiveram impacto negativo aos discentes universitários, aumentando os níveis de ansiedade, estresse e depressão. Estas evidências aparecem nos relatórios do COE – Comitê Operativo de Emergência, em Brasil (2021).

Programas e serviços de apoio à saúde mental foram ampliados para ajudar discentes universitários a lidar com o estresse e a ansiedade causados pela pandemia, incluindo aconselhamento virtual, grupos de apoio e recursos online (Brasil, 2020). Com estas e outras necessidades vivenciadas no período de confinamento é possível afirmar que a pandemia COVID-19 apresentou desafios significativos para a educação superior, mas também oportunidades para repensar e transformar o ensino e a aprendizagem. Por meio de pesquisa rigorosa e colaborativa, é possível aprender com as experiências do período de contingenciamento e construir um sistema de educação superior mais inclusivo, resiliente e adaptado aos desafios em diferentes cenários.

3.1.2 Contingências in Políticas Públicas Educacionais

O ano de 2020 foi marcado com o incidente global de pandemia causado pela COVID-19, a qual impôs desafios intangíveis à educação em todo o mundo. No Brasil, o governo federal, por meio do Ministério da Educação (MEC), implementou uma série de medidas normativas e orientações, contempladas como políticas educacionais para enfrentar esses desafios e garantir a continuidade das atividades educacionais (Brasil, 2020). As portarias ministeriais emitidas pelo MEC representaram uma das principais ferramentas de regulamentação e adaptação às novas condições impostas pela pandemia. Estas portarias forneceram orientações específicas sobre a continuidade das atividades educacionais, abordando aspectos como a realização de atividades não presenciais e a flexibilização dos calendários acadêmicos. Assim como uma análise crítica das adaptações implementadas ao longo do triênio, pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (2021), evidenciou-se a presença de desafios estruturais que atravessaram todo o sistema de pós-graduação.

Primeiramente, a desigual distribuição de recursos tecnológicos e de acesso à conectividade, aprofundou disparidades regionais e internas às instituições, limitando a plena participação de discentes e docentes em atividades remotas e repercutindo negativamente no ritmo de produção científica e na formação de caráter prático. Em segundo lugar, a necessidade de ampliar prazos e estender bolsas revelou fragilidades relacionadas a sustentabilidade financeira das trajetórias acadêmicas: embora as prorrogações tenham reduzido perdas imediatas, não foram capazes de neutralizar integralmente os efeitos da redução de renda, do aumento das responsabilidades familiares e do adoecimento, fatores que contribuíram para desistências, interrupções e desaceleração das pesquisas. (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, 2021). Em terceiro lugar, a qualidade formativa, sobretudo em cursos dependentes de práticas laboratoriais, trabalho de campo ou estágios profissionais, sofreram limitações que exigiram reestruturações curriculares e, em numerosos casos, a recomposição das atividades práticas no período pós-pandemia.

Neste cenário, observaram-se impactos nos indicadores de desempenho e nos processos de avaliação da pós-graduação, uma vez que a coleta de informações e o andamento regular dos ciclos avaliativos demandaram ajustes,

inclusive com reabertura de prazos para atualização de bases institucionais. Tais dimensões demonstram que, embora as medidas emergenciais tenham sido indispensáveis e tenham atenuado os efeitos mais severos da crise, persistem lacunas que requerem políticas estruturantes de médio e longo prazo.

Considerando as políticas públicas educacionais, o período de 2020 a 2022 sublinha a necessidade de fortalecer instrumentos de resiliência institucional, incluindo investimentos contínuos em infraestrutura digital e na capacitação docente para modalidades remotas e híbridas, a institucionalização de mecanismos permanentes de flexibilidade curricular e de suporte financeiro às trajetórias acadêmicas, bem como o estabelecimento de linhas de fomento duradouras para pesquisas interdisciplinares voltadas às desigualdades educacionais. Além disso, a disponibilidade de dados abertos da CAPES possibilita análises contínuas e mais detalhadas por programa, região e ano, corroborando às formulações de políticas que conciliem equidade e qualidade.

Em resposta à necessidade de garantir a segurança nas atividades presenciais, foram elaborados documentos técnicos e protocolos de biossegurança. Estes documentos discorreram orientações detalhadas sobre as medidas de prevenção e controle da COVID-19, incluindo práticas de higienização, distanciamento social e uso de equipamentos de proteção individual. A implementação desses protocolos teve o propósito de proporcionar ambientes educacionais seguros, para que as atividades presenciais fossem retomadas de forma gradual, conforme as condições epidemiológicas permitissem (Brasil, 2021).

Refletindo sobre o protocolo de biossegurança considerando o retorno seguro às atividades presenciais nas instituições de ensino, com a necessidade desse retorno ser gradual e seguro, não seria possível sem políticas públicas adotadas para o momento excepcional. Para tanto a Diretoria de Desenvolvimento da Educação em Saúde (DDES) da Secretaria de Educação Superior (Sesu), com o suporte da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec), elaboraram um Protocolo de Biossegurança crucial para orientar e assegurar a retomada das atividades de forma segura e eficaz. Esse protocolo, oficializado pela Portaria nº 572 em 1º de julho de 2020, visou estabelecer normas e práticas fundamentadas em diretrizes da Organização Mundial de Saúde (OMS), da Organização Pan-Americana de Saúde (Opas) e do Ministério da Saúde. (Brasil, 2020).

Os autos documentados apontam que esse Protocolo de Biossegurança teve como principal objetivo garantir a segurança e o bem-estar da comunidade acadêmica e da sociedade em geral durante a pandemia. Para isso, ele estabeleceu medidas detalhadas sobre a organização dos ambientes das IE, o uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), a higienização das instalações, o controle de acesso e a gestão de casos suspeitos ou confirmados de COVID-19. Essas diretrizes visaram criar um ambiente de ensino que minimizasse os riscos de contágio e promovesse a saúde de todos os envolvidos.

Entre as medidas recomendadas pelo protocolo, destaca-se a organização de equipes de trabalho de forma escalonada para assegurar o distanciamento social necessário. Além disso, foi essencial a implementação de rotinas rigorosas de limpeza e desinfecção dos ambientes e equipamentos, bem como a promoção da ventilação natural dos espaços. A aferição da temperatura de servidores, discentes e colaboradores na entrada das instalações também foi uma prática recomendada para identificar possíveis casos de infecção e prevenir a propagação do vírus.

Para que as medidas estabelecidas fossem eficazes, foi crucial que as instituições de ensino mantivessem uma comunicação clara e eficaz com a comunidade acadêmica. A produção e disseminação de materiais informativos e educativos foram ferramentas importantes para garantir que todos os membros da instituição compreendessem e seguissem as novas normas. Esses materiais incluíram cartazes, banners, e informações digitais acessíveis através dos portais institucionais e aplicativos móveis (Brasil, 2020).

Além disso, a realização de capacitações para docentes, técnicos-administrativos e demais colaboradores foi impreterível, apesar de aquém às necessidades do momento, pois tudo aconteceu repentinamente e com uma urgência exponencial. Essas capacitações visaram preparar os profissionais para lidar com os novos desafios impostos pela pandemia, garantindo que todos os envolvidos estivessem aptos a implementar e monitorar as medidas de biossegurança estabelecidas pelo protocolo (Brasil, 2020).

É importante ressaltar que, para as Universidades Federais, a decisão sobre o momento e a viabilidade do retorno presencial das atividades couberam à própria instituição, conforme previsto pela Constituição Federal. O Protocolo de Biossegurança funcionou como uma recomendação, fornecendo diretrizes e

orientações que auxiliaram as instituições em seu processo de decisão e na implementação das medidas necessárias para um retorno seguro (Brasil, 1988).

Esse Protocolo de Biossegurança elaborado pela Diretoria de Desenvolvimento da Educação em Saúde - DDES e pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica – Setec, representou uma ferramenta importante na condução das políticas públicas educacionais para a retomada das atividades presenciais nas instituições de ensino. Com base em evidências científicas e orientações de especialistas, o protocolo estabeleceu medidas claras e práticas para garantir a segurança da comunidade acadêmica.

A colaboração dos envolvidos foi necessária para que a implantação dessas medidas fosse realizada, com vistas à proteção da saúde pública. Uma verdadeira corrida contra o tempo! A comunicação foi o canal de liga tanto nas capacitações adequada a situação emergente, quanto a adesão às diretrizes estabelecidas. Entende-se que foi possível assegurar um retorno seguro e responsável às atividades presenciais, mesmo com tantas adversidades de contingenciamento à continuidade da educação em um cenário avassalador (Brasil, 2020).

Os desafios na Educação em decorrência da pandemia de COVID-19, concomitante às diretrizes educacionais, como resposta do Ministério da Educação (MEC) no Brasil foi multifacetada, envolvendo a implementação de diversas políticas públicas e medidas normativas para garantir a continuidade das atividades educacionais. Ao procurar analisar este cenário com foco nas principais ações adotadas pelo MEC conjuntamente com os demais ministérios durante a pandemia, considerando que a COVID-19, foi necessário desvendar ponto a ponto, pois a complexidade é gigante considerando os desafios impostos neste cenário, pois afetou todos os setores da sociedade, e a educação não foi exceção.

Como ato conjunto, as iniciativas adotadas pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (2020), reafirmaram o compromisso com a manutenção das atividades educacionais, científicas e de formação de docentes, mesmo em um contexto marcado por uma crise de alcance global. A Fundação se dedicou a preservar a integridade dos processos acadêmicos, ampliar as possibilidades de acesso ao conhecimento e consolidar a pós-graduação brasileira, assegurando que a educação superior e a pesquisa científica permanecessem como eixos estruturantes do desenvolvimento nacional dentro das

possibilidades inerentes à situação desafiadora do cenário de contingenciamento pandêmico.

3.1.3 CAPES in Programas de Pós-graduação na pandemia COVID-19

Ao aprofundar esta pesquisa considerando o material disponível ao público no site da CAPES, encontrou-se registros de que a Fundação reafirmou seu compromisso em apoiar os estudos de pós-graduação, tanto nas cotas institucionais quanto nos programas estratégicos. O orçamento destinado às bolsas recebeu um reforço de R\$ 53 milhões, além de um crédito adicional de R\$ 43 milhões para a CAPES. Outros R\$ 286,5 milhões que estavam bloqueados também foram liberados. Assim, mais de 90 mil bolsas de mestrado, doutorado e pós-doutorado continuam ativas e com pagamentos regularizados. Para os bolsistas com destino ao exterior, a CAPES anunciou no período pandêmico a disponibilização da vacina contra a COVID-19. Apontou em nota que “Esses discentes e pesquisadores brasileiros, que ainda não puderam iniciar suas atividades fora do país, agora poderão viajar com a aplicação da dose única”. A Fundação solicitou que esse grupo se apresentasse, o quanto antes, em seus municípios, para receber o imunizante (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, 2020).

Em uma matéria publicada em agosto de 2021, a CAPES comunicou, em seu portal, que prorrogou, de forma excepcional, 38.835 bolsas de mestrado e doutorado ativas no Brasil por até seis meses devido à pandemia de COVID-19. Estas informações constam em um relatório do Sistema de Controle de Bolsas e Auxílios (SCBA) referente a julho. Esta importante decisão foi tomada no início das restrições causadas pela pandemia. Em 2020, no portal da CAPES, duas portarias foram publicadas para regulamentar essa medida: a primeira, em abril, permitiu a prorrogação das bolsas por até três meses; a segunda, em agosto, ampliou esse prazo para seis meses. O benefício teve valia para todos os pesquisadores com bolsas de mestrado ou doutorado em andamento no país durante o período da pandemia. As instituições de ensino ficaram como responsáveis por indicar os bolsistas elegíveis no SCBA, priorizando àqueles cujos trabalhos foram mais prejudicados pelos efeitos da crise sanitária (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, 2021).

Como medidas em resposta à pandemia de COVID-19, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (2021), ofereceu suporte aos Programas de Pós-Graduação (PPGs). As iniciativas tiveram como objetivo assegurar a continuidade das atividades acadêmicas e a formação de profissionais capacitados, apesar dos desafios impostos pela crise sanitária. Entre as principais ações adotadas pela CAPES, destacam-se:

- Suspensão temporária das bancas presenciais de teses e dissertações por um período de 60 dias, como forma de prevenir a disseminação do vírus.
- Prorrogação do prazo do sistema Coleta, responsável pelo recebimento e registro dos dados referentes aos cursos de pós-graduação.
- Disponibilização gratuita do acesso ao Portal de Periódicos, a maior biblioteca virtual do país, para pesquisadores brasileiros que se encontravam no exterior.
- Destinação de R\$ 200 milhões em apoio financeiro por meio do Programa de Combate às Epidemias, voltado a projetos de enfrentamento ao coronavírus.
- Financiamento de pesquisas sobre os impactos da pandemia, com investimentos de até R\$ 25,1 milhões destinados a 40 projetos selecionados.

Desde o início da pandemia, a Fundação monitorou a situação procurando adotar medidas constantes para apoiar a comunidade acadêmica e preservar a qualidade das atividades de ensino e pesquisa, em meio a crise de saúde pública. As sete diretorias da CAPES trabalharam em conjunto para oferecer suporte seguro aos pesquisadores e discentes. Entre as principais ações, destaca-se o Programa de Combate às Epidemias, lançado no período, que previu a concessão de 2.600 novas bolsas de mestrado, doutorado e pós-doutorado, com investimento de R\$ 200 milhões para apoiar até 30 projetos de pesquisa. O edital para seleção das propostas encontra-se disponível no site da CAPES para consulta aos leitores que desejarem verificar este documento. A Fundação também recomendou a suspensão das bancas presenciais de teses e dissertações por 60 dias, orientando que fossem realizadas de forma virtual, como medida preventiva contra o contágio. Além disso, os prazos do sistema “Coleta” foram prorrogados e o Portal de Periódicos, maior biblioteca virtual do país, passou a oferecer acesso gratuito às publicações internacionais, conforme solicitação do presidente da CAPES, do período.

Os bolsistas no exterior também receberam atenção especial. Em março de 2020, a CAPES enviou orientações para os pesquisadores que estavam fora do país ou com viagens programadas e criou um grupo emergencial de apoio aos mais de

3.300 bolsistas em 37 países. Àqueles que optaram por retornar ao Brasil contaram com assistência para emissão rápida das passagens, evitando que ficassem retidos no exterior. Todas as bolsas internacionais foram mantidas — e, em alguns casos, prorrogadas — para não prejudicar os pesquisadores. Seguindo recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS), o edital do Programa Doutorado-Sanduíche no Exterior (PDSE) foi adiado no período (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, 2020). Abaixo, na tabela 1, temos um resumo com os números de bolsas por modalidade e os principais dados dos programas de formação docente:

Tabela 1 — Resumo (2020–2022) com os números de bolsas por modalidade e os principais dados dos programas de formação docente pela CAPES.

Ano	Mestrado	Doutorado	Pós-doc	Variação M	Variação D	Variação Pós-doc.
2020	43.501	46.110	5.281	—	—	—
2021	42.139	47.006	4.113	▼ ~ -3,1%	▲ ~ +1,9%	▼ ~ -22,1%
2022	44.019	50.699	3.542	▲ ~ +4,5%	▲ ~ +7,9%	▼ ~ -13,9%

Fonte: Site da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, (2020-2022).

Quanto uma prévia sucinta para conhecimento dos leitores aos dados quantitativos apresentados na tabela acima, de execução e acompanhamento, a CAPES disponibilizou conjuntos de dados abertos sobre bolsas e auxílios (com séries relativas a 2021–2022) e relatórios de gestão que registraram tanto a implementação de bolsas vinculadas a programas emergentes quanto mudanças operacionais decorrentes da pandemia. Esses repositórios oficiais permitem mensurar variações na quantidade de bolsas implementadas, nos prazos de vigência e nos projetos apoiados por instrumentos como o PDPG e o CAPES/FAP, embora algumas bases tenham sofrido atualizações subsequentes em função da reabertura de calendários de envio pelas reitorias. A partir desses documentos institucionais é possível construir séries temporais que evidenciam, por exemplo, incremento pontual de bolsas prorrogadas em 2020–2021 e alocação específica de recursos para editais temáticos em 2021–2022 (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, 2022).

Como complemento, vale ressaltar que programas internacionais voltados para docentes da Educação Básica também foram ajustados para proteger os

participantes. O Programa de Desenvolvimento Profissional de docentes da Educação Básica no Canadá teve seus prazos prorrogados; os docentes participantes do programa na Irlanda receberam apoio para retornar ao Brasil; e o Programa de Desenvolvimento Profissional para docentes de Língua Inglesa nos Estados Unidos (PDPI) teve o cronograma suspenso. Na área de educação a distância, a CAPES autorizou os polos da Universidade Aberta do Brasil (UAB) a adiarem o início das aulas até 31 de agosto. O programa Ciência é 10 (C10) também teve suas atividades temporariamente suspensas. A parceria com o portal Britannica Escola foi fortalecida, ampliando a capacidade das salas virtuais de 100 para 800 vagas. Somente no primeiro trimestre do ano, foram registrados mais de 2,4 milhões de acessos. Enquanto a situação não se normalizava, a CAPES seguiu empenhada em minimizar os efeitos da pandemia sobre bolsistas, programas de pós-graduação e iniciativas de educação básica também. A equipe técnica da instituição manteve os seus canais de comunicação abertos para oferecer suporte e orientação à comunidade acadêmica neste período de adversidades (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, 2020).

Neste contexto, outras iniciativas como o Programa Estratégico Emergencial de Combate a Surtos, Endemias, Epidemias e Pandemias, realizou o lançamento do Edital de Seleção Emergencial IV – “Programa de Desenvolvimento da Pós-Graduação (PDPG) - Impactos da Pandemia” como propósito de apoiar ações voltadas à formação de profissionais qualificados e ao fortalecimento da pesquisa científica e acadêmica nos Programas de Pós-Graduação (PPGs) *stricto sensu* acadêmicos. O foco principal foi em fomentar estudos sobre os impactos sociais, econômicos, culturais e históricos da pandemia de COVID-19 nos diferentes segmentos da sociedade brasileira, tais como: Estimular a produção de pesquisas sobre temas emergenciais e de relevância nacional que surgiram ou se intensificaram com a pandemia, como: violência, saúde e adoecimento social, reorganização urbana, novas formas de trabalho e ensino (públicas e privadas), disseminação da informação, comportamento social e desigualdades regionais; aprofundar o conhecimento científico e gerar resultados que contribuam para o entendimento e a proposição de soluções diante dos impactos da COVID-19; fomentar a cooperação acadêmica entre diferentes PPGs, promovendo a realização de projetos interdisciplinares de alcance nacional; ampliar a atuação do Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG) na produção “equitativa” do conhecimento,

incentivando estudos sobre os efeitos da pandemia nos variados contextos sociais, culturais e econômicos do país; garantir a difusão e aplicação social do conhecimento, sistematizando dados e informações que pudessem subsidiar políticas públicas voltadas aos impactos da COVID-19.

Citando outras ações encontradas no portal da CAPES, vinculadas ao MEC, em prol dos Programas de Pós-Graduação, no ensino superior, período da pandemia COVID-19, os processos regulatórios da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (Seres) adotaram medidas a fim de definir uma temporada para o protocolo de processos regulatórios, conforme estabelecido no artigo 11 do Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017. Este decreto determina que o Ministério da Educação (MEC) deve estabelecer um calendário anual para abertura do protocolo de ingresso e conclusão de processos regulatórios em seu sistema próprio, visando à expedição dos atos autorizativos e suas modificações. Em consonância com esse decreto e com o compromisso de promover transparência e eficiência na administração pública, a Seres emitiu, em fevereiro, a Portaria MEC nº 208/2020, estabelecendo o calendário de abertura do protocolo de ingresso de processos regulatórios no sistema e-MEC para o ano de 2020. Esta medida buscou agilizar e institucionalizar os fluxos e procedimentos relacionados à autorização de instituições e cursos de educação superior, em conformidade com os princípios de publicidade e eficiência administrativa.

Além desta autorização e reconhecimento de cursos, a temporada estabelecida pela Seres abrangeu o credenciamento e reconhecimento de instituições de educação superior, e aditamentos relacionados a esses processos, neste período pandêmico. Essa abordagem visou proporcionar uma gestão mais organizada e eficiente dos procedimentos regulatórios, garantindo que as instituições e cursos atendessem aos requisitos estabelecidos pelos órgãos competentes, promovendo a qualidade do ensino superior no país, mesmo em um período diferenciado devido ao contingenciamento do COVID-19. A flexibilidade proporcionada pelas alterações no Calendário Regulatório 2020, por meio das Portarias emitidas pela Seres, nº 75, 218 e 135, foi de extrema importância para garantir uma regulação mais eficiente e adequada às necessidades das instituições de educação superior e do próprio sistema educacional como um todo, com uma flexibilidade ao cenário vivenciado. Essas mudanças refletiram um entendimento sensível às circunstâncias excepcionais enfrentadas pelas instituições e pela

administração pública, permitindo que ambos tivessem um tempo adicional para se adaptar e cumprir com os requisitos regulatórios de forma mais adequada e equitativa, na medida do possível, já que neste último quesito as ressalvas continuaram imensuráveis. Uma gestão mais justa e transparente, alinhada com os princípios de razoabilidade e eficiência na prestação de serviços públicos entende-se como dever básico do Estado.

Ao espelhar o Ensino Superior durante a pandemia, procurando ressaltar uma análise crítica das políticas públicas educacionais, o contexto instigou a trabalhar-se em transformações profundas nos setores como um todo. No entanto, as políticas públicas voltadas para esse setor revelaram lacunas significativas e levantaram questões críticas sobre a eficácia e a equidade das respostas governamentais. Com o fechamento físico das instituições de ensino devido às restrições sanitárias, houve uma rápida transição para o ensino remoto. No Brasil, por exemplo, o Ministério da Educação (MEC) e outras entidades governamentais emitiram diretrizes para a continuidade das atividades acadêmicas, promovendo o uso de plataformas digitais e recursos tecnológicos. No entanto, essa resposta emergencial revelou-se inadequada em vários aspectos. Primeiramente, a desigualdade no acesso à tecnologia foi um problema crítico, citado anteriormente nesta pesquisa. Muitos discentes e docentes enfrentaram dificuldades devido à falta de equipamentos adequados e conexão de internet confiável. As políticas públicas não conseguiram abordar eficazmente essas disparidades, resultando em uma ampliação das desigualdades já existentes no ensino superior. Instituições em regiões menos favorecidas e discentes de baixa renda foram desproporcionalmente afetados, exacerbando as desigualdades educacionais.

Outra questão relevante é a qualidade da educação oferecida durante a pandemia. O ensino remoto, embora necessário, não conseguiu replicar de maneira satisfatória a experiência educacional presencial (Morgado; Sousa e Pacheco, 2020). A falta de interação face a face, as dificuldades de adaptação à novas metodologias de ensino e a sobrecarga de trabalho para docentes e discentes comprometeram a qualidade do aprendizado. As políticas públicas falharam em fornecer um suporte adequado para a capacitação de docentes e a adaptação curricular necessária para um ensino remoto eficaz. As políticas públicas educacionais também apresentaram deficiências na abordagem da avaliação acadêmica e na flexibilidade dos requisitos curriculares. Muitas instituições

enfrentaram desafios ao tentar adaptar os métodos de avaliação para o formato remoto, o que levou a preocupações sobre a validade e a equidade das avaliações. A falta de diretrizes claras e uniformes resultou em abordagens inconsistentes, gerando incertezas para discentes e docentes.

Além disso, a necessidade de flexibilização dos currículos e a adaptação dos programas de estudos às novas realidades foram amplamente negligenciadas. A rigidez curricular, que não permitiu ajustes rápidos às circunstâncias emergenciais, limitou a capacidade das instituições de responder adequadamente aos desafios impostos pela pandemia (Morgado; Sousa e Pacheco, 2020). Outro aspecto crítico foi a falta de políticas públicas focadas no apoio psicológico e social para a comunidade acadêmica. O estresse, a ansiedade e outros problemas de saúde mental tornaram-se comuns durante a pandemia, mas as respostas institucionais e governamentais muitas vezes foram insuficientes. A falta de suporte psicológico adequado para discentes e funcionários contribuiu para uma crise de saúde mental que ainda persiste e que precisa ser abordada com mais seriedade, com mais estudos e pesquisas a respeito.

Um dos pontos positivos nas políticas públicas educacionais foi o reconhecimento da autonomia das instituições de ensino superior na tomada de decisões relacionadas ao retorno presencial. A Portaria nº 572/2020, que estabeleceu diretrizes para um retorno seguro às atividades presenciais, é um exemplo de como a autonomia universitária pode ser respeitada dentro de um marco regulatório. Contudo, a autonomia também deve ser acompanhada de recursos e suporte adequados para que as instituições possam implementar as medidas necessárias de forma eficaz, em diferentes cenários (Brasil, 2020). Considerando uma breve análise *SWOT*, ref. a contextualização apresentada neste período da pandemia de COVID-19, é possível observar e destacar as forças quanto as fraquezas das políticas públicas voltadas para o ensino superior. A necessidade de uma abordagem mais equitativa, como bases abordadas por Freire (2013), assim como flexibilidade estruturada para enfrentar crises emergenciais, é evidente. As políticas públicas devem evoluir para fornecer suporte adequado às instituições e aos discentes, garantindo igualdade de acesso, qualidade educacional e bem-estar psicológico. A experiência da pandemia oferece uma oportunidade para repensar e reformular as políticas de ensino superior, com o objetivo de construir um sistema

educacional mais resiliente e inclusivo para as próximas gerações, podendo contemplar diferentes cenários.

Um destaque às possíveis experiências de estudos nas mais distintas áreas, relacionado à pesquisa científica, considerando o período pandêmico, temos o papel da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Ela nasceu de uma campanha nacional feita em 1951 que tinha como meta o aperfeiçoamento do pessoal de nível superior. A missão seria executada por uma Comissão, instituída pelo Decreto nº. 29.741, de 11/07/1951, composta por representantes de diferentes órgãos do governo e entidades privadas (CAPES, 2014). Esta coordenação tem sido, desde sua criação, um pilar fundamental para o avanço da pós-graduação *stricto sensu* no Brasil, foco deste estudo. Seu papel se destaca especialmente em tempos de crise, como a pandemia de COVID-19, quando a continuidade e a qualidade da educação superior enfrentaram desafios sem precedentes. Neste contexto, é imperativo avaliar o papel da Capes na promoção e fortalecimento dos programas de mestrado e doutorado e sua contribuição para a ciência e a formação de docentes.

Desde a sua criação, a Capes contempla em suas bases fundamentais a consolidação dos programas de mestrado e doutorado em todo o país, concomitante as formulações e implementações de políticas públicas, da avaliação e do suporte financeiro. Apesar de fragilidades em apoio governamental a CAPES tem contribuído para o avanço do conhecimento e para o desenvolvimento da ciência e tecnologia no Brasil. O aporte ao fortalecimento em pesquisas nos cursos de pós-graduação *stricto sensu* contribui a inovação. Essa busca é contínua e envolve diferentes frentes conjuntamente aos pesquisadores.

Além de sua atuação na pós-graduação, a Capes tem atuação na formação de docentes da educação básica. Este aspecto é importante para a melhoria da qualidade da educação em todos os níveis, pois tem o intuito de garantir que os docentes estejam atualizados com as melhores práticas pedagógicas e conhecimentos atualizados. A Capes, através de programas de formação e capacitação, busca assegurar que os profissionais da educação estejam preparados para enfrentar os desafios do ensino em prol da educação no país (Brasil, 2024).

Segundo informações no site, a Fundação estabelece rigorosas diretrizes para a avaliação dos programas de mestrado e doutorado, promovendo um processo de aprimoramento constante. Essas avaliações determinam caminhos a

formulação de políticas públicas educacionais, a distribuição de recursos e a alocação de bolsas de estudo e apoios financeiros, apesar de carência neste quesito devido a demanda ser maior do que a oferta. A busca é por padrões elevados de qualidade e que os recursos sejam direcionados de forma eficaz para promover a excelência acadêmica. Na pandemia de COVID-19, a Capes teve que adaptar suas estratégias e respostas para apoiar a continuidade da pós-graduação e a pesquisa científica. A manutenção e o fortalecimento dos programas de pós-graduação durante a crise foram determinantes para o avanço do conhecimento científico, que é crucial para o enfrentamento de crises sanitárias e outros desafios emergenciais (Brasil, 2020).

Neste período foram implementadas medidas a fim de “garantir” a continuidade das atividades acadêmicas, promovendo a adaptação para o ensino remoto e o suporte para a pesquisa. A relevância dos programas de pós-graduação se tornou ainda mais evidente considerando a gama de problemas complexos evidenciados com a chegada da pandemia. A Capes enfrentou uma tarefa complexa de equilibrar a manutenção da qualidade acadêmica com a necessidade de adaptações rápidas e eficazes, com a retirada de percentuais de subsídios pelo governo, no período pandêmico, focando em questões da saúde pública, segundo os argumentos na ocasião. Essa temática requer outros estudos devido a complexidade envolvida para um diagnóstico raso e circunstancial. Mesmo assim, evidencia-se uma resiliência da Capes ao se adaptar as políticas próprias com as políticas públicas de cada governo, o que não foi diferente no período da pandemia COVID-19. Responder aos desafios emergenciais foi e é crucial para a continuidade e a excelência da pós-graduação durante uma crise. No entanto, as situações vivenciadas na pandemia evidenciaram fragilidades com vistas a um reforço contínuo das políticas e estratégias para garantir que a pós-graduação no Brasil continue a prosperar e a atender às demandas de uma sociedade em constante movimento (Brasil, 2020).

No contexto da quarentena a possibilidade de defesa de dissertação ou tese de forma remota representou uma adaptação emergencial às IES com modalidade presencial. Essa medida permitiu que os discentes concluíssem seus estudos no prazo previsto, eliminando a necessidade de adiamento devido às restrições de deslocamento e aglomeração. A realização de defesas virtuais garantiu que as atividades acadêmicas prosseguissem sem interrupções, favorecendo a progressão

dos bolsistas e ao cumprimento dos cronogramas acadêmicos, mesmo diante das adversidades provocadas pela pandemia. Outra medida importante foi a extensão do prazo final para a coleta de dados. Reconhecendo as dificuldades enfrentadas por instituições e programas de pós-graduação na coleta e inserção de dados durante o período pandêmico, a Capes ofereceu uma ampliação desse prazo, conforme já mencionado nesta pesquisa. Essa ação proporcionou tempo adicional para que as instituições pudessem concluir suas atividades administrativas e atender aos requisitos de avaliação sem sofrer penalidades por eventuais atrasos provocados pela emergência sanitária.

Essas ações demonstraram o comprometimento pela Capes em adaptar seus processos de avaliação para garantir a continuidade e a qualidade da pós-graduação *stricto sensu* no Brasil, apesar das adversidades impostas pela pandemia de COVID-19 (CAPES, 2024). Porém, a decisão de não considerar a variável tempo de titulação na composição dos indicadores de avaliação durante a pandemia foi uma medida arriscada, sensata e justa ao mesmo tempo. É possível compreender que esta abordagem reconheceu as circunstâncias excepcionais que impactaram o tempo necessário para a conclusão dos cursos de pós-graduação, e dessa forma evitando que os programas pudessem ser penalizados por fatores externos à sua capacidade acadêmica e ao desempenho de seus discentes. Essa mudança foi necessária para minimizar os impactos referentes aos regulamentos de prazos e de certa forma, assegurou uma avaliação mais equitativa, porém longe do ideal, mas possível no momento conforme vivenciado. Pode-se afirmar que estas ações foram realistas aos programas de pós-graduação durante esse período desafiador.

3.1.4 *Revolução x Evolução Tecnológica em decorrência ao COVID-19*

O uso de tecnologias, no período pandêmico, foi determinante para a continuidade de praticamente todos os segmentos, no período da quarentena, confinamento. Para tanto, cabe a esta pesquisa um tópico sobre a revolução e evolução tecnológica no decorrer da história. Pode-se afirmar que a chegada das tecnologias foi transformadora no cenário educacional muito antes da pandemia de COVID-19, destacando os avanços, desafios e implicações para a pesquisa científica em educação.

Portanto, antes do advento da pandemia COVID-19, o mundo já se encontrava imerso em uma era de rápidos avanços tecnológicos que estavam moldando e transformando todos os aspectos da sociedade, incluindo a educação. A proliferação de dispositivos tecnológicos, como smartphones, tablets e laptops, facilitou o acesso generalizado à tecnologia em ambientes educacionais. Essa disponibilidade permitiu que tanto discentes quanto docentes integrassem ferramentas digitais em salas de aula e em atividades em casa, promovendo um ambiente de aprendizado mais conectado e interativo. Neste contexto o crescimento exponencial de plataformas de aprendizagem online, cursos à distância e recursos digitais abriram novas possibilidades para o acesso aos conteúdos educacionais. Os discentes puderam acessar materiais e participar de cursos de qualquer lugar e a qualquer momento, promovendo uma flexibilidade sem precedentes no processo de ensino-aprendizagem, porém não é uma escolha predominante no Brasil pelo ensino remoto. Existem pontos e contrapontos dos perfis dos discentes e acessos às mídias (Tomás, 2022).

A introdução e o avanço de tecnologias emergentes, como realidade virtual (RV), realidade aumentada (RA), inteligência artificial (IA) e aprendizado de máquina, começaram a influenciar e aprimorar a forma como o ensino era concebido e entregue. Essas tecnologias possibilitaram experiências de aprendizado mais imersivas e interativas, além de proporcionar novas formas de engajamento e compreensão dos conteúdos, porém de forma desigual. A integração de tecnologias adaptativas e personalizadas tiveram e tem seu papel transformador à abordagem educacional ao possibilitar a customização do ensino conforme as necessidades individuais dos discentes. Ferramentas e plataformas capazes de adaptar o conteúdo e o ritmo do ensino às características e ao progresso de cada discente permitiram um aprendizado mais eficaz e alinhado às particularidades de cada indivíduo.

Essas tendências tecnológicas, já em evidência antes da pandemia, prepararam o terreno para uma evolução ainda mais rápida e necessária do ensino e da aprendizagem durante e após o período crítico da COVID-19. Percorrendo sucintamente pela história, desde 1970, a internet era conhecida principalmente nos campos militares e científicos, financiada com recursos públicos e acessível apenas a adultos capacitados, conforme Ponte (1917). Foi somente em algumas décadas após o surgimento da rede mundial, ou *World Wide Web*, em 1989, que a internet se

tornou disponível ao público amplo, por meio de um fornecedor comercial. Na sua fase inicial, a Web 1.0, a informação era transmitida de forma unidirecional, semelhante ao rádio e à televisão, com sites acessíveis apenas por computadores de mesa. O autor aborda que a primeira grande transformação ocorreu com a introdução da banda larga e do *wi-fi*, que expandiram as opções de acesso à internet. Isso levou ao surgimento da *Web 2.0*, uma fase marcada pela participação ativa dos usuários na criação de conteúdo online. Essa era trouxe novas tecnologias móveis e a popularização de sites interativos e redes sociais, como *Blogger*, *Wikipedia*, *MySpace*, *Facebook*, *Flickr*, *YouTube* e *Twitter*.

Com a crescente popularidade das redes sociais e suas capacidades de interação, surgiram grandes empresas na economia digital que investiram no desenvolvimento de algoritmos personalizados para identificar perfis de usuários, definindo assim a Web 3.0. A principal diferença entre a Web 2.0 e a Web 3.0 é que, nesta última, as escolhas de pesquisa e entretenimento dos usuários se tornaram ferramentas lucrativas para direcionar propagandas de produtos que atendem ao perfil de consumidor, atingindo-os diretamente ao acessar a internet. A chegada da *Web 4.0*, no período antecessor à pandemia COVID-19, é caracterizada pela intensificação da flexibilidade da experiência digital, pela ubiquidade e intuitividade dos objetos do cotidiano. Além disso, a *Web 4.0* permitia e permite o armazenamento de informações em nuvens, espaços virtuais onde é possível acessar, editar ou armazenar dados de forma remota através de diferentes tecnologias digitais. Esse período também é marcado pelo "viver digital," uma característica da sociedade atual que expõe a vida ao julgamento dos outros (Ponte, 1917).

A pandemia de COVID -19, com o início em março de 2020, tornou o "viver digital" ainda mais prevalente, impactando profundamente a forma como ensinamos, aprendemos e nos relacionamos, uma vez que a necessidade de isolamento social intensificou o uso de ferramentas e interações virtuais nos contextos e desafios para a educação. Um dos principais pontos críticos está a desigualdade digital, a qual foi gritante no período da pandemia em meio a realidade de revolução e evolução das mídias estavam as pessoas sem os devidos acessos às tecnologias. Essa desigualdade social impediu que "todos" os discentes tivessem um acesso igualitário ao uso de tecnologias. *internet*, aumentando as disparidades já presentes no sistema educacional (Castro, Junior, Almeida e Santos, 2021).

Os autores abordam que a integração efetiva da tecnologia na prática pedagógica foi e é um obstáculo enfrentado por muitos educadores, que carecem de treinamento e recursos adequados para utilizar as novas ferramentas de forma eficiente em sala de aula. A qualidade e credibilidade do conteúdo online também foi uma preocupação crescente, no período da COVID-19, já que a vasta quantidade de material disponível na internet precisou ser revisitada e readequada ao cenário desafiador. Outro desafio significativo foi a proteção de dados e privacidade, especialmente com a coleta de informações dos discentes por plataformas digitais, o que levanta questões éticas e de segurança sobre o uso desses dados.

Neste quesito relacionado a proteção de dados, considerando uma abordagem analítica de revolução x evolução tecnológica em decorrência ao COVID-19, conforme registros na plataforma do MEC em Brasil (2020), ocorreu uma parceria entre a Secretaria de Educação Superior (Sesu) e as universidades federais da Bahia, Cariri, Oeste do Pará e Viçosa que resultou no desenvolvimento do Portal de Monitoramento das Instituições de Ensino em tempo real. Neste ano, o principal objetivo desse painel foi monitorar o funcionamento das universidades federais e apoiar as ações de combate à pandemia em 69 instituições desse tipo. Além disso, o portal acompanhou o número de médicos, enfermeiros, farmacêuticos e fisioterapeutas que tiveram suas colações de grau antecipadas.

Essa iniciativa demonstrou o compromisso das instituições de ensino superior e da Sesu em procurar manter um controle eficiente da situação durante a pandemia, e em contrapartida, de fornecer suporte para as ações de saúde pública. O Portal de Monitoramento (Brasil, 2021), trabalhou em uma gestão ágil para apresentar informações relacionadas ao funcionamento das universidades e ao acompanhamento dos profissionais da saúde formados, contribuindo assim para a resposta coordenada e efetiva às necessidades emergenciais provocadas pela crise sanitária, pois a necessidade destes profissionais em campo foi emergencial.

Os dados apresentados nesse portal de monitoramento das Instituições de Ensino, indicaram mais de 1.600 ações consolidadas, realizadas pelas 110 instituições da Rede Federal de Educação, as quais beneficiaram cerca de 25 milhões de pessoas em todo o país. Entre as diversas iniciativas registradas, destacam-se àquelas que tiveram maior impacto e abrangência. Um exemplo significativo foi a produção de álcool em gel, glicerinado e/ou álcool 70%, executada por 91 instituições e fornecendo um recurso essencial para a prevenção da

propagação do vírus (Brasil, 2021). Outra ação expressiva foi a fabricação de equipamentos de proteção individual (EPIs) com impressora 3D, realizada por 90 instituições, contribuindo para suprir a demanda por equipamentos de segurança para profissionais de saúde. Além disso, a oferta de serviços de aconselhamento e/ou apoio psicológico, em ocorrência e disponibilidade virtual, remota, foi conduzida por 85 instituições, para o suporte emocional e mental das pessoas afetadas pela pandemia. Outras ações relevantes incluíram a produção de equipamentos hospitalares, o teleatendimento médico, a capacitação de profissionais da saúde, a realização de exames para diagnóstico do coronavírus e até mesmo o desenvolvimento de vacinas com um “up” de desenvolvimento em tempo *record*, referente a um marco significativo de revolução e evolução tecnológica neste período pandêmico.

Seguindo esta pesquisa, em outubro de 2020, todas as 69 universidades federais informaram estar com o ano letivo em funcionamento de forma remota, utilizando Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) como meio principal de ensino. O portal, acessível em <http://portal.mec.gov.br/coronavirus/>, foi uma ferramenta diferenciada e criada para o levantamento dessas informações sobre o funcionamento das instituições de ensino durante a pandemia. O comitê responsável organizou seis formulários junto às universidades para a coleta de dados neste período. Estes documentos foram identificados como:

- I. Pesquisa Situacional das Instituições;
- II. Pesquisa de Antecipação da Colação de Grau;
- III. Pesquisa de Ações de Enfrentamento (Universidades);
- IV. Pesquisa de Ações de Enfrentamento (Institutos, Cefets e Pedro II);
- V. Pesquisa de Atividades Pedagógicas Não Presenciais (Sesu);
- VI. Pesquisa de Atividades Pedagógicas Não Presenciais (Setec).

Esses formulários contribuíram para que o MEC, representado pelos comitês designados neste processo pudessem acompanhar de perto as medidas adotadas pelas instituições de ensino para enfrentar os desafios impostos pela pandemia, bem como entender e tomar ações necessárias com as possíveis estratégias ao ensino remoto implementadas em todo o país. Esse portal de monitoramento demonstrou ser uma ferramenta midiática inovadora para centralizar e disseminar informações relevantes à educação superior, foco de nossa pesquisa, durante esse período desafiador. Também em 2020, a Sesu desembolsou um total de R\$ 18 milhões para

esse projeto, que inicialmente foi desenvolvido de forma emergencial em resposta à pandemia de COVID-19. O objetivo foi de aprovisionar conectividade durante seis meses, período estimado para a superação dos impactos imediatos da pandemia. No entanto, devido à continuidade dos desafios provocados pela pandemia e às medidas de saúde pública adotadas no Brasil e no mundo, o Ministério da Educação (MEC) e a Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP) decidiram dar continuidade ao projeto enquanto necessário (Brasil, 2022).

Neste cenário, diante das transformações globais nos processos educacionais, a Secretaria de Educação Superior (Sesu) buscou fortalecer o diálogo e implementar ações que visaram expandir a educação superior no Brasil por meio das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), especialmente na modalidade de Educação a Distância (EaD). O objetivo central dessas iniciativas foi em garantir um possível alcance sem fronteiras ao ensino. Segundo informações da Academia Brasileira de Ciências (2024), ao longo dos anos, o ensino superior no Brasil tem se deslocado para a modalidade a distância (EaD), com 56,5% dos novos discentes em 2022 optando por essa forma de ensino, que é predominantemente oferecida pelas instituições privadas (71,7%, contra apenas 12,9% nas instituições públicas) (Brasil, 2021). Isso posto, há ressalva de implicações profundas para o direito à educação e para a qualidade formativa. Um vasto assunto a ser explorado em novas pesquisas.

No período da pandemia foram entregues 75.177 chips para discentes em situação de vulnerabilidade socioeconômica das universidades federais (Brasil, 2021). Essa iniciativa foi relevante para garantir que esses discentes tivessem acesso aos conteúdos educacionais online oferecidos pelas instituições e pudessem dar continuidade às suas atividades acadêmicas de forma remota. O projeto demonstrou um compromisso governamental em garantir uma possível igualdade de oportunidades de acesso à educação, no contexto da pandemia, porém aquém da realidade brasileira, com regiões ainda carentes de redes de telecomunicações, em todo o Brasil, mas ainda com maiores fragilidades neste e outros quesitos no Norte e no Nordeste, como apontam as pesquisas (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, 2024).

A ação conjunta do GT para a introdução do diploma digital buscou modernizar o fluxo processual para emissão e registro de diplomas de graduação, devido às emergências regulatórias e necessidades de profissionais para atuação em diferentes frentes em função do contingenciamento provocado pela pandemia, ao

mesmo tempo que deveria assegurar a integridade e interoperabilidade dos dados. Os registros apontam que, além disso, o programa teve como meta proporcionar maior transparência, agilidade e lisura ao processo, permitindo às IES, dentro de sua autonomia e conforme a legislação vigente, economizar recursos e otimizar suas operações. Na figura 1 apresenta a distribuição de chips por região do Brasil no período da pandemia COVID-19:

Figura 1 — Distribuição de chips por região do Brasil no período da pandemia COVID-19



Fonte: Ações da Secretaria de Educação Superior (Sesu). MEC, março, 2021, BRASIL (2021).

Outro marco em revolução X evolução tecnológica que ocorreu durante a pandemia COVID-19, chegou com a divulgação da Portaria nº 793, de 2 de outubro, publicada no Diário Oficial da União nº 191, de 5 de outubro de 2020, informando que o Ministério da Educação (MEC) instituiu um Grupo de Trabalho (GT) com o objetivo de apresentar uma proposta de gestão unificada dos diplomas de cursos superiores registrados no país. Essa medida visou a normatização do diploma digital, estabelecendo especificidades técnicas para sua emissão e registro pelas Instituições de Ensino Superior (IES), (Brasil, 2020).

É importante ressaltar que o MEC adotou o reconhecimento do diploma e a documentação acadêmica no formato digital, e a partir de 2022, conforme Brasil (2022). Considera-se que a emissão digital passa a ser obrigatória neste formato para todas as Instituições de Ensino Superior, sejam elas públicas ou privadas. Esse avanço representa um marco na modernização e digitalização dos processos

educacionais, promovendo uma eficiência administrativa e facilitando a vida dos discentes e profissionais que dependem desses documentos para sua trajetória acadêmica e profissional.

Fazendo uma reflexão nestes pontos levantados no transcorrer desta escrita, com a pandemia de COVID-19, o Brasil e o mundo foram forçados a adaptar suas demandas educacionais ao ensino remoto, utilizando as TICs como ferramenta principal. Nesse contexto, a Educação a Distância ganhou maior destaque. A oferta de EaD possibilitou que um maior número de pessoas tivesse acesso à educação superior, contribuindo para elevar a taxa nacional de matrículas e promovendo a inclusão de discentes que, de outra forma, poderiam enfrentar barreiras de acesso à educação presencial, não considerando apenas o confinamento pela pandemia, decretado pela OMS, mas pelas distâncias nas proximidades onde residem ou em áreas remotas, ou com acesso limitado a instituições de ensino presenciais.

Essa possibilidade de EaD existente antes da pandemia foi ampliada. Portanto, o investimento na Educação a Distância foi uma estratégia importante para promover a democratização do ensino superior e garantir que mais pessoas tivessem a oportunidade de adquirir conhecimento e qualificação profissional, contribuindo assim para o desenvolvimento social e econômico do país, mesmo diante da crise provocada pela pandemia. Neste quesito a Secretaria de Educação Superior (Sesu) reconheceu a importância das ações voltadas para a Educação a Distância (EaD) e, desde maio de 2020, vem desenvolvendo o Plano de Expansão da EaD nas Instituições de Ensino Superior (IES) Públicas Federais, conhecido como Reuni Digital.

Em dados extraídos do portal do MEC em Brasil (2022), diz que até o dia 26 de fevereiro de 2021, foram entregues 71.984 chips no âmbito da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Também a Setec também apoiou instituições que indicaram a necessidade de receber equipamentos para viabilizar o acesso à internet de discentes em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Isso incluiu a doação de computadores usados, mas em boas condições, para instituições da Rede Federal. Outro fator ocorrido na pandemia foi o financiamento da oferta de novos cursos de qualificação profissional na modalidade de Educação a Distância (EaD) por instituições das redes públicas federal e estadual da Educação Profissional e Tecnológica representou um investimento significativo, totalizando até o momento um montante de R\$ 64,8 milhões. Esses recursos viabilizaram a

pactuação de 209.220 novas vagas, permitindo que jovens e adultos tenham a oportunidade de ingressar em cursos de qualificação profissional (Brasil, 2021).

Todas essas iniciativas estão disponíveis para acesso através do portal do MEC, na página de “Ações de Enfrentamento na Rede Federal de Ensino”. Considerando realizações deste período, os esforços coletivos demonstraram tamanha relevância imensurável às instituições de ensino, em resposta aos desafios impostos pela pandemia. Uma evidência positiva à capacidade de mobilização e contribuição para o bem-estar da sociedade em um cenário sem precedentes na nossa época marcada por avanços tecnológicos. Analisando os registros o Ministério da Educação (MEC) em meio a estes desafios inéditos, pode-se dizer que conseguiu acompanhar, em tempo real, o funcionamento e a retomada das atividades letivas nas instituições de ensino através do Portal de Monitoramento das Instituições de Ensino, mesmo em meio às fragilidades desse momento histórico mundial.

3.1.5 *Marco Teórico-Epistemológico à Educação na Pandemia*

Este item traz consigo uma possível reflexão complexa diante dos desafios sem precedentes impostos pela pandemia de COVID-19. A educação enfrentou uma transformação radical em suas práticas, políticas e perspectivas. Um dos primeiros marcos, considerando a magnitude do alcance do ensino remoto pela circunstância imposta de contingenciamento foi ressignificação das Teorias da Aprendizagem Online. A construção do conhecimento foi posta em pauta para reescrever a concepção epistemológica e procurar entender a dinâmica da aprendizagem *online* “imposta” de forma revolucionária durante a pandemia nos diferentes contextos de ensino na Educação no Brasil. Interessante analisar que estas teorias em suas origens exploram como os discentes constroem conhecimento, interagem com os outros e se engajam em diferentes ambientes. A ressignificação entra nestes aspectos de interações, porém com um novo elemento, o virtual, modalidade remota com o uso de tecnologias, neste contexto da pandemia. Nesta abordagem, considerando a epistemologia construtivista, se reconhece a importância da construção ativa do conhecimento pelos discentes, enfatizando a interação entre experiência, conhecimento prévio e contexto social. No cenário educacional durante a pandemia, isso implicou em criar-se ambientes de

aprendizagem que promovessem a exploração, a descoberta e a construção colaborativa do conhecimento na modalidade remota.

Considerando o teórico Paulo Freire, pode-se dizer que outro marco epistemológico na pandemia COVID-19, com uma gama imensurável de pontos e contrapontos e focando em uma teoria crítica, como a pedagogia do oprimido em Freire (2013) enfatizando a justiça social na educação continua com maior força para analisar as desigualdades exacerbadas pela pandemia. Essa teoria destaca a importância de reconhecer e abordar as disparidades sociais, econômicas e culturais que afetam diretamente o “ser” como indivíduo social as margens da sociedade. Onde o acesso e o sucesso educacional dependem de acessos tecnológicos como ferramenta de inclusão.

Considerando uma epistemologia crítica, nesta perspectiva se destaca a importância de questionar as estruturas de poder, desafiar as narrativas dominantes e promover a conscientização e a transformação social. Na educação durante a pandemia, considerando este olhar instiga-se a nós pesquisadores, investigar e enfrentar as desigualdades sistêmicas que foram exacerbadas pela crise, buscando práticas e políticas mais equitativas e inclusivas por meio de novas pesquisas neste foco.

Um contraponto, considerando uma epistemologia pragmática do teórico Dewey (1998), o qual enfatiza a utilidade e eficácia do conhecimento na prática, valorizando abordagens orientadas para a solução de problemas e o impacto tangível nas experiências e resultados de discentes. Isso posto, durante a pandemia, implicou adotar estratégias flexíveis, adaptáveis e baseadas em evidências para atender às necessidades imediatas dos discente e docentes, conforme apresentado em outros itens anteriores com base em Brasil (2021; 2024).

A ressignificação em metodologias educacionais é essencial em pesquisa científica em educação considerando cenários de confinamentos, pois o enfrentamento de desafios é deveras, significativo. Como exemplo, na pandemia, emergiu a necessidade de coleta de dados em modalidade remota, a mitigação do viés de amostragem e a interpretação de resultados em um contexto em constante mudança pelo contingenciamento vivenciado foi deveras transformador. É impossível negar o Marco Teórico-Epistemológico para a Educação na pandemia COVID-19. Ao incorporar teorias fundamentais e perspectivas epistemológicas relevantes, a ressignificação vivenciada apresenta pautas para estudos inovadores

que poderão contribuir para o entendimento e melhorias da prática educacional oriundas a esta pandemia.

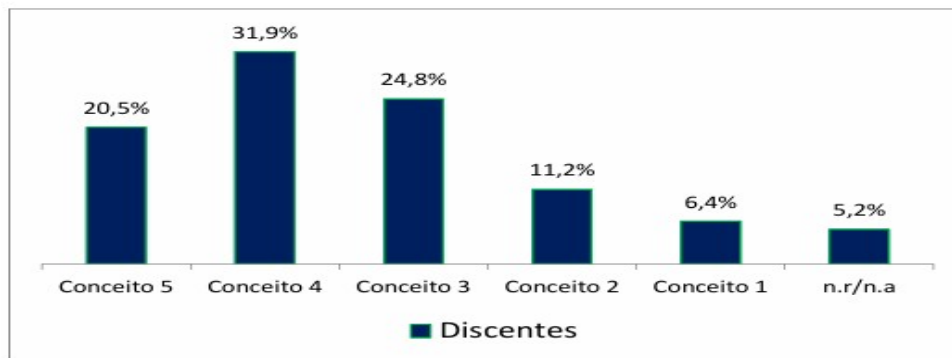
3.2 Universidade Federal da Paraíba (UFPB) no contexto pandêmico

A Universidade Federal da Paraíba (UFPB) no Contexto Pandêmico da COVID-19, como muitas instituições de ensino superior em todo o mundo, enfrentou desafios significativos e precisou tomar medidas rápidas para garantir a segurança de sua comunidade acadêmica, ao mesmo tempo que dar continuidade às demandas educacionais. As aulas presenciais foram suspensas e uma transição rápida para o ensino remoto foi necessária. Isso exigiu uma adaptação por parte dos docentes, discentes e funcionários administrativos para se ajustarem as novas plataformas de ensino e aprendizagem (Universidade Federal da Paraíba, 2020). Pesquisando em documentos disponibilizados ao público, pela UFPB, em relatórios finais da CPA entre os anos de 2020 e 2022, constam registros considerando o período da pandemia. A partir destes dados e verificando o PDI da IES, foi possível identificar que um dos principais objetivos desse documento vigente de (2019-2023), foi de fortalecer e expandir as políticas de assistência estudantil e inclusão social. Isso é possível com ações pela gestão administrativa do campus referente aos recursos e iniciativas voltadas para a assistência estudantil. O propósito informado no PDI deste período foi de fortalecer os programas de suporte e acessibilidade, promovendo a permanência dos discentes, a inclusão social e o desenvolvimento acadêmico. Para tanto, o Comitê de Inclusão e Acessibilidade (CIA) comunicou em seu relatório de gestão em 2021 que a equipe esteve envolvida ativamente ao longo do ano, realizando avaliações individualizadas das necessidades metodológicas, didáticas, de equipamentos, pedagógicas e/ou terapêuticas de 102 novos discentes com deficiência (Universidade Federal da Paraíba, 2021).

Segundo o relatório do CIA (2021), durante o ano foram realizadas campanhas de divulgação dos serviços do comitê por meio das redes sociais, como Instagram e Facebook, usando as hashtags (#pratodosverem e #pracegover), que tornaram o conteúdo mais acessível para pessoas cegas, com baixa visão ou visão monocular, entre outras limitações visuais. Além disso, o site do CIA foi mantido atualizado com informações e publicações, e a equipe contribuiu na organização de eventos e outras atividades promovidas pelo Comitê. O quadro 3, abaixo apresenta

os resultados que, indicam 52,4% dos discentes ficaram satisfeitos ou muito satisfeitos com a política de atendimento aos discentes na UFPB. Entre os respondentes, 24,8% indicaram indiferença para as políticas de atendimento adotadas aos discentes e 17,6% responderam insatisfação.

Quadro 3 — Pesquisa de satisfação ref. a política de atendimento aos discentes da UFPB



Fonte: CPA, Universidade Federal da Paraíba (2021).

No transcorrer desta pesquisa, estes resultados foram equiparados à pesquisa desta tese, que estará contemplada na explanação do item 4. O foco deste estudo é em ouvir os discentes da pós-graduação, *stricto sensu*, dos cursos de mestrado e doutorado do PPGE, que aceitaram participar da pesquisa, e que estavam matriculados no período da pandemia COVID-19.

Retomando os registros do relatório da gestão entre os anos de 2020 e 2022, da UFPB, a Pró-Reitoria de Assistência e Promoção ao discente (PRAPE) ficou como responsável por gerenciar os recursos do Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Teve como o objetivo principal de planejar, coordenar e supervisionar as atividades de apoio e promoção aos discentes, garantindo especialmente sua permanência nos cursos de graduação presenciais da Universidade Federal da Paraíba (Universidade Federal da Paraíba, 2020). Neste período, foram lançados editais que ofereceram auxílios como moradia, transporte, auxílio emergencial devido à pandemia, inclusão digital (com fornecimento de chips para acesso à internet) e auxílio instrumental, permitindo que os discentes adquirissem equipamentos de tecnologia da informação, como computadores ou tablets, para acompanhar as aulas remotas.

Como fomentado pela OMS, ocorreram ações para apoio psíquico neste período de contingenciamento. A UFPB, para contemplar esta ação com o apoio do

Serviço de Psicologia da Coordenação de Assistência e Promoção ao discente (Coape) da própria IES, ofereceu atendimento *online* via *WhatsApp* aos discentes assistidos pela instituição. Essa foi uma das iniciativas da PRAPE com vistas a garantir a continuidade dos serviços e a adequação das atividades da universidade às diretrizes oficiais diante da emergência de saúde pública causada pela pandemia de COVID -19.

Outra ação da UFPB, em resposta ao decreto de isolamento social para conter a disseminação do novo Coronavírus (COVID -19), a Universidade Federal da Paraíba, por meio da Pró-Reitoria de Graduação (PRG) e da Superintendência de Educação a Distância (SEAD), criou as Comissões Especiais "Docente Digital" e "Metodologias e Estratégias Inovadoras", responsáveis pelo planejamento e execução de dois cursos de formação docente. O primeiro curso, "Docente Digital e Estratégias Didáticas para o Ensino Remoto". Foi oferecido entre maio e julho de 2020, com 713 docentes concluindo a formação. O segundo curso, "Metodologias Inovadoras para o Ensino Remoto", ocorreu entre outubro e novembro de 2020, com a participação de 20 docentes concluintes (Universidade Federal da Paraíba, 2020).

Esses cursos tiveram o objetivo de desenvolver competências aos envolvidos no uso de tecnologias digitais e metodologias ativas de ensino e aprendizagem, tanto antes quanto durante a implementação do calendário suplementar, que, diferentemente das modalidades presencial e a distância, as atividades acadêmicas precisaram acontecer pelo ensino remoto. Neste período os trabalhos da CPA foram conduzidos em cumprimento aos regulamentos estabelecidos à Comissão, considerando a responsabilidade em efetivar a autoavaliação IES, a Comissão Própria de Avaliação da Universidade Federal da Paraíba (CPA/UFPB), referente ao segundo semestre de 2020, desenvolveu o instrumento de autoavaliação do Eixo 5 do documento que se encontra disponível ao público no site da IES, que tem o foco na Infraestrutura, conforme previsto no PDI para análise daquele ano. Esse instrumento foi elaborado na forma de questionários, aplicados a docentes, discentes e técnicos-administrativos da UFPB por meio do sistema SIGADMIN.

O período de aplicação ocorreu entre 23 de setembro e 23 de outubro de 2020, e contou com a participação de 2.243 discentes (cerca de 7%), 957 docentes (cerca de 36%) e 883 técnicos-administrativos (cerca de 27%). É importante destacar que, em 2020, todas as atividades da UFPB foram realizadas remotamente devido à pandemia de COVID-19, o que dificultou o acesso de alguns ao SIGAA e

impediu os coordenadores de incentivarem presencialmente a participação da comunidade. No entanto, apesar desses obstáculos, é possível considerar que o envolvimento da comunidade foi um tanto expressivo, refletindo o trabalho desenvolvido ao longo dos anos, segundo os registros, para que a comunidade acadêmica compreenda e valorize a avaliação institucional como um instrumento de desenvolvimento. Neste período, mesmo com o contingenciamento da pandemia COVID-19, com esta avaliação do Eixo 5, a CPA/UFPB encerra o ciclo de avaliações, cumprindo o planejamento inicial de avaliar todos os cinco eixos, contemplado no ¹relatório final do ano de 2020 (Universidade Federal da Paraíba, 2020).

3.2.1 Discorrendo sobre planos de contingências COVID-19 nos cursos de Pós-Graduação in Centro de Educação na UFPB

Ao procurar registros sobre planos de contingências COVID-19 na UFPB, que contemplasse este neste período, foi encontrada uma publicação em notícias no site da IES, disponibilizada pelo centro jurídico, publicado em 13 de março de 2020, com orientações ref. ao coronavírus, emitida como um ofício circular do MEC, OFÍCIO-CIRCULAR Nº 2/2020/CGLNES/GAB/SESU/SESU-MEC, UFPB (2020). O documento foi direcionado aos dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior, e a UFPB o disponibilizou para conhecimento público. Esse documento informou que o novo coronavírus (COVID-19) é caracterizado como um agente causador de infecções respiratórias, com sintomas semelhantes às síndromes gripais. Segundo o conhecimento científico atual, o vírus é transmitido principalmente pelo trato respiratório, através de gotículas de secreção (como o muco nasal), que podem ser expelidas pela tosse ou espirro, ou por meio do contato com superfícies contaminadas, quando as partículas são levadas ao nariz ou à boca pelas mãos.

Para evitar a disseminação do vírus, a comunidade acadêmica precisou adotar certas medidas preventivas. Estas medidas foram especialmente importantes devido ao fato de que as universidades possuem ambientes fechados, com muitas

¹ O relatório final está disponível ao público no site da CPA (<https://www.ufpb.br/cpa>), servindo como fonte para os projetos de autoavaliação de cursos (obrigatório para os cursos em processo de avaliação do MEC), como um instrumento norteador para a gestão universitária (planejamento e execução), além de subsidiar pesquisas de graduação e pós-graduação.

pessoas circulando e com atividades coletivas frequentes. Considerando a situação, o Ministério da Saúde, por meio da Secretaria de Vigilância em Saúde, recomendou ao Ministério da Educação que implementassem algumas ações nas universidades federais. Entre elas, promover atividades educativas sobre higiene das mãos e etiqueta respiratória, estimulando o uso de água e sabão ou álcool em gel em áreas de grande circulação, como recepções, corredores e refeitórios. Também incentivou o uso de lenços de papel e o descarte correto desses itens, assim como a limpeza e desinfecção de superfícies como mesas, cadeiras e bebedouros, utilizando detergente neutro e desinfetante apropriado (álcool 70% ou hipoclorito de sódio) (Brasil, 2020).

Além disso, foi recomendável evitar o compartilhamento de copos e recipientes, incentivando o uso de garrafas individuais, bem como manter os ambientes bem ventilados, com janelas e portas abertas. Atividades que reunissem grandes grupos em espaços fechados deveriam ser evitadas durante o período de circulação do vírus. O documento fez menção para uma atenção especial às pessoas que apresentassem febre ou sintomas respiratórios (como tosse e coriza), orientando-as a buscar atendimento médico e a permanecer afastadas das atividades, conforme recomendação médica. Havendo suspeitas de infecção pelo novo coronavírus, as autoridades sanitárias deveriam ser informadas imediatamente. Como parte da campanha de prevenção ao COVID-19, o Ministério da Educação, em parceria com o Ministério da Saúde, emitiu conteúdo para redes sociais sobre o tema. Um aplicativo chamado "Coronavírus – SUS" também foi disponibilizado para iOS e Android, fornecendo informações sobre a pandemia, orientações para a população e um mapa das unidades de saúde para casos suspeitos. O aplicativo ofereceu respostas sobre sintomas, prevenção e detalhes sobre unidades de saúde próximas, além de atualizações oficiais (Brasil, 2020).

O Ministério da Saúde deixou claro que manteria vigilância ativa sobre os vírus respiratórios, monitorando constantemente a situação epidemiológica, e emitindo boletins e notas técnicas para orientar os serviços de saúde e outros setores. Qualquer mudança significativa no cenário epidemiológico que exija novas medidas seria divulgada pelos canais oficiais. Para mais informações sobre COVID-19, ficou disponibilizado o site oficial do Ministério da Saúde em <https://www.saude.gov.br/saude-de-a-z/coronavirus>. A Secretaria de Educação Superior recomendou que todas as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES)

adotassem as medidas propostas e disponibilizassem essas informações em seus respectivos sites. Percebe-se que neste primeiro ofício não havia a informação referente ao confinamento.

Pesquisando no site do PPGE, Centro de Educação da UFPB, ficaram disponibilizadas ao público, atas do colegiado de cursos, no período de contingenciamento, considerando 2020 a 2022, que é o foco desta pesquisa e período da pandemia. A primeira ata que ocorreu após o marco histórico referente ao anúncio da COVID-19, pela OMS como pandemia global está datada em 27 de abril de 2020 às 10:00h. A reunião foi realizada em formato remoto por meio de videoconferência. Nesta e demais atas considerando o ano de 2020, apresentaram informações e propostas de ações em referência a pandemia. O primeiro registro em ata foi uma solicitação ao programa para a criação de um comunicado a todos os orientadores e orientandos sobre o prazo para a solicitação de prorrogação das defesas, em virtude dos desafios impostos pelo período de confinamento da COVID-19.

Na sequência das atas disponíveis no site do CE, PPGE, o colegiado presente representando o corpo discente apresentou relatos de casos de discentes doentes, outros com familiares adoecidos e alguns que estavam trabalhando na linha de frente ao combate da COVID-19. Foi informado sobre a paralisação dos exames de proficiência e houve destaque as dificuldades de acesso às salas virtuais, mencionando que muitos não conseguiam acompanhar as aulas a distância devido à falta de infraestrutura, internet instável e ausência de câmera e microfone. Pediram a compreensão dos docentes e coordenação do PPGE, para o enfrentamento dessa fase difícil e desafiadora. Solicitaram a prorrogação de mais um mês para a entrega dos trabalhos finais das disciplinas, sendo este pedido acatado pelos presentes, com votos favoráveis (Universidade Federal da Paraíba, 2020).

Nos relatos descritos nas atas do colegiado do PPGE, contemplando o período da pandemia, encontra-se a apresentação de uma carta realizada pela turma 40 de mestrandos, na qual expuseram suas preocupações sobre a continuidade das aulas não presenciais e as dificuldades enfrentadas com as atividades remota. Nela, foi solicitado que a discussão sobre o tema fosse incluída na pauta da reunião. Os docentes do PPGE presentes se manifestaram a respeito da sugestão, e o Colegiado decidiu realizar uma assembleia online no dia 15 de

maio de 2020, às 10 horas em prol de ouvir os discentes solicitantes. Também há registros de informação nestas atas que, além da discussão sobre questões de proficiência, que faz parte dos processos seletivos do PPGE, existe necessidade urgente em discutir nessas reuniões de colegiado, referente ao próximo processo seletivo previsto para o final do ano de 2020, fazendo uma comparação entre o último processo seletivo com as possibilidades ao próximo, o que é essencial para o planejamento da seleção, considerando o contexto de distanciamento social (Universidade Federal da Paraíba, 2020).

Os registros decorrentes do quadro 4 abaixo, apontam que a avaliação e planejamento, considerando as dificuldades relatadas e as possíveis recomendações sugeridas pelos discentes, continuariam em próximas reuniões do colegiado, e que após a assembleia estudantil, haveria outra rodada de compartilhamento de experiências. Foi mencionado em ata a possibilidade de disponibilizar um questionário nesse teor para os discentes, com a ajuda dos representantes estudantis. Encontra-se entre esses registros do PPGE, em ata de colegiado, um levantamento realizado pelos discentes vinculados neste período da pandemia, apresentando as seguintes dificuldades e recomendações:

Quadro 4 — Levantamento de dificuldades e recomendações, realizados pelos discentes do PPGE da UFPB, no período da pandemia.

DIFICULDADES	RECOMENDAÇÕES
Turma numerosa e alunos/as com dificuldade de acesso à internet.	Dividir a turma.
Período extenso e exaustivo das aulas.	Flexibilizar o horário, dinamizar por meio de lives, aulas no <i>Youtube</i> e nas plataformas <i>Moodle</i> e <i>Google Classroom</i> .
Instabilidade na conexão.	Definir uma única plataforma que seja mais estável. Ex. <i>Google Meet</i>
Ausência de discussões mais aprofundadas	Criar grupos menores de <i>whatsApp</i> para promover <i>fóruns</i> de discussões, com a supervisão do/a professor/a.
Problemas na conexão para acessar as aulas.	Gravação das aulas (a critério do/a docente). Divulgar a informação se as aulas serão ao vivo ou gravadas antes do início das aulas.
Professor/a com sobrecarga de trabalho e dificuldade para ministrar as aulas.	Participação de um/a outro/a professor/a, monitor/a ou estagiário/a para auxiliar na coordenação das aulas, dos <i>chats</i> , <i>fóruns</i> e outras demandas.
Estudantes em situação de exclusão digital.	Coordenação fará o levantamento e repassará o quantitativo desses estudantes para a PRPG.

	Esses alunos/as provavelmente terão algum tipo de assistência.
--	--

Fonte: Ata de colegiado, PPGE (ce.ufpb.br), 29 de junho, de 2020. UFPB (2020).

Nestas atas foram encontradas informações que docentes do PPGE promoveram encontros virtuais no período da pandemia, como exemplo o Prof. Timothy comunicou em reunião do colegiado que no dia um de julho, às quinze horas, estaria promovendo o primeiro diálogo virtual: Os efeitos da COVID-19 sobre a Educação de Jovens e Adultos. Também há registro nessas atas do PPGE de ações como pesquisa por meio de um questionário que foi enviado aos docentes que lecionaram no período de 2020.1, no qual eles puderam relatar suas dificuldades e sucessos, a fim de utilizar esta pesquisa com vistas ao planejamento do próximo semestre de 2020.

Há registros nestas atas da fala de docentes presentes nestas reuniões de colegiado, os quais expuseram as dificuldades enfrentadas diante da instabilidade e incerteza do momento, ressaltando como o contexto atual impactou suas vidas e a dos discentes, especialmente pelo fato de que muitos precisaram assumir responsabilidades com tarefas domésticas e cuidados com crianças e idosos. Manifestaram preocupação com àqueles que não estavam conseguindo participar das aulas por diversos motivos e afirmaram ser necessário avaliar com cautela a continuidade das atividades acadêmicas para o próximo semestre, caso o isolamento social persistisse, a fim de evitar-se mais prejuízos acadêmicos.

Neste último quesito abordado a coordenação do PPGE, foi solicitado a realização de uma avaliação dos resultados das aulas remotas do semestre em curso, sendo o primeiro semestre de 2020. O objetivo foi de analisar e de se pensar no planejamento para o próximo semestre. Nos registros em atas, após o diálogo e escuta das demandas, a assembleia votou em decisão favorável na prorrogação de prazos de entregas dos trabalhos finais, em 30 dias após o encerramento do semestre. Estava previsto para ser encerrado em 12 de junho, e foi estendido essa prorrogação para todas as disciplinas em curso no PPGE. Outra ação, neste cenário de contingenciamento é que ficou definido e registrado em ata que as notas seriam postadas no SIGAA até 30 dias após o novo prazo.

O conteúdo da carta lida e registrada em ata reiterou um posicionamento contrário à continuidade do calendário letivo durante a pandemia, pelos motivos já expostos anteriormente em carta enviada ao colegiado no dia 07 de maio, também

referenciado nesta tese. No entanto, ao entenderem que o retorno do semestre letivo já era praticamente uma decisão tomada, os discentes fizeram algumas sugestões tais como: prorrogar o prazo de entrega dos trabalhos finais entre 15 a 20 dias; criar canais de consulta para esclarecer dúvidas sobre conteúdo das disciplinas e trabalhos finais; disponibilizar aulas gravadas para discentes que estão na linha de frente no combate à COVID-19 ou que estavam enfrentando dificuldades de acesso por razões tecnológicas, sem exigir frequência como critério avaliativo nesses casos; realizar encontros quinzenais, em vez de semanais, nas disciplinas de tópicos em pesquisa, considerando que essas disciplinas serão oferecidas simultaneamente; e permitir a apresentação dos exames de proficiência até o final do curso.

Discorrendo sobre os planos de contingências COVID-19 nos cursos de Pós-Graduação no Centro de Educação na UFPB fica evidente que o diálogo sobre possíveis propostas estiveram presentes nas reuniões de colegiado do PPGE, e se evidenciam registros de resoluções a respeito do período pandêmico no site do PPGE. Quanto aos retornos em respostas aos expostos, há registro que o colegiado decidiu encaminhá-los para discussão nas linhas de pesquisa, com a recomendação de que as reuniões das linhas fossem realizadas até sexta-feira, sete de agosto de 2020, para definir as disciplinas obrigatórias e optativas. Posteriormente, na segunda-feira, 10 de agosto, a coordenação se reuniria com os coordenadores de linha para definirem as disciplinas e o número de vagas a serem disponibilizadas, concomitante aos desafios impostos pela pandemia COVID-19 (Universidade Federal da Paraíba, 2020).

3.2.2 PDI e Gestão no período da pandemia na UFPB

Verificando o PDI, considerando a vigência que contemplasse ao período da pandemia COVID-19, temos o registro do documento aprovado de 2019 a 2023. Portanto, como este PDI foi realizado e aprovado antes do contingenciamento, há registro de um processo aberto sob n. 23074.108327/2021-79, cujo assunto foi intitulado de DOCUMENTO DE REVISÃO DO PDI UFPB 2019-2023. Este registro foi disponibilizado pela Superintendência de Tecnologia da Informação - 32167000 | Copyright © 2005-2024 - UFPB - producao_sipac-2. sipac-2. O parecer foi realizado pelo CONSUNI/UFPB, Conselho Universitário da Universidade Federal da Paraíba. O processo em questão referiu-se à solicitação de revisão do PDI 2019-2023.

Segundo o documento a revisão em pauta foi resultado de esforço colaborativo envolvendo diversos setores da UFPB de maneira integrada e sinérgica, procurando alcançar todos os seus aspectos e dimensões. Essa iniciativa foi fundamentada nas legislações e normas vigentes que orientam o planejamento nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) e no livro de referência ForPDI, desenvolvido pelo Fórum Nacional de Pró-Reitores de Planejamento e Administração das IFES (ForPlad).

Para conhecimento dos leitores, a elaboração do PDI se deu em três fases: Preparação, Diagnóstico e Planejamento, com a participação de duas equipes. A equipe de execução, formada por servidores da Coordenação de Planejamento (Codeplan) da Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento (Proplan), foi responsável por coordenar, supervisionar e orientar o processo, além de acompanhar e monitorar as atividades da equipe de apoio. Esta segunda equipe era composta por representantes de cada unidade acadêmico-administrativa, nomeados pelos gestores setoriais e chamados Agentes de Planejamento.

No parecer é ressaltado que a PROPLAN deve ser responsável pelo acompanhamento da execução do atual PDI, considerando o documento com vigência de 2019 a 2023, promovendo o diálogo com todos os setores da UFPB e buscando melhorar as ações e os mecanismos necessários para alcançar a missão da instituição e os objetivos estabelecidos ao período mencionado. Nesse contexto, considera-se que esse processo de revisão do PDI torna-se extremamente relevante e necessário, especialmente diante das dificuldades causadas pela pandemia COVID-19 nos anos de 2020 a 2022.

Esta premissa inicial relatada no documento teve foco na metodologia adotada pela PROPLAN para elaborar o documento de revisão do PDI 2019-2023. Observou-se uma participação significativa de diversos setores administrativos, além de alguns centros, como o CCA e o CCHSA, que contribuíram com sete Grupos de Trabalho (GTs), cada um responsável por uma área estratégica do PDI. Com isso, considerou-se que as ações revisadas são representativas e refletem uma ampla colaboração. Nesse processo de análise é relevante destacar o contexto em que esse trabalho foi realizado, ou seja, durante a excepcionalidade imposta pela pandemia. Embora a revisão do PDI não tenha promovido mudanças estruturais no documento original, como alterações nos objetivos estratégicos ou nas suas políticas, é importante lembrar que esses objetivos foram previamente definidos com

base em um diagnóstico e em uma construção coletiva com as unidades superiores e centros de ensino. Isso resultou em um mapa estratégico abrangente para todas as áreas da Universidade, e as políticas estabelecidas também foram fruto de escolhas feitas pela comunidade acadêmica.

O processo apresenta uma informação indicando que ocorreu em revisão ao capítulo 5, do PDI mencionado, com a atualização da seção 5.3, bem como dos indicadores e metas do PDI, além dos capítulos 21 e 22, que tratam, respectivamente, do monitoramento e da política de gestão de risco do plano. O objetivo dessa revisão foi melhorar o processo de avaliação de resultados, adotando indicadores mais alinhados aos objetivos estratégicos definidos no PDI UFPB 2019-2023, considerando os desafios impostos no período da pandemia. No parecer diz que o modelo de revisão dos indicadores e metas, com foco nas áreas estratégicas estabelecidas no PDI UFPB 2019-2023, foi elaborado com base em uma análise crítica prévia realizada pela equipe técnica da CODEPLAN. Essa análise considerou as dificuldades enfrentadas no monitoramento do PDI e teve como objetivo solucionar questões importantes, por exemplo:

- I) Como evitar as principais inconsistências verificadas no monitoramento dos atuais indicadores e metas?
- II) Como obter um painel de indicadores estratégicos capazes de mensurar e orientar a execução das ações propostas no planejamento estratégico?
- III) Como ampliar a capacidade das unidades de planejar e executar suas ações de forma integrada e alinhada ao PDI?

A intenção descrita a possível revisão do PDI, considerando a pandemia COVID-19, foi em gerar sinergias e amplificar os ganhos de aprendizado mesmo que durante a revisão do documento, com o intuito de facilitar um monitoramento mais eficaz do planejamento estratégico da UFPB e seus desdobramentos no planejamento setorial. Esse objetivo ficou ainda mais claro com os esclarecimentos apresentados na Nota Técnica emitida pela CODEPLAN em 21 de março de 2022, que tratou da readequação dos indicadores e seu significado. Esse ponto é destacado no seguinte trecho da mencionada Nota (seção IV, subitem b), o qual diz que é fundamental destacar que o documento do PDI não passou por alterações estruturais, o que implica que os objetivos estratégicos, que foram formulados com base em um diagnóstico e em um processo coletivo com as unidades superiores e centros de ensino, assim como as diretrizes das políticas acadêmicas e de gestão,

permaneceram os mesmos. Portanto, o objetivo da revisão foi atualizar o painel de indicadores e metas, permitindo assim um monitoramento mais eficaz da implementação do plano e a avaliação do alcance dos objetivos estratégicos.

Segundo o documento, o parecer da revisão do PDI, considerando os indicadores e metas foi necessária para aprimorar o acompanhamento das ações relacionadas às políticas estabelecidas no PDI 2019-2023. Essa revisão foi amplamente discutida de forma participativa dentro deste Conselho, baseada em uma análise detalhada orientada pelo conteúdo da Nota Técnica emitida pela Coordenação de Planejamento da Pró-Reitoria de Planejamento. Esse processo permitiu a atualização das modificações sugeridas pelos Grupos de Trabalho que participaram anteriormente da revisão do PDI. Além disso, a necessidade de revisar os indicadores também se deu em função da adaptação às novas disponibilidades de dados e às mudanças drásticas causadas pela pandemia de COVID-19. Por isso, a revisão do PDI obteve aprovação, que incluiu as alterações no Capítulo 5, por meio da atualização da seção 5.3, e nos capítulos 21 e 22, que abordam o monitoramento e a política de gestão de risco do plano, respeitando as readequações dos indicadores e metas decididas durante o processo de análise e discussão realizado por este Conselho.

Outra ação da gestão foi a criação de uma Comissão Interna de Biossegurança da UFPB, em fevereiro de 2021, em resposta à pandemia de COVID-19, composta por representantes docentes e técnico-administrativos das unidades de João Pessoa e Santa Rita. Essa comissão respondeu diretamente à Comissão de Biossegurança Institucional (CBI) e teve como objetivo planejar e implementar ações que orientassem a comunidade acadêmica, visando reduzir a disseminação da COVID-19 nas dependências do centro. Entre as iniciativas destacadas, está a implementação de rotinas e procedimentos para a execução das atividades planejadas, utilizando todos os recursos disponíveis, inclusive o trabalho remoto, considerando o contexto da pandemia. A UFPB também se empenhou no controle de qualidade do álcool em gel 70°INPM comercializado em João Pessoa, assegurando os direitos do consumidor.

Adicionalmente, conforme os registros, a Comissão trabalhou para aplicar os protocolos de biossegurança nos serviços e atendimentos das bibliotecas setoriais, promovendo a adesão às medidas de proteção individual. Outro aspecto importante é a garantia da acessibilidade arquitetônica para discentes, docentes, técnicos e

visitantes, com o intuito de eliminar barreiras físicas e ambientais, além de prevenir, controlar e reduzir os riscos à saúde da comunidade acadêmica decorrentes da COVID-19. Encontram-se no site da UFPB, resoluções emitidas pelo CE e que estão relacionados a regulamentações propostas no período remoto, planos de contingenciamentos da pandemia COVID-19 (Universidade Federal da Paraíba, 2020; 2021). São eles:

Quadro 5 — Resoluções emitidas pelo CE e que estão relacionados a regulamentações propostas no período remoto, planos de contingenciamentos da pandemia COVID-19.

RESOLUÇÃO / LINK	DESCRIÇÃO SUCINTA DE CADA RESOLUÇÃO
RESOLUÇÃO Nº 35/2020 CONSEPE / RESOLUÇÃO 35/2020 - CONSEPE — UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA - UFPB Coordenação do Curso de Engenharia de Alimentos	Dispõe sobre a regulamentação de oferta de componentes curriculares para a graduação em um Período Suplementar, considerando o isolamento social decorrente da pandemia causada pelo Coronavírus 2019 (COVID-19).
RESOLUÇÃO Nº 36/2020 CONSEPE Resolução Consepe 36/2020 Regulamentação dos Encargos Docentes.pdf — Universidade Federal da Paraíba - UFPB Assessoria de Graduação	Dispõe sobre a Regulamentação dos Encargos Docentes, em caráter excepcional e temporário, flexibilizando critérios presentes na Resolução Consepe no 52/2018, em razão da pandemia pelo Coronavírus 2019 (COVID-19), durante a execução do Período Suplementar (2020.2).
RESOLUÇÃO N.º 27/2021 CONSEPE / Res. Consepe 27.20211.pdf	Dispõe, considerando o isolamento social decorrente da pandemia causada pelo novo coronavírus (COVID-19), sobre a regulamentação de oferta de componentes curriculares para a graduação no Período Suplementar 2021.1 com início aos 09 de agosto e término aos 16 de dezembro de 2021.
RESOLUÇÃO Nº 28/2021 CONSEPE Resolução CONSEPE Nº 28/2021 — UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA - UFPB PRG - PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO	Dispõe sobre a Regulamentação dos Encargos Docentes, em caráter excepcional e temporário, flexibilizando critérios presentes na Resolução Consepe no 52/2018, em razão da pandemia causada pelo novo coronavírus (COVID-19), durante a execução do Período Suplementar 2021.1, com início em 09 de agosto e término em 16 de dezembro de 2021.
RESOLUÇÃO Nº 12/2021 CONSEPE / resolução Consepe-12-2021.pdf — Universidade Federal da Paraíba - UFPB Assessoria de Graduação	Altera a Resolução nº 35/2020 do CONSEPE que dispõe sobre a regulamentação de oferta de componentes curriculares para a graduação o Período Suplementar, considerando o isolamento social decorrente da pandemia causada pelo Coronavírus (COVID - 19), com início em 03 de março e término em 19 de julho de 2021.
	Altera a Resolução nº 36/2020 do CONSEPE, e dá nova redação à Regulamentação dos Encargos Docentes,

RESOLUÇÃO Nº 13/2021 CONSEPE / res-consepe-13-2021-1.pdf	em caráter excepcional e temporário, flexibilizando os critérios presentes na Resolução Consepe n. 52/2018, em razão da pandemia causada pelo Coronavírus 2019 (COVID -19), durante a execução do Período Suplementar (2020.2), com início em 03 de março e término em 19 de julho de 2021.
---	--

Fonte: O próprio autor (2025).

Essas resoluções disponibilizadas pelo CE da UFPB, foram atos normativos e administrativos que orientaram aos envolvidos nos cursos, estabelecendo normas gerais para a realização das atividades nos programas de pós-graduação da UFPB. Foram úteis para entender como a universidade abordou a pandemia e as regulações relacionadas. Estas resoluções também estabeleceram diretrizes para a prevenção e tratamento de condutas que atentam contra a ética na produção do conhecimento.

Em continuidade na busca por registros por parte da Gestão da UFPB no período da pandemia na UFPB, ficou disponibilizado ao público, um comunicado no site da IES, que, segundo o informe, teve como objetivo alertar a comunidade acadêmica – docentes, discentes e servidores técnico-administrativos – sobre a COVID -19, que foi classificada como pandemia pela Organização Mundial da Saúde (OMS) na última quarta-feira (11/03). No comunicado reitera as recomendações de prevenção, que incluem, entre outras, lavar as mãos com água e sabão ou utilizar álcool em gel, usar lenços descartáveis, evitar aglomerações e ambientes fechados, não tocar os olhos, nariz e boca, e buscar atendimento médico em casos de sintomas gripais ou suspeitas. Foi solicitado no documento que àqueles que estiveram em locais com alta incidência do vírus permanecessem em casa por 14 dias antes de comparecer na UFPB, conforme as orientações do Ministério da Saúde daquele momento.

3.2.3 Planejamento e Operacionalização do ensino remoto na UFPB no período da pandemia

Ao procurar evidências de registros referente ações de planejamento e operacionalização do ensino remoto na UFPB no período da pandemia, encontra-se disponibilizado no site da IES a Resolução nº 36/2020 que trata da regulamentação

dos encargos docentes de forma excepcional e temporária, flexibilizando os critérios estabelecidos na Resolução Consepe nº 52/2018, devido à pandemia de COVID -19. Essa flexibilização foi aplicada durante o Período Suplementar 2020.2, que teve início em 3 de março e encerrou em 3 de julho de 2021. O Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), no uso de suas atribuições legais, reuniu-se em sessões extraordinárias nos dias 9, 10 e 14 de dezembro de 2020 (Processo nº 23074.101808/2020-40) para discutir a questão.

A decisão foi tomada com base na classificação do COVID-19 como pandemia pela Organização Mundial da Saúde (OMS), na Declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional, estabelecida pela Portaria nº 188/GM/MS/2020 do Ministério da Saúde, e nas medidas previstas pela Lei nº 13.979/2020, que estabeleceu as ações de enfrentamento à emergência em saúde pública causada pela pandemia do COVID-19, de importância internacional. A UFPB representada pela sua gestão, neste ato levou em consideração a Portaria nº 323/GR/REITORIA/UFPB, de 16 de outubro de 2020, que estabelece medidas de prevenção e adequação no funcionamento da instituição devido à pandemia do COVID-19; a Portaria MEC nº 572, de 1º de julho de 2020, que institui o Protocolo de Biossegurança para o retorno das atividades nas Instituições Federais de Ensino; e o Parecer CNE/CP nº 11/2020, que trata das orientações para a realização de aulas e atividades pedagógicas presenciais e não presenciais no contexto da pandemia (Universidade Federal da Paraíba, 2020).

Além disso, nestes registros, foi considerado o Parecer CNE/CP nº 5/2020, que destaca a necessidade de capacitação dos docentes em diversas metodologias voltadas para a aprendizagem não presencial ou a distância, visto a excepcionalidade da situação causada pela pandemia. Essa capacitação foi reconhecida como uma forma de formação continuada e em serviço, inerente ao trabalho docente. Também, estes registros apontam que foi levado em conta o plano de oferta de componentes curriculares e atividades de ensino e aprendizagem remotas os quais serviram como referência para a carga horária no Plano Individual Docente (PID). Considerando a Portaria MEC nº 1.038, de 7 de dezembro de 2020, que modifica a Portaria MEC nº 544, de 16 de junho de 2020, permitindo a substituição das aulas presenciais por aulas remotas até 28 de fevereiro de 2021, e a Portaria MEC nº 1.030, de 1º de dezembro de 2020, que determina o retorno das aulas presenciais a partir de 1º de março de 2021, desde que respeitadas as

condições sanitárias. Deste modo ficou estabelecido no artigo 1º desta resolução que, para o período suplementar 2020.2, foi aprovado pela Resolução 35/2020 do Consepe, que o docente deverá preencher o Plano Individual Docente (PID) e enviá-lo à Chefia do Departamento, que ficou responsável por dar seguimento conforme os trâmites estabelecidos pela Resolução Consepe nº 52/2018. O preenchimento do PID precisou seguir os critérios estabelecidos na Resolução Consepe nº 52/2018, levando em consideração os parâmetros flexibilizados pelo documento.

No artigo 2º desta resolução diz que os encargos docentes precisariam ser avaliados pela Comissão de Encargos Docentes e aprovados pelo Colegiado Departamental, desde que observando as atividades de pesquisa, extensão, gestão e representação se foram apresentadas ao Colegiado, departamental e pelo próprio docente. Ficou estabelecido que o departamento teria a liberdade de definir a carga horária que cada docente dedicaria ao ensino de graduação e/ou pós-graduação, sendo necessário que o docente ministrasse no mínimo oito horas semanais de aula, seja em disciplinas ou em outras atividades de ensino. No documento há um destaque para que o docente ministrasse ao menos uma turma de graduação, exceto em casos de impedimento aceito pelo Colegiado do departamento.

Nestes registros há autorização ao docente para registrar no PID até quatro horas de preparação de conteúdo a cada hora-aula de atividade acadêmica remota realizada na graduação, pós-graduação ou educação a distância. Para o preenchimento do PID, a distribuição da carga horária relativa aos cargos de gestão e representação precisou seguir o que está descrito no Art. 6º da Resolução Consepe nº 52/2018. O docente que atua como Assessor de Centro em Ensino, Pesquisa ou Extensão, ou que faz parte das Comissões Especiais formadas para o enfrentamento da pandemia do COVID -19, pode registrar sua carga horária total no PID. O docente também pode registrar no PID as capacitações realizadas sobre ensino remoto, conforme as certificações recebidas.

Nesta resolução com vistas para um plano de gestão de contingenciamento pela pandemia diz que o docente, após cumprir o previsto no inciso II do documento, tem a possibilidade de complementar sua carga horária registrada no PID com atividades de extensão, pesquisa e projetos de ensino, observando as diretrizes estabelecidas pelas respectivas Pró-Reitorias acadêmicas. Os casos não previstos nesta resolução ficaram registrado que seriam decididos pelo Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão (Consepe). Esta resolução entrou em vigor na data de

sua publicação, em 14 de dezembro de 2020 (Universidade Federal da Paraíba, 2020).

Outro registro referente as ações realizadas pelo planejamento e operacionalização do ensino remoto na UFPB no período da pandemia, se encontra na Resolução nº 13/2021 que modificou a Resolução nº 36/2020 do CONSEPE alterando a redação da regulamentação dos encargos docentes de forma excepcional e temporária. Essa mudança flexibilizou os critérios estabelecidos na Resolução Consepe nº 52/2018, devido à pandemia do COVID-19, e se aplicou durante o Período Suplementar 2020.2, que começou em 3 de março e terminou em 19 de julho de 2021.

O Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade Federal da Paraíba, no exercício de suas atribuições legais e estatutárias conferidas pelo Estatuto e Regimento Geral da UFPB, em reunião extraordinária realizada nos dias 22 e 23 de março de 2021 (Processo nº 23074.026631/2021-91), resolveu alterar o inciso II do Art. 2º da Resolução nº 36/2020 do CONSEPE, que passou a ter a seguinte redação: O Departamento ficou com a liberdade de definir a carga horária do docente para atividades de ensino na graduação e/ou pós-graduação, desde que o docente ministre, no mínimo, oito horas de aula por semana. Prioritariamente, o docente deverá ofertar uma turma de componente curricular na graduação, podendo complementar sua carga horária com outras atividades de ensino, conforme previsto no §8º do Art. 1º da Resolução CONSEPE nº 35/20. Esse ajuste será registrado no Plano Individual Docente (PID) e aprovado pelo Colegiado Departamental, em caráter excepcional, devido à pandemia (Universidade Federal da Paraíba, 2021).

Ocorreu alteração no inciso V e inserido o inciso VIII no Art. 2º da Resolução nº 36/2020 do CONSEPE, no qual o docente designado para integrar as Comissões Especiais criadas para o enfrentamento da pandemia do COVID -19 ficou autorizado a registrar até 20 horas de sua carga horária no PID. As atividades docentes mencionadas no inciso anterior, de acordo com o §8º do Art. 1º da Resolução nº 35/20 do CONSEPE, consideradas como conteúdo flexível, deveriam ser registradas na carga horária no campo "demais atividades de ensino" do PID. Esse registro deveria seguir o que está previsto no Anexo I, item C2 (demais atividades de ensino), da Resolução nº 52/2018 do CONSEPE, de forma excepcional, devido à pandemia do COVID-19, aplicando-se ao período letivo suplementar de 2020.2.

Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, em 23 de março de 2021. Os demais artigos da Resolução nº 36/2020 do CONSEPE continuam em vigor.

Com isso a UFPB, representada por seu Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão, reafirmou, por meio dessas deliberações, o compromisso institucional em assegurar a continuidade das atividades acadêmicas diante de um cenário de excepcionalidade. As medidas adotadas evidenciaram a preocupação da Universidade em garantir condições de trabalho aos docentes e de aprendizagem aos discentes, respeitando os marcos legais e sanitários vigentes. Dessa forma, os registros analisados demonstraram a capacidade da instituição em responder de maneira organizada e responsável aos desafios impostos pela pandemia, preservando sua missão de promover ensino, pesquisa e extensão com qualidade e relevância social.

SEÇÃO IV PESQUISA /N UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

A pandemia COVID-19 e seus desafios impostos foram sem precedentes para o setor educacional, consequentemente, impactando a Universidade Federal da Paraíba diretamente. A UFPB é uma instituição que recebe discentes provindos de Pernambuco, Rio Grande do Norte, dentre outros Estados do Brasil, assim como de regiões praticamente remotas e até então, muitas delas sem o devido apoio tecnológico de internet, que foi determinante para o momento de contingenciamento social, como abordado nas seções anteriores desta tese. A situação pandêmica exigiu respostas rápidas e eficazes à UFPB, para apoiar estes discentes em situação precária em prol da continuidade dos estudos de forma remota. Nesta seção, será apresentada a pesquisa realizada com discentes do PPGE, *stricto sensu*, que aceitaram participar desta tese, trazendo as suas vivências neste período como discentes da UFPB.

4.1 Pós-graduação no período da pandemia do covid19

A pós-graduação no período da pandemia COVID-19 passou por transformações profundas, adaptando-se a uma realidade única em que o distanciamento social e as restrições sanitárias impuseram novos desafios tanto para discentes quanto para instituições de ensino. O Programa de Pós-Graduação

em Educação, setor do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba, *lôcus* da pesquisa, precisou se adequar às novas regras da vigilância sanitária do momento, as quais suspenderam as atividades presenciais. Assim como todas as universidades e centros de ensino básico e superior, a UFPB recorreu rapidamente ao ensino remoto como forma de dar continuidade aos cursos e programas de pós-graduação, o que exigiu uma reinvenção do modelo pedagógico tradicional.

A transição para plataformas digitais trouxe à tona questões sobre a acessibilidade, a qualidade do ensino e a equidade no acesso à educação, já que nem todos os discentes tinham as mesmas condições de infraestrutura tecnológica, como internet de qualidade ou dispositivos adequados para acompanhar as aulas. A adaptação ao formato online impactou o ritmo das atividades acadêmicas, pois a interação direta entre orientadores e orientandos, que era essencial para o desenvolvimento das pesquisas e projetos, foi substituída por reuniões virtuais, muitas vezes com dificuldades de conexão e imersão.

Apesar das dificuldades, a pandemia também acelerou a digitalização dos processos administrativos e acadêmicos, trazendo vantagens como a flexibilização de horários e a possibilidade de estudar de qualquer lugar. No entanto, a ansiedade e as dificuldades emocionais relacionadas ao cenário de incertezas gerado pela pandemia também afetaram o desempenho de muitos discentes, que precisaram equilibrar suas responsabilidades acadêmicas com as demandas de adaptação ao novo contexto social e familiar. A pandemia, assim, representou um momento de reinvenção e adaptação para a pós-graduação, destacando a importância da resiliência, da inovação e do compromisso com a educação, mesmo diante de um cenário de crise global. Isso posto, o objetivo desta tese foi em dar voz aos discentes do PPGE, para que pudessem compartilhar as suas vivências no período pandêmico, a partir de reflexões sugeridas como questões norteadoras a esta pesquisa.

4.1.2 Ensino Remoto no PPGE do Centro de Educação na UFPB, no período da pandemia: uma visão discente

Os desafios vivenciados pelos discentes de pós-graduação, *stricto sensu*, PPGE/UFPB, ativos no período da pandemia COVID-19 (2020 – 2022), apresentam uma visão de mundo conforme a realidade do enfrentamento de cada um, na

pandemia COVID-19, em suas particularidades, considerando possíveis pontos positivos e negativos, em suas reflexões, com vistas à Educação em diferentes cenários. A partir do roteiro norteador a esta pesquisa, os discentes que aceitaram participar e assinaram o TCLE, configuraram 10%, considerando os discentes que estavam ativos no curso do Programa de Pós-Graduação (*stricto sensu*), em Educação, na Universidade Federal da Paraíba, no período proposto, anos de 2020 a 2022.

Conforme dados extraídos do site do PPGE da Universidade Federal da Paraíba (2024), havia aproximadamente 213 discentes. Com o apoio da secretaria do PPGE, conseguimos acesso para o envio do convite a 45%, dos discentes com e-mail atualizado em estratificação enviada pelo setor. Como retorno positivo tivemos 15%, porém, dos 45%, tivemos 10% dos discentes que se enquadravam na proposta de pesquisa, pois estavam cursando disciplinas e desenvolvendo a pesquisa no período da pandemia. Entende-se que este número de participantes de discentes dos cursos de Mestrado e Doutorado do PPGE/UFPB é uma amostra qualitativa significativa para apresentar as suas percepções a partir dos impactos desafiadores vivenciados durante o período pandêmico (2020-2022). Com o retorno da pesquisa que os discentes participaram tivemos o cuidado de manter os relatos, conforme o original, com cada ponderação e análise crítica-reflexiva realizada por cada participante, como apresentado nos quadros que seguem:

Quadro 6 — Relatos dos discentes relacionado ao acesso à internet, durante as aulas e atividades do curso, pós-graduação *stricto sensu*, no PPGE/UFPB, vivenciados no período da pandemia, COVID-19.

Pontos Positivos:	“O acesso à internet foi tranquilo, porque não tinha muitas pessoas na minha casa e tinha um local apropriado”. “Na maioria das vezes, a minha conexão da internet era estável, por isso consegui acompanhar as aulas remotas e outras atividades síncronas e assíncronas”. “Embora não tenha vivenciado aulas remotas, a situação da pandemia impulsionou o debate sobre a necessidade da digitalização do ensino e da ampliação do acesso à internet para fins educacionais”. “A pandemia estimulou o desenvolvimento de novas metodologias e recursos tecnológicos para o ensino, o que pode ter impactado positivamente a educação no período pós-pandemia”. “Não tenho como responder”. “Como docente, pude experimentar novas metodologias e
-------------------	--

	ferramentas digitais, ampliando meu repertório pedagógico”. “considero uma experiência positiva, pois promoveu a realização da aula durante o isolamento social”. “Tinha concluído as disciplinas e não tive experiência de aulas remotas no PPGE”. “Na UFPB sempre usei o moldem da sala do meu orientador, no ambiente dos docentes do CE”. Não tive problemas com acesso quando estava em sua sala”. “Não tive aulas remotas durante a pandemia”. “A tecnologia ajudou a superar os desafios da quarentena e manter a continuidade do curso”.
Pontos negativos:	“Às vezes, a conexão falhava e precisávamos retomar algumas informações”. “Excesso de exposição a telas (celular, notebook)”. “Discentes e docentes tinham um acesso muito instável, a conexão falhava, desconectava com frequência”. “Percebi que muitos/as colegas não tinham um acesso estável à internet ou a aparelhos celulares ou notebooks adequados para acompanhar as disciplinas e as demandas do curso”. “Muitas famílias não tinham celular ou acesso à internet, o que dificultou a participação nas aulas”. “A falta de infraestrutura digital acentuou as desigualdades educacionais, impedindo que alguns colegas acompanhassem as atividades”. “A interação e o acompanhamento foram comprometidos pela ausência do contato presencial”. “Ficar muitas horas à frente da tela para acompanhar a atividade acadêmica, principalmente por ter sido uma aula expositiva (quase um monólogo), com poucas interações”. “Senti falta de recursos interativos, durante as aulas”. “Durante as aulas presenciais, nenhuma disciplina nos instruiu a utilizar internet”. “A conectividade no geral não era boa no país. Falta de contato presencial com a comunidade acadêmica”.

Fonte: O próprio autor (2025).

Considerando os relatos do quadro 6, segue a análise crítica, reflexiva, realizada por eles, como complemento do questionamento apresentado, relacionado ao acesso à internet, durante as aulas e atividades do curso, pós-graduação *stricto sensu*, no PPGE/UFPB, vivenciados no período da pandemia, COVID-19”:

“Foi um período muito desgastante e desafiador tanto para o corpo (físico) quanto para a mente. Ficava muito triste e angustiada pelos/as colegas que não tinham como acompanhar as aulas e demais atividades, especialmente os que

residiam em sítios ou cidades interioranas, pois não havia área de cobertura de internet e/ou quando havia era muito instável”.

“Embora, como discente de mestrado, não tenha experimentado aulas remotas, minha vivência como docente durante a pandemia me trouxe grandes desafios. Muitos pais, devido ao analfabetismo e à falta de habilidades pedagógicas, não conseguiam orientar seus filhos nas atividades, o que gerou um grande obstáculo para o aprendizado das crianças. A falta de dispositivos móveis e internet também acentuou a exclusão digital, tornando ainda mais difícil o acompanhamento das aulas. Esse contexto revelou a urgência de políticas públicas que não só ampliem o acesso à tecnologia, mas também ofereçam apoio e capacitação para as famílias, garantindo que elas possam desempenhar um papel ativo no processo de aprendizagem de seus filhos. A pandemia destacou, assim, a necessidade de formar os educadores para lidar com as realidades diversas das famílias e suas limitações, além de melhorar a infraestrutura educacional para um ensino mais inclusivo e acessível”.

“Penso que o uso da internet para acessar às aulas torna-se um recurso diversificado, quando o docente acessar outras ferramentas para complementar a proposta da aula, valorizando as particularidades de cada discente”.

“Se as disciplinas fossem planejadas para utilizar a internet, seria algo menos problemático. Durante o curso mestrado e doutorado a internet Wi-Fi acessada em sala era muito fraca”.

“Desafios Técnicos”.

“Para alguns, a falta de acesso à *internet* e para outros pela falta de acesso a uma *internet* de qualidade em algumas regiões de nosso Estado afetou a participação e o engajamento dos discentes nas aulas remotas do PPGE”.

“A instabilidade da rede e a sobrecarga da infraestrutura de internet foram desafios significativos durante a quarentena”.

Ficou evidente nos depoimentos dos participantes a complexidade das experiências vivenciadas durante o período pandêmico, marcado por intensos desgastes físicos e emocionais. Uma das respondentes relata que aquele foi “um período muito desgastante e desafiador tanto para o corpo quanto para a mente”, enfatizando sentimentos de tristeza e angústia diante das dificuldades enfrentadas pelos colegas que, residindo em áreas rurais ou em municípios interioranos, não dispunham de acesso adequado à internet. A precariedade da conectividade —

quando existente, frequentemente instável — inviabilizava a participação efetiva nas atividades acadêmicas, aprofundando as desigualdades estruturais no campo educacional.

A insuficiência de dispositivos tecnológicos e de conexão à internet acentuou a exclusão digital, comprometendo o engajamento e o aprendizado. A partir dessas vivências, uma das depoentes aponta para a urgência de políticas públicas capazes de expandir o acesso às tecnologias digitais e, simultaneamente, promover ações de apoio e formação para as famílias — elementos indispensáveis à construção de um processo educativo mais equitativo. A pandemia evidenciou a emergente necessidade de preparar os educadores para lidar com as adversidades, bem como de fortalecer a infraestrutura educacional, de modo a assegurar práticas pedagógicas mais inclusivas e acessíveis.

Em outra perspectiva, há quem ressalte que o uso da internet pode configurar um recurso pedagógico diversificado, desde que o docente mobilize múltiplas ferramentas e estratégias que dialoguem com as especificidades dos discentes. Tal compreensão indica o potencial existente das tecnologias digitais quando integradas de forma planejada e pedagógica, não apenas instrumental.

Contudo, essa potencialidade se contrapõe a limitações estruturais amplamente mencionadas nos relatos. Alguns participantes assinalam que, mesmo no ensino superior, o acesso à rede *Wi-Fi* se apresenta frágil e insuficiente, considerando as instalações da UFPB: salas de aula e demais ambientes dos cursos de mestrado e doutorado, foco da pesquisa. Assim como a falta de conexão ou a baixa qualidade da internet, sobretudo em determinadas regiões mais afastadas, comprometeu a participação dos discentes nas atividades remotas do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE). A instabilidade da rede, somada à sobrecarga das infraestruturas de conectividade durante o período de isolamento social, configurou-se como um dos principais entraves às práticas educativas mediadas por tecnologias.

Esses relatos, quando analisados em conjunto, revelam que os chamados “desafios técnicos” não se limitam a questões de ordem material, mas atravessam dimensões sociais, pedagógicas e formativas. Expõem a necessidade de políticas educacionais estruturantes que articulem acesso, infraestrutura, formação docente e apoio às famílias, reconhecendo a desigual distribuição de recursos e oportunidades

como elemento central na garantia do direito à educação em contextos de crise e no cenário pós-pandemia.

Continuando a pesquisa, no quadro que segue estão os relatos dos discentes relacionado ao tempo de aula, se foi adequado à modalidade remota, e a experiência da conexão, no período da pandemia, COVID-19, nos cursos de pós-graduação *stricto sensu*, PPGE/UFPB.

Quadro 7 — Relatos dos discentes relacionado ao tempo de aula, se foi adequado à modalidade remota, e a experiência da conexão, no período da pandemia, COVID-19, nos cursos de pós-graduação *stricto sensu*, PPGE/UFPB.

Pontos positivos	“No início, os docentes foram orientados a cumprir 3 horas de aula, mas não tínhamos condições de acompanharmos, mesmo com pausas, só mais pra frente que foi ajustado esse tempo, tornando-se uma ação positiva de adequação ao tempo de aula remota”. “Não vivenciei aulas remotas durante meu período de mestrado, na pandemia”. “Sim, considero que foi adequado”. “A adaptação foi importante como aprendizado dos docentes e discentes nas aulas remotas do PPGE”, durante a pandemia”. “Parcialmente”. “A minha conexão de internet, na maioria das vezes, se manteve estável, não fui muito prejudicada nesse quesito”. “A experiência da conexão foi, em momentos específicos, estável, especialmente quando consegui realizar a transmissão de atividades ao vivo”. “Em algumas turmas do PPGE/UFPB, os colegas mencionaram que a conexão estava relativamente estável, o que facilitava as interações e a troca de ideias entre docentes e discentes”. “As experiências de conexão até que foram positivas, principalmente por promover o contato com os docentes e colegas da turma, mas tem lá suas considerações”. “Na atividade do grupo de pesquisa, conseguimos manter uma boa conexão. Acredito que até melhor do que no presencial, porque a sensação era a de que estávamos em uma terapia em grupo, tentando manter a chama da experiência da pós viva em nós”. “Alguns Argumentos a favor: Flexibilidade: A modalidade remota permitiu que os discentes tivessem mais flexibilidade para gerenciar seu tempo e ritmo de aprendizado. Redução de custos: A modalidade remota reduziu os custos de transporte, alimentação e outros gastos associados à frequência em uma instituição de ensino presencial”.
Pontos	“Tempo de aula muito extenso. Conexão de internet da turma em geral instável”.

negativos	“Muito tempo com o olhar na tela me trouxe problemas de visão”. “Mantinha-se, no início, a mesma metodologia de aula presencial, sem ajustes, sem adequações do tempo da aula para o ensino remoto. Muitos colegas enfrentaram dificuldades devido à exclusão digital”. “Durante o mestrado, na pandemia no PPGE, mesmo não tendo experiências diretas, percebo que para os colegas da pós-graduação, a carga horária e o tempo de aula remota exigiam adaptação constante, já que a modalidade impactou o ritmo das atividades”. “dificuldade de os colegas acompanharem as aulas devido à falta de conectividade. Uma experiência muito desafiadora”. “A maioria dos discentes e alguns docentes tinham dificuldades com a conexão da internet”. “Enfrentamos dificuldades com a conectividade durante as aulas remotas, o que certamente afetou o nosso desempenho nas atividades”. “Mesmo com adaptações no tempo de aula, muitos não conseguiam acessar adequadamente as aulas, por instabilidade de <i>internet</i> e dificuldades digitais. Precisaria ser mais bem sistematizado”. “Às vezes, não conseguíamos ver o rosto de alguns colegas, porque se ligassem a câmera a internet piorava”. “A instabilidade da conexão foi um dos maiores obstáculos. Muitos colegas não possuíam internet ou dispositivos adequados. Isso prejudicou a interação e a continuidade do aprendizado”. “Nem todo mundo estava conectado fielmente na sala de aula virtual. Diferente da sala presencial, no ambiente virtual o silêncio reina, as câmeras fechadas escondem os discentes que poderiam estar fazendo várias coisas ao mesmo tempo, menos assistindo aula. Nem todo mundo tem a mesma conexão. É uma conexão em rede, mas vivendo com fronteiras literalmente”.
-----------	--

Fonte: O próprio autor (2025).

A partir da análise crítica, reflexiva realizada pelos discentes como complemento do questionamento apresentado no quadro 7 – “Relatos dos discentes relacionado ao tempo de aula, se foi adequado à modalidade remota, e a experiência da conexão, no período da pandemia, COVID-19, nos cursos de pós-graduação *stricto sensu*, PPGE/UFPB”, temos:

“Foi um momento atípico e o corpo docente também precisou adaptar o tempo das aulas remotas, mas isso demorou meses”.

“A adaptação de tempo para aulas remotas foi um desafio no PPGE/UFPB. É possível refletir sobre como a falta de estrutura também afetou a participação de meus colegas, que poderiam ter se beneficiado de mais tempo e apoio no novo formato”,

“Percebi o impacto que isso teve nas atividades das aulas. A falta de acesso à internet ou dispositivos adequados afetou a participação e a compreensão do conteúdo, tornando o aprendizado remoto um desafio, que refletiu em uma desigualdade educacional ainda mais latente”.

“Não vejo este quesito como um elemento positivo, pois você cumprir 4 horas de aula à frente do computador, celular ou tablet, sem nenhuma ação metodológica assertiva nem do docente e nem dos discentes durante a aula. O tempo de aula da modalidade à distância precisaria ser melhor sistematizado pedagogicamente”.

“No período de quarentena já havia cursado todas as disciplinas obrigatórias, o que me levou a não vivenciar nenhuma aula à distância no PPGE”.

“Em geral, é importante que as instituições de ensino e os docentes estejam preparados para adaptar-se às necessidades dos discentes e às condições da modalidade remota, para garantir que a qualidade da educação não seja comprometida”.

“A instabilidade da conexão foi um grande desafio durante o meu doutorado. Percebi o impacto que isso teve nas atividades de aula. A falta de acesso à internet ou dispositivos adequados afetaram a participação e a compreensão do conteúdo”.

“Resumindo, penso que a experiência com a conexão, a partir do que vivenciamos no PPGE, ainda tem muito o que melhorar, principalmente adotando outros recursos, videoconferência, fóruns, e-mail, chat, redes sociais. Ou seja, utilizar outras plataformas de comunicação”.

“A adequação do tempo de aula à modalidade remota durante a pandemia de COVID-19 dependeu de vários fatores, incluindo a qualidade da infraestrutura tecnológica, a habilidade dos docentes em utilizar as ferramentas de ensino remoto e a motivação e engajamento dos discentes”.

“A questão social foi um fator determinante, onde aqueles discentes que não tinham condições de ter acesso à internet sofreram bastante. O aprendizado remoto tornou-se um desafio no período da COVID-19 e refletiu em uma desigualdade educacional ainda mais latente”.

“Manter o grupo de pesquisa de forma remota foi um modo de nos unir e de darmos forças mutuamente para prosseguir na pesquisa, mesmo em meio ao caos que estávamos vivendo. Mesmo de forma remota, conseguimos manter e até aprofundar laços com colegas de pesquisa”.

Ao analisar esses depoimentos pode-se dizer que o período pandêmico constituiu um contexto atípico, exigindo do corpo docente do PPGE/UFPB um intenso processo de adaptação às aulas remotas. De acordo com os participantes, esse movimento de reorganização temporal e metodológica das atividades acadêmicas foi lento e prolongado, demandando meses até que se alcançassem formas mínimas de estabilidade no novo formato. A dificuldade de adequação do tempo de aula no ambiente virtual — inicialmente pensado a partir da lógica do ensino presencial — emergiu como um dos principais desafios, comprometendo o andamento das disciplinas e a participação dos discentes. Essas experiências narradas revelam que, embora a adoção emergencial do ensino remoto tenha permitido a continuidade das atividades acadêmicas, ficou evidente as limitações significativas relacionadas ao tempo didático, à infraestrutura tecnológica, à formação docente para o uso de tecnologias educacionais e à desigualdade social. No quadro 8, seguem os relatos dos discentes considerando a participação nas aulas no período de contingenciamento, se sofreu algum impacto pela turma na modalidade remota, nos cursos de pós-graduação *stricto sensu*, PPGE/UFPB.

Quadro 8 — Relatos dos discentes considerando a participação nas aulas no período de contingenciamento, se sofreu algum impacto pela turma na modalidade remota, nos cursos de pós-graduação *stricto sensu*, PPGE/UFPB.

Pontos positivos	“No grupo de pesquisa, o impacto foi positivo, pois nos unimos mais”. “Promoveu a nossa presença nas aulas de forma remota”. “Oportunidade de criar condições favoráveis em meio as adversidades.” “Em algumas situações, quando a aula foi mais interativa e acessível, consegui observar algum nível de motivação maior entre os colegas”. “Vejo como impacto positivo a flexibilidade, pois a modalidade remota permitiu que a gente participasse das aulas de forma flexível, em qualquer lugar e a qualquer hora”.
------------------	--

	“A continuidade das aulas de forma remota”. “Devido a COVID-19 ser altamente contagiosa a modalidade remota pode ter reduzido a ansiedade e o estresse entre nós, considerando as aulas presenciais”.
Pontos negativos	“Sim. Não conseguimos acompanhar 100% das aulas síncronas ou assíncronas”. “A participação do discente ficou em segundo plano, pois era só fechar a janela da câmera”. “Como alguns colegas não tinham acesso adequado à internet ou dispositivos para acompanhar as aulas, a participação era reduzida”. “Minha turma de 20 discentes, nem todos conseguíamos participar regularmente, principalmente devido à falta de conexão constante e de uma estrutura de apoio”. “A falta de interação que a modalidade remota reduziu entre os discentes e os docentes, afetando a participação ativa.” “Identifico as dificuldades técnicas como impactos negativos durante as aulas na modalidade remota.” “Problemas de conexão à internet, som e imagem, afetaram a nossa participação durante as aulas online.” “Considero o impacto pela falta de motivação, pois não havia a mesma interação e dinâmica que existe em uma aula presencial.”

Fonte: O próprio autor (2025).

A análise crítica, reflexiva realizada pelos discentes como complemento do questionamento apresentado no quadro 8 – “Relatos dos discentes considerando a participação nas aulas no período de contingenciamento, se sofreu algum impacto pela turma na modalidade remota, nos cursos de pós-graduação *stricto sensu*, PPGE/UFPB”, segue abaixo, com as considerações relatadas:

“Acredito que tenha havido algum tipo de impacto, como a “pseudoparticipação”: câmera fechada para indicar presença, mas, de fato, realizando diversos tipos de outras tarefas, ou seja, dispersão durante a aula ministrada”.

“Faltou uma proposta de integração dos discentes na aula virtual, de modo que cada um apresentaria a sua parcela de contribuição por meio de exposição oral

apresentando um trabalho, participando de uma dinâmica ou interagindo no chat com perguntas”.

“A participação nas aulas remotas, no PPGE, foi fortemente influenciada pela exclusão digital. A dificuldade de acesso à tecnologia foi um obstáculo para que a maioria dos colegas na participação das aulas. Isso gerou uma desigualdade no aprendizado e intensificou as dificuldades àqueles que já enfrentavam vulnerabilidades sociais”.

“A falta de uma infraestrutura tecnológica adequada dificultou a participação plena dos colegas, prejudicando a qualidade das interações e do aprendizado”.

“Foi muito triste acompanhar as dificuldades de acesso dos/as colegas seja devido à internet ou aos aparelhos tecnológicos incompatíveis”.

“A modalidade remota apresentou desafios para a nossa participação ativa no PPGE. Alguns docentes usaram estratégias mais adequadas e foi possível melhorar a participação e o engajamento dos discentes.”

Ao analisar os relatos evidencia-se que a participação discente nas aulas remotas do PPGE/UFPB esteve marcada por tensões entre a necessidade de continuidade acadêmica e as limitações impostas pelo contexto pandêmico. Observa-se a que a presença formal não se traduzia em engajamento efetivo, revelando fragilidades na interação pedagógica. Além disso, a ausência de estratégias de integração mais dinâmicas contribuiu para a dispersão e para a sensação de distanciamento entre os participantes. O fator mais recorrente, entretanto, foi a exclusão digital, que se manifestou tanto pela precariedade da infraestrutura tecnológica quanto pela desigualdade no acesso à internet e dispositivos adequados, intensificando vulnerabilidades sociais já existentes. Essa condição comprometeu a qualidade das interações e gerou “sentimentos” de frustração e tristeza entre os discentes, conforme os relatos acima, ao mesmo tempo em que destacou a importância de práticas docentes inovadoras e inclusivas para minimizar os impactos da modalidade remota.

Quadro 9 — Relatos dos discentes, referente a possíveis queixas por parte dos docentes, considerando os usos das tecnologias para transmissão das aulas, nos cursos de pós-graduação *stricto sensu*, PPGE/UFPB.

Pontos positivos	“Considero a oportunidade de aprimoramento tecnológico por parte dos docentes do PPGE, como ponto positivo”. “A diversidade dos recursos tecnológicos na promoção da aula.”
------------------	---

	“Ter uma orientadora humana e sensível ajudou a enfrentar a turbulência de forma mais leve”. “Em meio às dificuldades iniciais com as tecnologias, os docentes buscaram alternativas para continuar o ensino”. “Com o tempo, houve um processo de adaptação e familiarização, e muitos docentes conseguiram contornar algumas das dificuldades tecnológicas.” “Foi uma oportunidade para um “novo” método de ensino e a valorização do modelo EAD.”
Pontos negativos	“Sim, a maioria dos/as docentes reclamava e afirmava que não sabia utilizar as tecnologias, os aplicativos e programas, inclusive para exposição das aulas remotas”. “Não tenho como dizer”. “Alguns docentes não tinham habilidade com as tecnologias.” “Dificuldades em lidar com a falta de interação presencial.” “Foi nítido os problemas que muitos docentes tiveram em adaptar o conteúdo da aula ao modelo remoto”. “Muitos docentes não sabiam utilizar os recursos tecnológicos ou limitar-se a um único meio”. “Algumas queixas dos docentes estavam relacionadas à adaptação ao uso das ferramentas e plataformas digitais.” “No caso da minha orientadora, não teve queixas, pois ela estava bem familiarizada com as tecnologias que passaram a ser utilizadas.” “Pude observar que as dificuldades no ensino remoto não se limitavam ao uso das tecnologias. As queixas mais frequentes dos docentes estavam relacionadas à exclusão digital, especialmente pela falta de acesso dos discentes à internet e dispositivos”. “As queixas por parte dos/as docentes foi que não estavam familiarizados com o uso das tecnologias favoráveis ao ensino remoto”.

Fonte: O próprio autor (2025).

A análise crítica, reflexiva realizada pelos discentes como complemento do questionamento apresentado no quadro 9 – “Relatos dos discentes, referente a possíveis queixas por parte dos docentes, considerando os usos das tecnologias para transmissão das aulas, nos cursos de pós-graduação *stricto sensu*, PPGE/UFPB”, segue com as considerações apresentadas pelos participantes:

“As queixas tanto dos docentes quanto de nós discentes no PPGE, evidenciaram o agravamento das desigualdades sociais e educacionais durante a pandemia”.

“A exclusão digital, somada à falta de acesso a recursos básicos, foi um grande desafio.”

“Ouvi relatos de docentes do PPGE que enfrentaram dificuldades para se adaptarem às novas ferramentas digitais, sem o suporte necessário”.

“Esse cenário evidencia a necessidade de políticas públicas mais eficazes para garantir que, em situações de contingência como a pandemia, tanto discentes como docentes do PPGE tenham acesso a todos os recursos essenciais para o aprendizado e o bem-estar”.

“Considero impactos possivelmente, gerias aos docentes do PPGE, pois o uso da tecnologia para a transmissão das aulas ainda é um tabu.”

“Como reflexão percebo que ainda é possível encontrar docentes resistente ao uso dos recursos midiáticos na sala aula, como foi identificado na pandemia.”

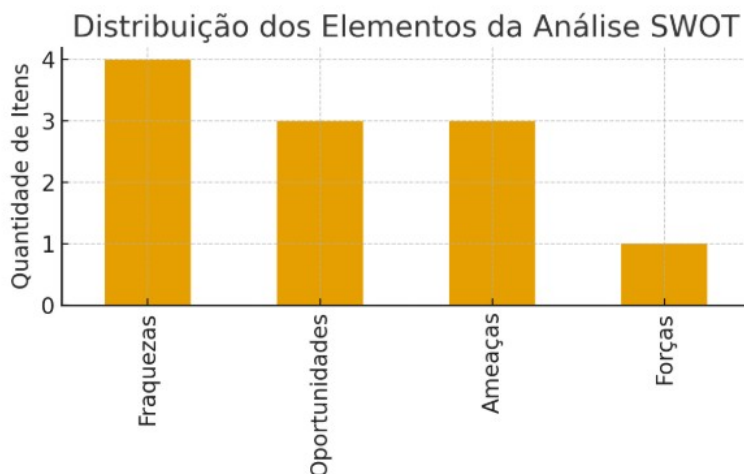
“Os docentes tiveram que se reinventar para continuar ministrando suas aulas”.

“Ocorreram queixas por parte dos docentes em relação ao uso das tecnologias para transmissão das aulas durante a pandemia de COVID-19”.

“Os docentes podem ter se sentido estressados e cansados devido à necessidade de adaptar-se rapidamente às novas tecnologias e métodos de ensino”.

A partir destes relatos evidencia-se que tanto docentes quanto discentes do PPGE/UFPB vivenciaram um cenário de intensificação das desigualdades sociais e educacionais durante a pandemia. A exclusão digital aparece como eixo central das dificuldades, associada à falta de acesso a recursos básicos e à ausência de suporte institucional adequado para a adaptação às ferramentas digitais. Os depoimentos revelam que, para muitos docentes, o uso da tecnologia ainda se configurava como um “tabu”, gerando resistência e insegurança no processo de ensino remoto.

Essa condição exigiu reinvenção e esforço adicional, por parte dos discentes e dos docentes, resultando em estresse e sobrecarga emocional, ao mesmo tempo em que expôs a necessidade de políticas públicas mais eficazes para garantir infraestrutura e condições de trabalho e estudo em situações de contingência. Esta análise aponta que, embora alguns docentes tenham conseguido se adaptar, a falta de integração e de estratégias pedagógicas inovadoras comprometeu a qualidade das interações, reforçando a urgência de repensar práticas educativas e de assegurar equidade no acesso às tecnologias em aulas remotas. Considerando os relatos, segue uma ilustração visual gráfica, em análise SWOT, na figura 2:

Figura 2 — Distribuição dos elementos da análise

Fonte: O próprio autor (2025).

A figura 2 em forma de representação gráfica apresenta uma demonstração categorizado por meio da ferramenta de gestão SWOT. Percebe-se a distribuição quantitativa dos elementos da análise SWOT, evidenciando predomínio de *fraquezas e ameaças*.

A análise SWOT construída a partir dos relatos dos participantes revela um cenário complexo sobre as dinâmicas de participação discente no ensino remoto do PPGE durante a pandemia da COVID-19. Em termos estruturais, observa-se um predomínio significativo de fraquezas e ameaças, associadas sobretudo à exclusão digital, à insuficiência de infraestrutura tecnológica e às limitações das estratégias pedagógicas adotadas. A pseudoparticipação — caracterizada por câmeras desligadas, dispersão e baixa interação — emerge como um indicador da dificuldade de transpor para o ambiente virtual práticas pedagógicas que favoreçam envolvimento e corresponsabilidade no processo de aprendizagem.

A ausência de metodologias sistematizadas de integração discente, aliada às dificuldades de acesso a dispositivos e conectividade, contribuiu para agravar desigualdades educacionais já existentes, impactando diretamente a qualidade do aprendizado. Nesse sentido, a exclusão digital aparece não apenas como uma limitação técnica, mas como um marcador social que condiciona oportunidades de participação e engajamento acadêmico.

Apesar das adversidades, a SWOT aponta a existência de oportunidades relevantes. Destaca-se o potencial de desenvolvimento de estratégias pedagógicas

mais interativas, a ampliação do repertório metodológico dos docentes e a revisão institucional de políticas de inclusão digital. Essas oportunidades indicam que as dificuldades enfrentadas podem funcionar como disparadores de inovação e de reestruturação pedagógica, desde que acompanhadas de investimentos institucionais e de políticas de formação docente continuada. Assim, a análise evidencia que as forças identificadas — ainda em número reduzido — se relacionam à adoção pontual de práticas pedagógicas efetivas, mas carecem de sistematicidade para funcionarem como elementos estruturantes do processo formativo. A predominância das fraquezas e ameaças sugere que o ensino remoto, tal como vivenciado pelo PPGE/UFPB refletiu e acentuou desigualdades preexistentes, exigindo respostas institucionais mais robustas e articuladas.

Quando articulamos a análise SWOT relacionados as demais dimensões — como *desafios técnicos*, *infraestrutura*, *processos de participação*, *experiência docente-discente* e *dimensão emocional* — emerge um quadro mais amplo sobre o impacto da pandemia na pós-graduação, com as reflexões que seguem:

- A forte presença de fraquezas e ameaças relacionadas ao acesso e à conectividade complementa a análise anteriormente realizada, na qual a instabilidade de rede e a falta de dispositivos adequados já apareciam como elementos estruturantes das dificuldades.
- A pseudoparticipação e a baixa interação observadas nos relatos reforçam que a participação remota não depende apenas de acesso técnico, mas também de estratégias pedagógicas que promovam dialogicidade, corresponsabilidade e protagonismo discente.
- As oportunidades identificadas evidenciam a necessidade de formação continuada para o uso pedagógico das tecnologias, bem como de planejamento institucional para modalidades remotas, híbridas ou emergenciais.
- O sentimento de tristeza e frustração diante das dificuldades enfrentadas pelos colegas demonstra que a exclusão digital não é apenas técnica, mas também emocional. Ela atravessa relações, identidades acadêmicas e condições de permanência estudantil.

A análise SWOT não apenas sistematiza os elementos do ensino remoto, mas dialoga diretamente com todo o arcabouço analítico da pesquisa, oferecendo um vislumbre estratégico que pode orientar recomendações institucionais e

interpretações teóricas mais amplas, servindo de grande contribuição à academia. No quadro 10, verificam-se os relatos dos discentes, ativos nos cursos de pós-graduação *stricto sensu*, PPGE/UFPB, no período da pandemia COVID-19, na identificação de possíveis casos de colegas em situação de exclusão digital:

Quadro 10 — Relatos dos discentes, ativos nos cursos de pós-graduação *stricto sensu*, PPGE/UFPB, no período da pandemia COVID-19, na identificação de possíveis casos de colegas em situação de exclusão digital.

“Sim, havia muitos/as discentes excluídos/as por não terem condições de acesso à internet e a tecnologias adequadas. Foi muito triste, angustiante e frustrante ver e ouvir as narrativas deles/as e não poder ajudá-los/as”.

“A exclusão digital foi um desafio significativo. Para os discentes da pós-graduação (PPGE/UFPB), o contexto de exclusão digital foi refletido também na dificuldade de acesso aos materiais online e à falta de interação remota com os colegas”.

“A pandemia de COVID-19 trouxe à tona a necessidade urgente de políticas de inclusão digital, e a reflexão sobre esses desafios gerou discussões sobre como melhorar o acesso à educação em tempos de crise”.

“A exclusão digital foi um problema claro. É algo que percebi como um obstáculo para os discentes do PPGE/UFPB, que enfrentaram dificuldades para acompanhar aulas e realizar atividades acadêmicas de forma eficiente”.

“A dificuldade de acesso à internet e a falta de dispositivos adequados foi evidente para muitos discentes do PPGE e suas famílias. Não foi algo isolado e pode ser visto em muitos contextos em diferentes aulas, quando algumas ações para contornar a exclusão digital foram limitadas”.

“Faltou um momento de escuta do discente para saber quem sabia ou não mexer no recurso a ser adotado na aula, pois tinham pessoas na turma com algumas limitações de como compartilhar uma apresentação, por exemplo”.

“Sim. Um colega precisou fazer uma vaquinha para comprar um computador, pois estava difícil escrever a pesquisa pelo celular.”

Fonte: O próprio autor (2025).

As considerações realizadas pelos discentes participantes da pesquisa referente ao questionamento apresentado no quadro 10 – “Relatos dos discentes, ativos nos cursos de pós-graduação *stricto sensu*, PPGE/UFPB, no período da pandemia COVID-19, na identificação de possíveis casos de colegas em situação de exclusão digital”, se encontram a seguir:

“A ideia da escuta ativa antes de utilizar um recurso tecnológico na aula pode ser uma estratégia interessante para promover a inclusão do discente de maneira assertiva”.

“Alguns colegas não tinham recursos financeiros para adquirir dispositivos ou acessar a internet. A exclusão digital foi mais um dos fatores identificados e que ressaltaram as desigualdades sociais tão presente em nosso país. “

“Em minha turma presenciamos exclusão digital, como não ter um computador adequado para a escrita da pesquisa e nem internet de qualidade.”

As narrativas apresentadas pelos discentes evidenciam a centralidade da exclusão digital como um marcador decisivo das desigualdades educacionais intensificadas durante o período pandêmico. Entre as narrativas destaca-se a necessidade de práticas pedagógicas mais sensíveis ao contexto dos discentes, como expresso na sugestão de que “a escuta ativa” seria um diferencial considerado anteceder o uso de recursos tecnológicos em sala de aula, nesta situação atípica de caráter emergencial. Segundo o participante, permitiria ao docente compreender as condições reais de acesso e, assim, adotar estratégias mais assertivas para promover inclusão e equidade no processo formativo. No quadro 11 estão os relatos dos discentes ativos nos cursos de pós-graduação *stricto sensu*, PPGE/UFPB, no período da pandemia COVID-19: Identificação de ações por parte do PPGE realizadas como apoio às atividades acadêmicas durante a quarentena.

Quadro 11 — Relatos dos discentes ativos nos cursos de pós-graduação *stricto sensu*, PPGE/UFPB, no período da pandemia COVID-19: Identificação de ações por parte do PPGE realizadas como apoio às atividades acadêmicas durante a quarentena.

“Por meses o programa ouvia as reclamações, mas não houve melhorias. Depois de 5 ou 6 meses foi que outros programas de pós-graduação recorreram a algumas estratégias, logo ficamos sabendo e reivindicamos também. Algumas delas foram a redução de tempo da aula remota, inserção de atividades assíncronas para computar como h/a e ampliação de prazos para envio de atividades”.

“O PPGE buscou oferecer apoio por meio de encontros remotos, orientações e o envio de materiais de apoio para facilitar o desenvolvimento das atividades acadêmicas no período remoto”.

“A comunicação do PPGE foi fortalecida, e as ferramentas digitais foram utilizadas para manter o contato entre discentes e docentes, garantindo a continuidade das atividades acadêmicas”

“Embora o PPGE tenha se esforçado, nem todos os discentes tinham acesso contínuo à internet ou dispositivos adequados para participar das atividades, o que limitou o alcance de algumas ações”.

“A falta de uma preparação mais robusta para o ensino remoto, como treinamentos para os docentes e discentes sobre como usar ferramentas digitais de forma eficiente, dificultou a adaptação ao novo formato”.

“Promover o acesso a sala de aula virtual e defesas de teses e dissertações foi um aspecto positivo em meio ao caos da pandemia”.

“O PPGE não ofereceu uma plataforma própria de comunicação aos discentes e docentes durante a quarentena”.

“Não lembro bem os critérios, mas teve um auxílio para comprar computadores para quem não tinha condições de comprar. Minha orientadora foi bem flexível e sensível diante das dificuldades que enfrentei, pois fui contagiada pela COVID-19 logo no início, quando estava perigoso, meu marido também, além de outras questões familiares”.

“Um valor foi disponibilizado mensalmente para aqueles que não tinham recursos próprios para pagar a internet. O PPGE/UFPB disponibilizou também um comitê de assistência social e de apoio emocional”.

“Os apoios de recursos pelo PPGE só vieram depois de alguns meses”.

Fonte: O próprio autor (2025).

As narrativas realizadas pelos discentes participantes da pesquisa referente ao questionamento apresentado no quadro 11 – “Relatos dos discentes ativos nos cursos de pós-graduação *stricto sensu*, PPGE/UFPB, no período da pandemia COVID-19: Identificação de ações por parte do PPGE realizadas como apoio às atividades acadêmicas durante a quarentena”, como uma análise crítica-reflexiva, segue:

“No primeiro semestre de 2020, no período dedicado a cumprir os créditos disciplinares, foi muito angustiante. Tudo era muito incerto, o medo da COVID-19 e o alto número de mortes provocava muita ansiedade. No início do semestre, infelizmente, o programa não foi flexível, apenas no segundo semestre que houve mais abertura para o diálogo e alguns ajustes foram realizados. Tempos depois, o governo federal lançou editais e políticas públicas para reduzir os impactos como distribuição de chip de aparelhos celulares com internet e o nosso programa aderiu e solicitou”.

“Não houve flexibilização com prazos para a realização da pesquisa, por exemplo. Tive que entrar com um processo para conseguir dilatar o prazo da qualificação, sabendo que não poderia prorrogar a defesa, mas acredito que foi geral nos Programas da Pós”.

“Realmente foi um período difícil e os PPG's não estavam preparados para esta situação ocorrida. Assim como também faltou a iniciativa para muitas ações”.

“Apesar de todas as dificuldades, inclusive alterei a metodologia da minha pesquisa, consegui cumprir todos créditos e requisitos, finalizando o curso dentro do

prazo. Mas outros colegas não conseguiram. Alguns trancaram o curso e outros solicitaram prorrogações para qualificar ou defender.”

“O PPGE se empenhou em apoiar os discentes durante a pandemia, oferecendo materiais e mantendo canais de comunicação abertos. No entanto, a adaptação ao ensino remoto revelou diversas dificuldades, principalmente para aqueles que já estavam em situações de vulnerabilidade digital”.

“Ações mais direcionadas, como capacitação para o uso das ferramentas digitais e maior apoio às famílias com dificuldades de acesso, poderiam ter minimizado as barreiras de muitos discentes do PPGE.”

“Penso que o PPGE ainda precisa ofertar melhores recursos tecnológicos para os discentes de pós-graduação quanto ao aspecto pandemia”.

“A pandemia, embora tenha sido um desafio, também trouxe importantes lições sobre a necessidade de modernização e inclusão digital no sistema educacional, e o PPGE poderia reforçar essas ações no futuro, para garantir que todos os discentes tenham as condições necessárias para aprender, independentemente do contexto social e digital”.

“A CAPES “não podia parar”, as publicações e bolsas também não. Então, as pressões por publicação e escrita das pesquisas tiveram que seguir normalmente, como se não estivessem morrendo pessoas, inclusive amigos e familiares das pessoas que estavam na pós, conosco, nesse período”.

Conforme mencionado anteriormente foram mantidas as falas originais dos participantes desta pesquisa. Em pesquisa qualitativa é, portanto, considerado um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (Gil, 2022). Para esta pesquisa científica a interpretação sistemática de textos, documentos e discursos foi de extrema relevância. Optou-se em manter a originalidade das falas dos discentes, pois entende-se como essencial para esta e outras investigações qualitativas, possibilitando a identificação de significados subjacentes nos dados coletados.

Gil propõe que a análise de dados seja composta por pré-análise, que envolve a organização inicial do material e a definição dos objetivos da pesquisa; a exploração do material, na qual ocorre a codificação e categorização das

informações; e o tratamento dos resultados, que consiste na interpretação dos dados obtidos e na formulação de conclusões. Essa metodologia é utilizada na pesquisa educacional, pois permite uma compreensão mais profunda dos discursos e práticas educacionais, contribuindo para o desenvolvimento de novas teorias e melhorias na área da educação.

A aplicação dessa análise qualitativa nesta pesquisa possibilitou uma investigação detalhada dos fenômenos pedagógicos, considerando aspectos subjetivos e contextuais que influenciam a Educação em diferentes cenários. Dessa forma é considerado um caminho metodológico rigoroso para pesquisadores interessados em compreender e aprimorar os processos educacionais por meio da análise qualitativa dos dados. Como complemento na análise qualitativa, foi escolhida a metodologia *SWOT*, uma abordagem das autoras Guerra e Cavalcanti (2020). pois colocando as falas originais dos discentes em uma análise crítica-reflexiva que foram apresentadas pelos participantes, no crivo de uma análise *SWOT*, traduzida como forças, fraquezas, oportunidades e ameaças, teremos possíveis e diferenciadas reflexões apresentadas no item 4.1.3, na sequência desta tese.

4.1.3 Análise SWOT a partir da percepção discente do PPGE, stricto sensu em Educação, pelos impactos vivenciados durante o período pandêmico (2020-2022)

Retomando a análise *SWOT* oriunda da percepção discente do PPGE, stricto sensu em Educação, relacionado ao acesso à internet, durante as aulas e atividades do curso, pós-graduação stricto sensu, no PPGE/UFPB, vivenciados no período da pandemia, COVID-19, relatados no quadro 6 do item 4.1.2, temos:

Forças: A experiência discente traz uma perspectiva prática e valiosa sobre os desafios enfrentados. A percepção de que a internet pode ser um recurso diversificado quando bem utilizada e complementada por outras ferramentas pedagógicas representa um ponto forte a ser explorado. A sugestão de que o planejamento das disciplinas para o ambiente online poderia mitigar problemas também indica uma visão proativa para a melhoria do ensino remoto.

Fraquezas: A principal fraqueza identificada é a exclusão digital, fortemente influenciada pela falta de acesso à internet ou pela instabilidade da conexão,

especialmente em áreas rurais ou interioranas. A falta de dispositivos móveis para alguns discentes e a má qualidade do Wi-Fi acessado em ambientes educacionais também são limitações importantes. A menção a "desafios técnicos" de forma genérica aponta para outras possíveis dificuldades nesse âmbito.

Oportunidades: A pandemia revelou a urgência de políticas públicas educacionais voltadas para a ampliação do acesso à tecnologia e para o apoio e capacitação de docentes. Essa conscientização pode ser uma oportunidade para maior pressão por investimentos e iniciativas que reduzam a exclusão digital e fortaleçam os processos de aprendizagem. A necessidade de formar educadores para lidar com as diversas realidades do país e suas limitações abre espaço para programas de desenvolvimento profissional mais focados em inclusão e no uso de tecnologias acessíveis. A ideia de planejar as disciplinas para o ambiente online e complementar o uso da internet com outras ferramentas pedagógicas representa uma oportunidade para inovar e enriquecer as práticas de ensino.

Ameaças: A persistência da exclusão digital e da falta de apoio aos discentes confirmou as desigualdades sociais educacionais que conseqüentemente compromete o aprendizado. A falta de infraestrutura educacional adequada, incluindo acesso à internet de qualidade, continua sendo uma ameaça para a implementação eficaz do ensino remoto ou híbrido. Se na formação dos educadores não abordar adequadamente as diversas realidades e limitações de sistemas no Brasil, a dificuldade em engajar os discentes e garantir um aprendizado significativo pode se intensificar. A fragilidade da conexão Wi-Fi em ambientes educacionais pode continuar sendo um obstáculo para a integração efetiva de recursos digitais no ensino, mesmo em contextos presenciais.

Considerando a análise *SWOT* oriunda da percepção discente do PPGE, *stricto sensu* em Educação, relacionado ao tempo de aula, se foi adequado à modalidade remota, e a experiência da conexão, no período da pandemia, COVID-19, nos cursos de pós-graduação *stricto sensu*, PPGE/UFPB, relatados no quadro 7, do item 4.1.2, temos:

Forças: A manutenção do grupo de pesquisa de forma remota demonstrou ser um mecanismo eficaz para unir os participantes, oferecer apoio mútuo e permitir a continuidade e até o aprofundamento dos laços entre os colegas, mesmo em um período de crise. A percepção da importância de adaptar o tempo e as metodologias de ensino à modalidade remota, bem como a necessidade de preparar a instituição

e docentes para essa transição, revela uma consciência dos desafios e uma abertura para a melhoria. A sugestão de utilizar uma variedade de recursos e plataformas de comunicação (videoconferência, fóruns, e-mail, chat, redes sociais) indica um caminho para diversificar e enriquecer a experiência de aprendizado remoto.

Fraquezas: A adaptação do tempo das aulas remotas foi lenta e desafiadora, levando meses para ser efetivada. A falta de estrutura tecnológica adequada impactou a participação e o aprendizado dos discentes, especialmente aqueles com dificuldades de acesso à internet ou dispositivos apropriados, exacerbando a desigualdade educacional preexistente. A metodologia de ensino remoto, caracterizada por longas horas de exposição passiva em frente às telas sem ações pedagógicas assertivas, é apontada como ineficaz e desgastante. A instabilidade da conexão de internet foi um obstáculo recorrente, prejudicando a participação e a compreensão do conteúdo. A questão social emerge como um fator determinante, onde os discentes sem acesso à internet sofreram significativamente, aprofundando a desigualdade educacional.

Oportunidades: A pandemia e a experiência do ensino remoto trouxeram à tona a urgência de investir em infraestrutura tecnológica e em estratégias pedagógicas adequadas para a modalidade a distância. Há uma oportunidade para que as instituições de ensino e os docentes desenvolvam uma melhor sistematização pedagógica para o tempo de aula remoto, tornando-o mais dinâmico e engajador. A necessidade de considerar a questão social e garantir o acesso à tecnologia para todos os discentes abre caminho para a implementação de políticas educacionais mais inclusivas e para a busca de soluções que mitiguem a desigualdade educacional. A adoção de diversas plataformas de comunicação pode enriquecer a interação entre docentes e discentes, promovendo um ambiente de aprendizado mais colaborativo e personalizado.

Ameaças: A persistência da falta de estrutura tecnológica e da instabilidade da conexão de internet continua sendo uma ameaça à qualidade do ensino remoto e à participação equitativa dos discentes. A ausência de metodologias de ensino remoto assertivas pode levar à desmotivação e ao baixo engajamento dos discentes, comprometendo o aprendizado. A manutenção de longas horas de aulas passivas online pode gerar desgaste físico e mental, tanto para docentes quanto para discentes. Se a questão social e a desigualdade de acesso não forem devidamente

abordadas, a educação remota pode se tornar um fator de exclusão ainda maior. A falta de preparo adequado das instituições e dos docentes para a modalidade remota pode comprometer a experiência de aprendizado dos discentes a longo prazo.

Considerando uma Análise *SWOT* oriunda da percepção discente do PPGE, *stricto sensu* em Educação, considerando a participação nas aulas no período de contingenciamento, se sofreu algum impacto pela turma na modalidade remota, nos cursos de pós-graduação *stricto sensu*, PPGE/UFPB, relatados do quadro 8, do item 4.1.2, temos:

Forças: A experiência relatada pelos participantes da pesquisa menciona que alguns docentes utilizaram estratégias mais adequadas que resultaram em uma melhora na participação e no engajamento dos discentes. Isso demonstra que existem abordagens pedagógicas mais eficazes para o ambiente remoto que podem ser replicadas e aprimoradas. A própria percepção dos problemas, como a "pseudoparticipação" e a falta de integração, representa um primeiro passo importante para a busca de soluções.

Fraquezas: Uma das principais fraquezas identificadas nos relatos é a ocorrência da "pseudoparticipação", onde os discentes mantêm a câmera fechada, indicando presença, mas estão, de fato, engajados em outras tarefas, resultando em dispersão durante a aula. A falta de uma proposta pedagógica clara para a integração ativa dos discentes nas aulas virtuais, que envolvesse apresentações orais, dinâmicas ou interação no chat, contribuiu para um engajamento superficial. A participação foi fortemente impactada pela exclusão digital, onde a dificuldade de acesso à tecnologia (internet e dispositivos adequados) se tornou um obstáculo para muitos colegas, gerando desigualdade no aprendizado e intensificando as dificuldades para aqueles em situação de vulnerabilidade social. A falta de uma infraestrutura tecnológica adequada, tanto para os discentes quanto possivelmente para os docentes, dificultou a participação plena e prejudicou a qualidade das interações e do aprendizado. A tristeza em acompanhar as dificuldades de acesso dos colegas, evidenciada em falas dos participantes da pesquisa, também aponta para um ambiente de frustração e desigualdade.

Oportunidades: A identificação de estratégias docentes bem-sucedidas abre a oportunidade para o compartilhamento de boas práticas e para a formação continuada dos docentes no uso de metodologias ativas e engajadoras para o

ensino remoto. A necessidade de uma proposta de integração mais eficaz sugere a oportunidade de inovar nas abordagens pedagógicas online, explorando dinâmicas, apresentações e ferramentas de interação como o chat de forma mais estratégica. A constatação do impacto da exclusão digital pode impulsionar a busca por soluções institucionais e políticas públicas que visem garantir o acesso à tecnologia para todos os envolvidos, promovendo maior equidade. A identificação da falta de infraestrutura adequada cria uma oportunidade para investir em melhorias tecnológicas que beneficiem tanto os discentes quanto os docentes.

Ameaças: A persistência da falsa participação em aulas remotas pode comprometer a efetividade do aprendizado e dificultar a avaliação real do engajamento dos discentes. Se estratégias de integração eficazes não forem implementadas, o engajamento superficial e a dispersão podem continuar sendo um problema, pois mesmo não estando em contexto de confinamento as interações remotas fazem parte deste novo momento pós-pandemia. A exclusão digital não resolvida continuará sendo uma barreira significativa para a participação equitativa e para a qualidade do aprendizado de muitos discentes, aprofundando a desigualdade educacional. A falta de investimento em infraestrutura tecnológica adequada pode limitar as possibilidades de inovação pedagógica e perpetuar as dificuldades de participação. A frustração e a desmotivação decorrentes das dificuldades de acesso e da falta de engajamento podem afetar negativamente a experiência de aprendizado e o desempenho dos discentes.

Considerando uma Análise *SWOT* oriunda da percepção discente do PPGE, *stricto sensu* em Educação, referente a possíveis queixas por parte dos docentes, considerando os usos das tecnologias para transmissão das aulas, nos cursos de pós-graduação *stricto sensu*, PPGE/UFPB, relatados no quadro 9, do item 4.1.2, temos:

Forças: A necessidade de "reinvenção" por parte dos docentes para continuar ministrando suas aulas demonstra uma capacidade de adaptação e resiliência diante de um cenário inesperado e desafiador. A identificação das dificuldades e a explicitação das queixas tanto de docentes quanto de discentes podem ser vistas como um primeiro passo para a conscientização e para a busca de soluções e melhorias.

Fraquezas: As queixas generalizadas de docentes e discentes do PPGE evidenciaram o agravamento das desigualdades sociais e educacionais durante a

pandemia. A exclusão digital, somada à falta de acesso a recursos básicos, emergiu como um desafio central para a comunidade acadêmica. Docentes do PPGE enfrentaram dificuldades significativas para se adaptar às novas ferramentas digitais, muitas vezes sem o suporte necessário para essa transição. O uso da tecnologia para a transmissão das aulas ainda é percebido como um tabu por alguns docentes, indicando uma resistência ou falta de familiaridade com esses recursos. A resistência de alguns docentes ao uso de recursos midiáticos em aulas remotas, identificada durante a pandemia, representa uma barreira à inovação e à adaptação a novos formatos de ensino. Os docentes também experimentaram estresse e cansaço devido à necessidade de se adaptar rapidamente às novas tecnologias e métodos de ensino, conforme evidenciado nas falas dos discentes que participaram da pesquisa.

Oportunidades: O cenário da pandemia e as dificuldades enfrentadas evidenciam a urgência e a necessidade de políticas educacionais mais eficazes para garantir que, em situações de contingência, tanto discentes quanto docentes do PPGE tenham acesso a todos os recursos essenciais para o aprendizado e o bem-estar. A identificação da resistência ao uso da tecnologia como um "tabu" e a percepção de docentes resistentes às tecnologias abrem oportunidades para programas de formação e suporte técnico que desmistifiquem o uso de tecnologias e promovam a sua integração pedagógica. A experiência da pandemia pode servir como um catalisador para a modernização das práticas de ensino e para a incorporação mais sistemática de recursos digitais no ambiente acadêmico do PPGE.

Ameaças: O agravamento das desigualdades sociais e educacionais pode ter um impacto duradouro no aprendizado e na trajetória acadêmica dos discentes do PPGE, especialmente aqueles em situação de maior vulnerabilidade, pois fazer pesquisa científica requer apoio e igualdade em diferentes acessos, incluindo os meios digitais. A falta de suporte adequado para os docentes na adaptação às novas tecnologias pode levar à desmotivação, ao aumento do estresse e à manutenção de práticas pedagógicas menos eficazes no ambiente remoto ou híbrido. A resistência contínua de alguns docentes ao uso da tecnologia pode limitar a capacidade do PPGE de inovar em suas metodologias de ensino e de oferecer experiências de aprendizado mais ricas e diversificadas. O estresse e o cansaço acumulados pelos docentes podem afetar a qualidade do ensino e o seu bem-estar a longo prazo.

Considerando uma análise *SWOT* oriunda da percepção discente do PPGE, *stricto sensu* em Educação, ativos nos cursos de pós-graduação *stricto sensu*, PPGE/UFPB, no período da pandemia COVID-19, na identificação de possíveis casos de colegas em situação de exclusão digital, relatados no quadro 10, do item 4.1.2, temos:

Forças: A sugestão da "escuta ativa" antes da implementação de recursos tecnológicos em sala de aula emerge como uma estratégia promissora para promover a inclusão de maneira assertiva. Essa abordagem centrada no discente pode ajudar a identificar as necessidades e limitações individuais, permitindo a escolha de ferramentas e metodologias mais adequadas e equitativas.

Fraquezas: A principal fraqueza identificada é a exclusão digital, manifestada pela falta de recursos financeiros de alguns discentes para adquirir dispositivos ou acessar a internet. Essa exclusão se traduz na ausência de computadores adequados para tarefas acadêmicas, como a escrita de pesquisas, e na falta de internet de qualidade, com instabilidades, impactando diretamente a participação e o aprendizado. A experiência de presenciar a exclusão digital em sala de aula também aponta para o sofrimento e a desvantagem enfrentados por esses discentes do PPGE.

Oportunidades: A conscientização sobre a exclusão digital e suas consequências, evidenciada nos relatos, cria uma oportunidade para a implementação de políticas e ações que visem mitigar essa desigualdade. A estratégia da escuta ativa pode ser mais amplamente adotada e institucionalizada como uma prática pedagógica fundamental para garantir que as tecnologias sejam utilizadas de forma inclusiva e que estas e outras necessidades dos discentes sejam consideradas antes da adoção de novas ferramentas ou metodologias. A identificação das dificuldades financeiras como uma barreira ao acesso tecnológico pode impulsionar a busca por soluções como mais programas de auxílio financeiro, empréstimo de equipamentos ou parcerias para oferecer acesso à internet a discentes em situação de vulnerabilidade.

Ameaças: A persistência da exclusão digital representa uma ameaça significativa à equidade educacional, perpetuando e até mesmo aprofundando as desigualdades sociais já existentes no país. Se a falta de recursos financeiros continuar a impedir o acesso à tecnologia, muitos discentes ficarão em desvantagem no processo de aprendizado e na realização de suas atividades acadêmicas e de

pesquisa. A não adoção de estratégias inclusivas, como a escuta ativa, na implementação de recursos tecnológicos pode levar à exclusão de discentes que não possuem as mesmas condições de acesso e familiaridade com essas ferramentas. A falta de ação para enfrentar a exclusão digital pode comprometer a qualidade da educação e limitar as oportunidades futuras dos discentes afetados pelas desigualdades sociais.

Considerando uma Análise *SWOT* oriunda da percepção discente do PPGE, *stricto sensu* em Educação, ativos nos cursos de pós-graduação *stricto sensu*, PPGE/UFPB, no período da pandemia COVID-19 no quesito: Identificação de ações por parte do PPGE realizadas como apoio às atividades acadêmicas durante a quarentena, relatados no quadro 11, do item 4.1.2, temos:

Forças: A abertura para o diálogo e a realização de alguns ajustes no segundo semestre de 2020 demonstram uma capacidade de adaptação do programa. A adesão do PPGE aos editais e políticas públicas do governo federal para distribuição de chips e aparelhos celulares com internet foi uma ação positiva para mitigar os impactos da exclusão digital. O empenho do PPGE em apoiar os discentes durante a pandemia, oferecendo materiais e mantendo canais de comunicação abertos, é um ponto forte a ser reconhecido. A experiência individual de conseguir cumprir os créditos e requisitos dentro do prazo, mesmo com as dificuldades e a alteração da metodologia da pesquisa, demonstra resiliência pessoal.

Fraquezas: A incerteza inicial, o medo da COVID-19 e o alto número de mortes geraram muita angústia no primeiro semestre de 2020. A falta de flexibilidade inicial do programa em relação aos créditos disciplinares aumentou a dificuldade do período. A ausência de flexibilização nos prazos para a realização da pesquisa, como a qualificação, impôs pressão adicional aos discentes. A falta de preparo geral dos PPGs para a situação inesperada da pandemia e a falta de iniciativa para muitas ações no início foram evidentes. Apesar do apoio posterior, a adaptação ao ensino remoto revelou diversas dificuldades, principalmente para aqueles em vulnerabilidade digital. A necessidade de solicitar prorrogação para qualificar ou defender por parte de alguns colegas indica as dificuldades enfrentadas, mencionados pelos participantes da pesquisa. A percepção de que o PPGE ainda precisa ofertar melhores recursos tecnológicos para os discentes de pós-graduação no contexto de diferentes cenários ainda é uma fraqueza a ser abordada. A pressão

continua por publicação e escrita das pesquisas, desconsiderando o contexto da pandemia e as perdas sofridas, gerou um ambiente de alta pressão.

Oportunidades: A pandemia trouxe importantes lições sobre a necessidade de modernização e inclusão digital no sistema educacional, e o PPGE tem a oportunidade de reforçar essas ações em curto, médio e longo prazo. A experiência da pandemia pode impulsionar o PPGE a ofertar melhores recursos tecnológicos para os discentes de pós-graduação. A identificação da necessidade de ações mais direcionadas, como capacitação para o uso de ferramentas digitais e maior apoio aos discentes com dificuldades de acesso, pode oferecer um caminho para minimizar barreiras futuras. A experiência da falta de flexibilidade inicial pode levar o programa a desenvolver protocolos mais adaptáveis para situações de crise.

Ameaças: A persistência da vulnerabilidade digital entre alguns discentes do PPGE continua sendo uma ameaça à equidade e ao sucesso acadêmico. A falta de preparo para futuras situações de contingência pode levar a dificuldades semelhantes às vivenciadas no início da pandemia. A pressão contínua por produtividade acadêmica, sem considerar contextos excepcionais, pode impactar a saúde mental e o bem-estar dos discentes e docentes do programa. A falta de investimento em recursos tecnológicos adequados pode limitar a capacidade do PPGE de oferecer um ensino de qualidade em formatos remotos ou híbridos, caso seja necessário no futuro. A evasão de discentes que trancaram o curso devido às dificuldades pode representar uma perda para o programa.

A partir dessa análise *SWOT* inicial e fracionada, apresentada conforme o roteiro semiestruturado que os discentes participantes da pesquisa tiveram como base, em cada questionamento abordado, segue, no quadro 12, os relatos gerais desses discentes envolvidos, a partir das reflexões norteadas, considerando possíveis oportunidade(s) e ameaças à Educação, com vistas às suas vivências como discentes no PPGE, (2020-2022), no período da pandemia.

Quadro 12 – Relatos gerais dos discentes a partir das reflexões norteadas pelo roteiro da pesquisa, considerando possíveis oportunidade(s) e ameaças à Educação, com vistas às suas vivências como discentes no PPGE, (2020-2022), no período da pandemia.

“Durante o período da pandemia de COVID-19, que trouxe desafios inesperados tanto para os discentes quanto para os docentes, pude observar a educação sendo moldada por novas realidades, especialmente no que diz respeito ao uso de
--

tecnologias e à adaptação ao ensino remoto. Embora eu, como discente do PPGE, não tenha vivenciado aulas remotas durante esse período, pude perceber as dificuldades enfrentadas por meus colegas e por mim mesma enquanto docente em rede pública. Porém, esse contexto também trouxe algumas oportunidades importantes para a educação”.

“Bom, considero que o período da pandemia trouxe seus altos e baixos no meu percurso acadêmico no PPGE, principalmente durante a coleta de dados. Foi um momento de incertezas e insegurança. Por exemplo: o encontro presencial com o participante da pesquisa foi trocado pelo virtual, tanto a qualificação quanto a defesa foram no modo remoto. Ou seja, tivemos que se reinventar para dar conta das demandas acadêmicas mesmo em meio ao caos da COVID-19. Hoje estamos aqui, tendo que encarar esse “novo normal” representa um momento e transformação social e profissional de todos que fazem parte da educação.”

“Com base nas minhas reflexões e vivências como discente no PPGE/UFPB durante a pandemia COVID-19, posso identificar algumas oportunidades importantes para a educação, tais como: desenvolvimento de habilidades digitais; flexibilidade e acessibilidade; inovação em metodologias de ensino; fortalecimento da comunidade acadêmica; preparação para um futuro em constante mudança; investimento em infraestrutura digital e foco na saúde mental e bem-estar”.

“A pandemia acelerou a necessidade de desenvolver habilidades digitais, tanto para os discentes quanto para os docentes. Isso abriu oportunidades para o PPGE aprimorar a educação online e criar recursos digitais inovadores”.

“A educação remota permitiu que os discentes do PPGE acessassem aulas e recursos de forma mais flexível, independentemente da localização geográfica. Isso expandiu as oportunidades de educação para pessoas com deficiência, moradoras de áreas rurais ou com restrições de mobilidade.”

“Houve a criatividade e a inovação em metodologias de ensino aos docentes do PPGE, desenvolverem novas abordagens, em adequação às aulas virtuais”.

“A pandemia reforçou a importância da comunidade acadêmica. discentes, docentes e funcionários do programa se uniram para superar os desafios e encontrar soluções criativas, fortalecendo os laços e a colaboração dentro da UFPB”.

“O período da COVID-19 demonstrou que a educação precisa ser adaptável e resiliente. O PPGE e toda a comunidade e outras instituições de ensino, precisam estar preparados para enfrentar desafios inesperados e se adaptar a mudanças rápidas, desenvolvendo habilidades como flexibilidade, resiliência e pensamento crítico”.

“Destaco a necessidade de o PPGE e a UFPB como um todo, investir em infraestrutura digital, como redes de internet, plataformas de ensino e recursos tecnológicos. Isso permitirá que os programas ofereçam educação de qualidade e acessível a todos”.

“Como discente do PPGE no período da pandemia, evidencio a importância de

priorizar a saúde mental e o bem-estar dos discentes e docentes. As instituições de ensino precisam oferecer recursos e apoio para ajudar os discentes a gerenciarem o estresse, a ansiedade e outros desafios emocionais, que vivenciamos de forma muito triste e impactante durante a quarentena”.

“Todos os problemas que enfrentamos na pandemia podem gerar oportunidades para ajudar a melhorar a educação e preparar os discentes para um futuro em constante mudança”.

Fonte: O próprio autor (2025).

Com base nos textos originais, apresentados no quadro 12, acima, nesta abordagem geral segue a análise *SWOT*, com uma contextualização relacionada a percepção discente do programa de pós-graduação stricto sensu em educação (PPGE): impactos a partir dos desafios vivenciados durante o período pandêmico (2020-2022).

Quadro 13 — Análise *SWOT*, considerando aspectos gerais extraídos das narrativas dos discentes do PPGE/ UFPB, stricto sensu, que aceitaram participar desta pesquisa e que estavam ativos no período da pandemia COVID-19, (2020-2022).

CATEGORIA	DESCRIÇÃO
Forças (Strengths): (Fatores internos positivos)	Capacidade de Reinvenção e Adaptação: A comunidade acadêmica (discentes e docentes) demonstrou capacidade de se reinventar para cumprir as demandas acadêmicas do PPGE, mesmo em meio ao caos (ex: mudança para defesas e coletas de dados virtuais). Criatividade e Inovação Docente: Os docentes do PPGE desenvolveram novas abordagens e metodologias de ensino criativas e inovadoras para se adequar às aulas virtuais. 3. Fortalecimento da Comunidade Acadêmica: A necessidade de superar desafios comuns uniu discentes, docentes e funcionários, fortalecendo os laços, a colaboração e a busca por soluções criativas dentro do PPGE/UFPB.
Fraquezas (Weaknesses): (Fatores internos negativos)	Desafios e Dificuldades Generalizadas: O período trouxe desafios inesperados e dificuldades significativas tanto para discentes quanto para docentes. Incertezas e Insegurança Acadêmica: Ocorreram momentos de grande incerteza e insegurança, especialmente em relação a etapas cruciais como a coleta de dados para pesquisas. 3. Necessidade de Infraestrutura Digital: Destaque a <i>necessidade</i> de investimento em infraestrutura digital (redes, plataformas, recursos), sugerindo uma possível carência ou insuficiência atual ou durante o pico da pandemia, no PPGE. Necessidade de Foco em Saúde Mental: A experiência evidenciou a <i>necessidade</i> de maior priorização da saúde mental e bem-estar, com oferta de recursos e apoio,

	indicando uma possível área de melhoria ou carência percebida durante o período. Impacto Emocional Negativo: Vivência de estresse, ansiedade e outros desafios emocionais de forma "muito triste e impactante" durante a quarentena.
Oportunidades (Opportunities): <i>(Fatores externos positivos que podem ser aproveitados)</i>	Desenvolvimento Acelerado de Habilidades Digitais: A pandemia criou a necessidade e a oportunidade para os discentes e docentes desenvolverem competências digitais, permitindo ao PPGE aprimorar a educação online. Maior Flexibilidade e Acessibilidade: O ensino remoto abriu portas para acesso mais flexível a aulas e recursos, expandindo oportunidades para pessoas com restrições geográficas, de mobilidade ou com deficiência. Inovação Contínua em Metodologias de Ensino: A experiência impulsionou a busca por novas metodologias, criando uma oportunidade para continuar inovando nas abordagens pedagógicas. Preparação para o Futuro e Resiliência: A crise demonstrou a necessidade de adaptabilidade e resiliência, gerando a oportunidade de preparar melhor a comunidade acadêmica para mudanças e desafios futuros, desenvolvendo pensamento crítico. Investimento Estratégico em Infraestrutura Digital: A necessidade percebida cria a oportunidade para justificar e realizar investimentos que melhorem a qualidade e o acesso à educação digital. 6. Foco Estratégico em Saúde Mental e Bem-Estar: A conscientização sobre a importância da saúde mental abre a oportunidade para implementar programas e recursos de apoio robustos. 7. Transformação Social e Profissional: O "novo normal" representa uma oportunidade de transformação ampla na educação, impactando o desenvolvimento social e profissional dos envolvidos.
Ameaças (Threats): <i>(Fatores externos negativos que podem prejudicar)</i>	Crises Inesperadas e Instabilidade: A pandemia COVID-19, representa uma ameaça externa disruptiva, e a experiência serve como alerta para futuras crises potenciais. Incerteza e Insegurança: O ambiente externo de incerteza gerado pela pandemia impactou diretamente o percurso acadêmico e a pesquisa, no PPGE. Necessidade de Adaptação Constante: O "futuro em constante mudança" exige uma capacidade contínua de adaptação, o que pode ser desgastante ou desafiadora se não houver preparo e recursos adequados.

Fonte: O próprio autor (2025).

Ao relacionar essas quatro dimensões da análise SWOT, é possível compreender que a pandemia atuou como um catalisador de mudanças, ao mesmo tempo em que acentuou tensões já presentes no PPGE/UFPB. A percepção discente evidencia que, embora o PPGE tenha apresentado esforços relevantes na

adaptação ao ensino remoto, os desafios vivenciados entre 2020 e 2022 revelaram limites institucionais que demandam reflexão contínua e políticas estruturais de fortalecimento. Assim, o quadro acima, permite um vislumbre não apenas em sistematizar as principais impressões dos estudantes sobre a atuação do programa durante a pandemia, mas também apontar possíveis estratégias para a consolidação de práticas mais inclusivas, resilientes e preparadas para diferentes cenários de instabilidade. Como contribuição ao PPGE/UFPB, segue o quadro 14, com vistas a uma análise reflexiva considerando ações do Programa durante a pandemia (a partir das falas dos discentes)

Quadro 14 — Análise temática das ações do PPGE durante a quarentena, a partir das falas dos discentes:

CATEGORIA TEMÁTICA	EVIDÊNCIAS EXTRAÍDAS DOS RELATOS	AValiação CRÍTICA
1. Flexibilidade acadêmica	“No início do semestre, o programa não foi flexível”; “tive que entrar com processo para dilatar prazo”; “não houve flexibilização com prazos”.	Falta de respostas imediatas às demandas emergenciais; rigidez institucional; demora em adaptar normas.
2. Condições emocionais e impacto da pandemia	“Angústia”, “muito incerto”, “muito medo”, “ansiedade”, “alto número de mortes”.	Ausência de suporte emocional estruturado; pandemia intensificou vulnerabilidades psicológicas.
3. Políticas públicas e adesão do PPGE	“Editais e políticas públicas... distribuição de chips... o programa aderiu”.	Alinhamento posterior às ações federais; postura reativa, não propositiva.
4. Adaptação pedagógica e metodológica	“Altere a metodologia da minha pesquisa”; “PPGs não estavam preparados”; “faltou iniciativa para muitas ações”.	Ausência de planejamento institucional de emergência; pouca orientação metodológica.
5. Inclusão e vulnerabilidade digital	“Vulnerabilidade digital”; “apoio às famílias com dificuldades de acesso”; “precisa ofertar melhores recursos tecnológicos”.	Ações insuficientes; desigualdades digitais persistentes.
6. Apoio institucional	“PPGE se empenhou em apoiar... mantendo canais de comunicação”; “ações mais direcionadas poderiam ter minimizado barreiras”.	Boas intenções, mas insuficientes; apoio existiu, mas não foi sistemático.
7. Pressões acadêmicas	“CAPES não podia parar”; “pressões por publicação”.	Contradição entre exigências acadêmicas e crise

	continuaram”.	humanitária; manutenção de lógicas produtivistas.
8. Consequências para os discentes	“Alguns trancaram”; “outros pediram prorrogação”; “outros não conseguiram cumprir créditos”.	Impacto objetivo na trajetória acadêmica; desigualdades acentuadas.

Fonte: O próprio autor (2025).

Ao analisar estes relatos sistematizados no quadro acima percebe-se um panorama complexo das experiências acadêmicas durante a pandemia, marcado por tensões institucionais, emocionais e sociais. A rigidez inicial das normas e a falta de respostas imediatas às demandas emergenciais expuseram a dificuldade do PPGE em lidar com a excepcionalidade do momento, ao mesmo tempo em que os discentes enfrentavam sentimentos de angústia, medo e incerteza sem um suporte emocional estruturado. Embora o programa tenha aderido posteriormente a políticas públicas emergenciais, como a distribuição de chips, essa postura foi mais reativa do que propositiva, evidenciando a ausência de planejamento institucional de emergência e de orientação metodológica consistente. A exclusão digital e a vulnerabilidade tecnológica se destacaram como barreiras centrais, reforçando desigualdades já existentes e limitando a participação plena dos estudantes. O apoio institucional, ainda que presente, mostrou-se insuficiente e pouco sistemático, incapaz de minimizar de forma efetiva as barreiras impostas pelo contexto. Paralelamente, as pressões acadêmicas mantidas pela CAPES e a exigência de produtividade contrastaram com a crise humanitária em curso, intensificando o desgaste de docentes e discentes. As consequências foram concretas e visíveis: trancamentos de matrícula, pedidos de prorrogação e dificuldades no cumprimento de créditos, configurando impactos diretos na trajetória acadêmica e ampliando desigualdades. Portanto, os relatos demonstraram que, apesar dos esforços de adaptação e reinvenção, a pandemia escancarou fragilidades estruturais e institucionais, revelando a necessidade urgente de políticas públicas educacionais mais inclusivas, flexíveis e humanas para garantir a equidade e a qualidade da formação acadêmica em cenários de crise.

SEÇÃO V CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa revelou que, embora a pandemia de COVID-19 tenha imposto desafios profundos ao campo educacional, ela também abriu espaço para uma gama de oportunidades e aprendizagens institucionais que tendem a produzir efeitos duradouros na pós-graduação. Diferentemente de relatos que enfatizam predominantemente dificuldades, este conjunto de falas destacou a dimensão transformadora do período, entendendo a crise sanitária como um catalisador de inovações, competências e novas formas de organizações metodológicas do trabalho acadêmico.

Um dos aspectos mais recorrentes diz respeito ao desenvolvimento acelerado de habilidades digitais, tanto por parte de discentes quanto de docentes. O ensino remoto, ainda que emergencial, ampliou o repertório tecnológico da comunidade acadêmica, permitindo ao PPGE implantar ferramentas e métodos antes pouco presentes na rotina institucional. Esse contexto desencadeou não apenas aprendizagens técnicas, mas também a necessidade de repensar práticas pedagógicas, o que estimulou processos de inovação metodológica. Os docentes, de forma geral, passaram a utilizar abordagens mais interativas, recursos multimídia e estratégias que valorizaram a autonomia, colaboração e criatividade juntamente com os discentes ativos nos cursos neste período. Fica uma ressalva neste parágrafo, para novos estudos, de que seria uma importante oportunidade à pesquisa qualitativa em Educação, em dar voz aos docentes impactados no mesmo período, pois a riqueza e aprofundamento dessa temática contribuiria ainda mais à cátedra acadêmica.

Outro ponto de destaque foi a percepção discente de que a pandemia ampliou as discussões sobre flexibilidade e acessibilidade. O ensino remoto possibilitou a participação dos discentes com restrições geográficas, de mobilidade ou com deficiência, apontando para o potencial democratizador das tecnologias educacionais. Ao mesmo tempo, as falas evidenciaram que tais oportunidades somente se concretizarão plenamente mediante investimentos estruturais em infraestrutura digital — internet, plataformas, equipamentos —, o que foi identificado como uma fragilidade do PPGE/UFPB. Nos aspectos subjetivo e relacional, os discentes enfatizaram que a pandemia fortaleceu a comunidade acadêmica, impulsionando solidariedade, colaboração e apoio mútuo entre demais colegas,

docentes e funcionários. Esse aspecto contrasta com os sentimentos de medo, insegurança e instabilidade vivenciados no período, reforçando a importância de redes de apoio. Nesse sentido, emerge com força o reconhecimento da saúde mental como um eixo fundamental da formação e permanência na pós-graduação. A experiência pandêmica evidenciou fragilidades emocionais, apontando para a necessidade de políticas institucionais mais robustas de acolhimento e cuidado.

As narrativas dos discentes que participaram desta pesquisa interpretaram a pandemia como um marco de transformação social e profissional, que produziram mudanças significativas na identidade dos sujeitos que atuam na educação. O “novo normal” é percebido não apenas como um retorno adaptado à presencialidade, mas como um cenário em que resiliência, adaptabilidade e pensamento crítico tornam-se habilidades essenciais. O período imposto pela COVID-19, apesar de traumático, impulsionou reflexões profundas sobre o papel da educação em contextos de crise, oferecendo ao PPGE a oportunidade de repensar seus processos, fortalecer suas políticas e preparar-se para um futuro marcado por complexidade e constantes mudanças. A intenção deste estudo em avaliar a efetividade das políticas educacionais adotadas pela CAPES e pelo PPGE – UFPB no período da pandemia (2020-2022), pode-se afirmar que, apesar das políticas adotadas pela CAPES terem sido fundamentais, não foram suficientes para eliminar os impactos causados pela pandemia sobre o sistema de educação superior e pós-graduação.

A atuação diferenciada da CAPES no período da pandemia, 2020-2022, consistiu em garantir a continuidade da formação docente e de pós-graduação, dentro das possibilidades do período, em fomentar ações de apoio em pesquisa voltada para os efeitos da pandemia e em adequar o sistema de bolsas a uma realidade marcada por crise e desigualdades. Ao mesmo tempo, o período evidenciou que tais políticas necessitavam de articulação mais ampla com redes estaduais e municipais de ensino, com investimentos em infraestrutura digital e suporte institucional para que a transição ao ensino remoto ou híbrido não ampliasse as lacunas existentes. Ao aprofundar uma análise crítica-reflexiva nesta conjuntura adversa, as ações da CAPES, enquanto órgão regulador e indutor de políticas nos cursos de pós-graduação no país, convergiram em alguns aspectos com as necessidades emergentes do cotidiano acadêmico, mas também revelaram limitações que impactaram de forma mais contundente os discentes em situação de maior vulnerabilidade socioeconômica e digital. Os discentes relataram que, no início

da pandemia, a atmosfera de angústia e ansiedade era intensificada não apenas pelo avanço da doença, mas também pela rigidez procedimental do programa, evidenciada na falta inicial de flexibilização dos prazos acadêmicos. Assim, a ausência inicial de flexibilização relatada pelos discentes não se configurou como uma negação das diretrizes nacionais, mas como um intervalo entre a recomendação da política e sua operacionalização concreta no PPGE. A exclusão digital foi uma das dimensões mais críticas vivenciadas pelos discentes.

Destaca-se o reconhecimento pelos discentes que, apesar de todas as dificuldades, a crise trouxe aprendizagens importantes. A pandemia produziu reflexões institucionais sobre a necessidade de modernização dos processos pedagógicos, de ampliação e qualificação da infraestrutura digital e de fortalecimento das redes de apoio dentro da comunidade acadêmica. Essas percepções dialogam com a agenda recente da CAPES, que, após a pandemia, vem defendendo a expansão da inclusão digital, a formação docente para ambientes híbridos e a necessidade de que a pós-graduação brasileira esteja preparada para enfrentar crise futuras, com maior flexibilidade e resiliência. Assim, ao cotejar as experiências dos discentes do PPGE/UFPB com as ações da CAPES, observa-se que a pandemia expôs avanços e fragilidades do sistema nacional de pós-graduação. Enquanto algumas políticas mitigaram desigualdades e promoveram modernizações, outras se mostraram insuficientes diante da complexidade da crise.

De modo geral, as narrativas dos discentes revelaram que as respostas institucionais, embora fundamentais, não eliminaram as tensões existentes entre diretrizes nacionais. Nas práticas locais e nas condições reais de vida desses discentes percebe-se que ocorreram mobilizações, tanto de esforços institucionais quanto de estratégias pessoais de adaptação, neste contexto permeado por incertezas, medo e instabilidade. Correlacionando aos dados evidenciados do início ao fim desta tese, concomitante a análise SWOT, conclui-se que, os estudos sobre eficácia das políticas implementadas neste marcante período devam despertar mais e mais interesse em novas pesquisas científicas nesta temática, com o intuito de trazer contribuições à sociedade.

Estudos como este podem investigar, dar voz, tanto aos discentes como aos docentes e demais colaboradores envolvidos nas comunidades acadêmicas, em diferentes contextos e experiências, a fim de buscar a eficácia das políticas públicas educacionais implementadas ou não durante a pandemia, com vistas ao presente e

ao futuro, avaliando seu impacto nos processos de aprendizagem, no bem-estar emocional e na equidade educacional, despertando novas possibilidades em diferentes cenários. Os desafios urgem e há muito para fazer enquanto profissionais da Educação. Que este estudo desperte novas pesquisas a fim de instigar melhorias contínuas em políticas educacionais aos cursos de pós-graduação, *stricto sensu*, espalhados em nosso continente e além das fronteiras.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE FILOSOFIA DO DIREITO E SOCIOLOGIA DO DIREITO. **Defasagem no aprendizado durante a pandemia**. *REVISTA ENSINO SUPERIOR*, agosto de 2021. Disponível em: <https://revistaensinosuperior.com.br/defasagem-no-aprendizado-covac/> . Acesso em: 22 nov. 2025.

ACADÊMIA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS. **Um olhar sobre o ensino superior do Brasil**. VASCONCELOS, Ado Jório de (Coord.). Rio de Janeiro/RJ. *ABC.ORG.BR*, 2024. Disponível em: https://www.abc.org.br/wp-content/uploads/2024/11/Um_olhar_sobre_o_ensino_superior_no_Brasil.pdf. Acesso em: 15 nov. 2024.

BALL, Stephen. J.; MAINARDES, Jefferson. **Políticas educacionais**: questões e dilemas. São Paulo: Cortez, 2011.

BARRETTO, Elba Siqueira de Sá. Políticas de Currículo e Avaliação e Políticas Docentes. **Cadernos de Pesquisa**. v.42 n.147 p.738-753 set./dez. 2012.

BARROSO, João. O Estado e a Educação: a regulação transnacional, a regulação nacional e a regulação local. In: BARROSO, João. (Org.). **A regulação das políticas públicas de educação**: espaços, dinâmicas e actores. Lisboa: Educa, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. Acesso a informação. **Ações da Secretaria de Educação Superior (Sesu)**. Brasília, DF. Ministério da Educação, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/acessoainformacao/pt-br>. Acesso em: 03 ago. 2024.

BRASIL. Anvisa – Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Relatório - **Autoavaliação da estrutura e condições sanitárias para a prevenção e controle da COVID-19 em ILPI (2020)**. Brasília, DF. Agência Nacional de Vigilância Sanitária, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/anvisa/pt-br/centraisdeconteudo/publicacoes/servicosdesaude/publicacoes/relatorio-autoavaliacao-da-estrutura-e-condicoes-sanitarias-para-a-prevencao-e-controle-da-covid-19-em-ilpi-2-002.pdf/view>. Acesso em: 20 out. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Constituição da república federativa do brasil de 1988**. Brasília, DF. Ministério da Educação, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm . Acesso em: 22 nov. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Painéis de Monitoramento e Indicadores**. Brasília, DF. Ministério da Educação, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/centrais-de-conteudo/paineis-de-monitoramento-e-indicadores> Acesso em: 11 jan. 2026.

BRASIL. Ministério da Saúde & OMS/WHO. **Saúde e Vigilância Sanitária classifica Coronavírus como pandemia**. Brasília, DF. Ministério da Saúde, 2020. Disponível

em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/saude-e-vigilancia-sanitaria/2020/03/oms-classifica-coronavirus-como-pandemia>. Publicado em 11/03/2020. Atualizado em 10/01/2023. Acesso em: 03 jul. 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde - **Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação contra a COVID-19**. Brasília, DF. Ministério da Saúde, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/coronavirus/centrais-de-conteudo-corona/plano-nacional-de-operacionalizacao-da-vacinacao-contr-a-COVID-19-5a-edicao>. Acesso em: 06 set. 2024.

BRASIL. Programa de Desenvolvimento da Pós-Graduação (PDPG) – **Impactos da Pandemia**. Brasília, DF. Ministério da Educação, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/bolsas/programas-estrategicos/programas-emergenciais/programa-de-combate-as-epidemias/programa-de-desenvolvimento-da-pos-graduacao-pdpg-impactos-da-pandemia>. Acesso em: 22 nov. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução nº 38, de 22 de maio de 2020**. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Brasília, DF. Ministério da Educação, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/legislacao/resolucoes/2020/resolucao-no-38-de-22-de-maio-de-2020/view>. Acesso em: 03 ago. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução nº 39, de 27 de julho de 2020**. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Brasília, DF. Ministério da Educação, 2020. Disponível em: <http://www.abmes.org.br/legislacoes/detalhe/3251/resolucao-fnde-n-39-2020>. Acesso em: 03 ago. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução nº 42, de 22 de outubro de 2020**. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Brasília, DF. Ministério da Educação, 2020. Disponível em: <https://www.semesp.org.br/legislacao/resolucao-no-42-de-21-de-outubro-de-2020/>. Acesso em: 03 ago. 2024.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR - CAPES, Plataforma Sucupira, **Teses**. Brasília, DF. Ministério da Educação, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/search?SearchableText=teses>. Acesso em: 20 out. 2024.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR - CAPES. **Ações adotadas pela CAPES durante a pandemia**. Brasília, DF. Ministério da Educação, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/assuntos/noticias/confira-as-acoes-adotadas-pela-capes-durante-a-pandemia>. Acesso em 27 out. 2025.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR - CAPES. **Catálogo de Atos Administrativos**: Portaria nº 127, de 28 de Agosto de 2020. Brasília, DF. Ministério da Educação, 2020. Disponível em: <https://ilape.edu.br/download/capes-portaria-no-127-de-28-de-agosto-de-2020/>. Acesso em 16 nov. 2025.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR - CAPES. **Cursos de capacitação gratuitos oferecidos pela CAPES durante a pandemia.** Brasília, DF. Ministério da Educação, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/assuntos/noticias/conheca-os-cursos-de-capacitacao-gratuitos-oferecidos-pela-capes> .Acesso em 01 nov. 2025.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR - CAPES. **Dados abertos CAPES.** Brasília, DF. Ministério da Educação, 2020. Disponível em: dadosabertos.capes.gov.br. Acesso em 02 nov. 2025.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR – CAPES. **Edital de seleção emergencial IV programa estratégico emergencial de combate a surtos, endemias, epidemias e pandemias "Programa de Desenvolvimento da Pós-Graduação (PDPG) - Impactos da Pandemia"** edital nº 12/2021. Brasília, DF. Ministério da Educação, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/bolsas/programas-estrategicos/outras-informacoes/programas-encerrados-estrategicos/programa-de-combate-as-epidemias/programa-de-desenvolvimento-da-pos-graduacao-pdpg-impactos-da-pandemia> . Acesso em 01 nov. 2025.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR – CAPES. **História e missão.** Brasília, DF. Ministério da Educação, 2014. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/historia-e-missao#:~:text=A%20CAPES%20nasceu%20de%20uma> . Acesso em: 08 de set. de 2024.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR – CAPES. **Impactos da Pandemia.** Brasília, DF. Ministério da Educação, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/bolsas/programas-estrategicos/outras-informacoes/programas-encerrados-estrategicos/programa-de-combate-as-epidemias/programa-de-desenvolvimento-da-pos-graduacao-pdpg-impactos-da-pandemia> . Acesso em 16 de set. de 2024.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR – CAPES. **Prorrogação de bolsas devido a pandemia.** Brasília, DF. Ministério da Educação, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/assuntos/noticias/capes-ja-prorrogou-38-835-bolsas-por-causa-da-pandemia> .Acesso em 22 nov. 2025.

CARDOSO, José Pedro Teixeira; BATISTA, Gustavo Andrade. A pesquisa documental no âmbito das políticas educacionais: conceitos e discussões. **Cadernos da Fucamp.** v. 29, p. 30-43, 2024. Monte Carmelo/MG. Disponível em: <https://revistas.fucamp.edu.br/index.php/cadernos/article/view/3429/2161>. Acesso em: 03 de ago.de 2024.

CARNEIRO, B. P. B.; NOVAES, I. L. Regulação do ensino superior no contexto da contemporaneidade. In: NASCIMENTO, Antônio Dias; HETKOWSKI, Tânia Maria

Org.). **Educação e contemporaneidade: pesquisas científicas e tecnológicas**. Salvador: EDUFBA, 2009. Disponível em <http://books.scielo.org/id/jc8w4/pdf/nascimento-9788523208721.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2023.

CASTRO, Simone; JUNIOR, Sílvio Rodriguez Vaz.; ALMEIDA, Paulo Roberto.; SANTOS, Karla Dayane. Desafios na Educação Superior em tempos de pandemia. **Revista Uniaraguaia**, Goiânia. v.16, n.2, p. 37, abr./ ago. 2021.

CAVALCANTI, Lourdes Maria Rodrigues; GUERRA, Maria das Graças Gonçalves Vieira. Os desafios da universidade pública pós-pandemia da Covid-19: o caso brasileiro. Ensaio. **Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 30, p. 73-93, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-40362021002903113> . Acesso em: 24 jan. 2026.

CRESWELL, John Warren. Investigação qualitativa e projeto de pesquisa: escolhendo entre cinco abordagens. **Série Métodos de Pesquisa**. 3. ed. Porto Alegre: Penso, 2014.

DEMO, Pedro. **Pesquisa: princípio científico e educativo**. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

DENZIN, Norman Kent; LINCOLN, Yvonna Sessions. **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. Porto Alegre: Artmed, 2006.

DEWEY, John. The development of American pragmatism. In: Edited by Larry A. Hiskman and Thomas M. Alexander. *The Essential Dewey, Pragmatism, Education, Democracy*. **Bloomington & Indianapolis**. vol. 1. Indiana University: Press, 1998. p. 283-299.

DIAS SOBRINHO, José. Democratização, qualidade e crise da educação superior: faces da exclusão e limites da inclusão. **Revista Educação e Sociedade**, vol. 31, n.º 113, out-dez, 2010a, p. 1.223-1.245. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v31n113/10>. Acesso em: 15 jan. 2023.

DOURADO, Sérgio. Trabalho e formação de professores/as: retrocessos e perdas em tempos de pandemia. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 14, n. 30, p. 842-857, set./dez. 2020. Disponível em: <https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/1211>. Acesso em: 03/08/2024.

DUARTE, Rogério de Souza. Entrevistas em pesquisas qualitativas. **Educ. Rev.**, Curitiba/PR, n. 24, p. 213-225, 2004. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40602004000200012&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 15 jan. 2023.

ENCICLOPÉDIA SIGNIFICADOS. Expressões em latim: Locus. **Enciclopédia Significados**. © 2011 – 2024, 7Gaus. Disponível em: <https://www.significados.com.br/>. Acesso em: 03 ago. 2024.

FERRAÇO, Célia Ferreira; CARVALHO, José. *Currículos, pesquisas, conhecimentos e produção de subjetividades*. Nupec. UFES. Petrópolis/RS, 2012.

FERREIRA, Luciana Haddad; BARBOSA, Andreza. Lições de quarentena: limites e possibilidades da atuação docente em época de isolamento social. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 15, e2015483, p. 1-24, 2020. Disponível em: <https://www.revistas2.uepg.br/index.php/praxiseducativa>. Acesso em: 22 out. 2024.

FLICK, Uwe. **Qualidade na pesquisa qualitativa**. Tradução de Joice Elias Costa. Porto Alegre: Bookman/Artmed, 2009.

FRASER, Marcia Tânia Duarte; GONDIM, Sérgio Mendes. Da fala do outro ao texto negociado: discussões sobre a entrevista na pesquisa qualitativa. **Paidéia**, 2004, v. 14, n. 28, p. 139-152. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/paideia/v14n28/04.pdf>. Acesso em: 03 ago. 2024.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

GATTI, Bernadete. Possível reconfiguração dos modelos educacionais pós-pandemia. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 34, n. 100, p. 1-12, set./dez. 2020. Epub em: 11 nov. 2020.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2022.

GOMES, Silvana Santos; MELO, Silvana de Souza Gomes. Políticas de avaliação e gestão educacional: articulações, interfaces e tensões. **Educação & Realidade**, 2018, v. 43, n. 4, p. 1199-1216. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2175-623688386>. Acesso em: 15 jan. 2023.

GUERRA, Maria das Graças Gonçalves Vieira; CAVALCANTI, Lourdes Maria Rodrigues. Uso da análise SWOT e do ciclo PDCA para avaliação de cursos de graduação a partir do IACG 2017 (SINAES). 1.ed. Curitiba: **Appris**, 2020. ISBN: 978-65-5523-356-8.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guaracira Lopes Louro. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HARVEY, David; ZIZEK, Slavoj. **Coronavírus e a luta de classes**. Brasil: Terra Sem Amos, 2020.

HYPOLITO, Álvaro Marcos. Padronização curricular, padronização da formação docente: desafios da formação pós-BNCC. **Práxis Educacional**, [S. l.], v. 17, n. 46, p. 35-52, 2021. DOI: 10.22481/praxisedu.v17i46.8915. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/8915>. Acesso em: 9 out. 2021.

KOHAN, Walter Omar. Tempos da escola em tempo de pandemia e necropolítica. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 15, e2015483, p. 1-9, 2020. Disponível em: <https://www.revistas2.uepg.br/index.php/praxiseducativa>. Acesso em: 22 out. 2024.

LOPES, Andréa Cristina; MACEDO, Edson Martins. Contribuições de Stephen Ball para o estudo de políticas de currículo. In: BALL, Stephen J.; MAINARDES, Jefferson (orgs.). **Políticas educacionais: questões e dilemas**. São Paulo: Cortez, 2011.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

MORGADO, José Carlos; SOUSA, Joana; PACHECO, Carlos Augusto. Transformações educativas em tempos de pandemia: do confinamento social ao isolamento curricular. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 15, e2015483, p. 1-10, 2020. Disponível em: <https://www.revistas2.uepg.br/index.php/praxiseducativa>. Acesso em: 22 out. 2024.

MUNIZ, Rita de Fátima; MUNIZ, Sheila Maria; BANDEIRA ANDRIOLA, Wagner. *Pandemia da Covid-19 e Pós-Graduação (stricto sensu): contornos, efeitos e impactos*. **Revista Eletrônica ACTA SAPIENTIA**, 9(1), 2022. Disponível em: <https://actasapientia.com.br/index.php/acsa/article/view/49>. Acesso em: 22 out. 2024.

PONTE, Claudia. Crescendo entre culturas digitais nas últimas décadas. In: LIMA, Nilson Luiz; STENGEL, Monique; NOBRE, Marlene Regina; DIAS, Vera Cristina (orgs.). **Juventude e cultura digital: diálogos interdisciplinares**. 1. ed. Belo Horizonte, MG: Artesã, 2017. p. 33-45.

SANT'ANA, Tânia da Silva. Plano de desenvolvimento institucional – PDI: um guia de conhecimentos para as instituições federais de ensino. **Alfenas: FORPDI**, 2017. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/plataformafor/documentos/livroforpdi>. Acesso em: 15 jan. 2023.

TOMÁS, Mariana Cardoso. Ensino remoto fora da pandemia: quem cursaria? Um estudo de caso em uma universidade comunitária. **EaD em Foco**, v. 12, n. 2, e1679, 2022. DOI: <https://doi.org/10.18264/eadf.v12i2.1679>.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA. Programa de Pós-graduação em Educação. **Atas do colegiado**. Centro de Educação, João Pessoa, 2020. Disponível em: <https://ce.ufpb.br/ppge/contents/menu/documentos/atas-do-colegiado>. Acesso em: 29 set. 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA. Biblioteca Central. **Acervo virtual**. João Pessoa, 2024. Disponível em: <https://biblioteca.ufpb.br/biblioteca/contents/paginas/portais-de-pesquisa-e-bases-de-dados>. Acesso em: 20 out. 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA. **Documento de revisão do PDI - UFPB, 2019-2023**. SIPAC | STI - Superintendência de Tecnologia da Informação. João

Pessoa, 2024. Disponível em:

https://sipac.ufpb.br/public/jsp/processos/despacho_processo.jsf?idDespacho=43316

9. Acesso em: 29 set. 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA. Programa de Pós-graduação em Educação. **Lista de links dos currículos lattes dos (as) egressos(as)**. Centro de Educação, João Pessoa, 2023. Disponível em:

<https://ce.ufpb.br/ppge/contents/menu/institucional/programa-de-acompanhamento-de-egressos> . Acesso em: 15 nov. 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA. Ofício circular: **orientações coronavírus**. João Pessoa, 2020. Disponível em:

<http://plone.ufpb.br/ccj/contents/noticias/orientacoes-coronavirus-1>. Publicado em: 13 mar. 2020. Acesso em: 29 set. 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA. Programa de Pós-graduação em Educação. **Planos de contingenciamentos da pandemia COVID 19. 2020 – 2021: Resoluções**. Centro de Educação, João Pessoa, 2021. Disponível em:

<http://www.ce.ufpb.br/ppge/contents/menu/documentos/legislacao> . Acesso em: 18 jan. 2026.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA. **Relatório de gestão**. João Pessoa,

2021. Disponível em: <https://www.ufpb.br/cia/contents/relatorios/relatorio-de-gestao-cia-2021.pdf/view>. Acesso em: 25 set. 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA. Programa de Pós-graduação em Educação. **Resoluções**: período remoto. Centro de Educação, João Pessoa, 2022.

Disponível em: <https://www.ufpb.br/secretariado/contents/paginas/resolucoes-periodo-remoto>. Acesso em: 29 set. 2024.

APÊNDICE

ROTEIRO ESTRUTURADO DA PESQUISA

Obs.: Os espaços para os registros de participação foram disponibilizados abaixo, com uma numeração correspondente ao questionamento levantado.

Pesquisa com uma proposta de reflexão, análise crítica, nos desafios identificados pelos discentes dos cursos de pós-graduação, <i>stricto sensu</i> , PPGE/UFPB, ativos no período da quarentena COVID-19 (2020 – 2022).			
Proposta de questionamentos norteadores à pesquisa:	Pontos Positivos:	Pontos negativos:	Análise crítica, reflexiva:
a) Como foi a experiência ao acesso à internet, durante as aulas e atividades do curso no período da quarentena, COVID-19?	➤	➤	➤
b) O tempo de aula foi adequado à modalidade remota?	➤	➤	➤
c) Como considera a experiência da conexão, de forma geral, durante as aulas com os colegas e docentes, em sua turma? Estável? Instável?	➤	➤	➤
d) A participação nas aulas no período de contingenciamento sofreu algum impacto pela turma na modalidade remota?	➤	➤	➤
e) Ocorreram queixas por parte dos docentes, considerando os usos das tecnologias para transmissão das aulas?	➤	➤	➤
f) Em sua turma foi identificado possíveis casos de colegas em situação de exclusão digital?	➤	➤	➤
g) Quais ações por parte do PPGE foram realizadas	➤	➤	➤

como apoio às atividades acadêmicas nesse novo cenário remoto no período da pandemia COVID-19?			
--	--	--	--

- a) _____
- b) _____
- c) _____
- d) _____
- e) _____
- f) _____
- g) _____

ANEXOS

ANEXO 1 TERMO DE SUBMISSÃO AO COMITÊ DE ÉTICA

CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA - CCS/UFPB	
--	---

COMPROVANTE DE ENVIO DO PROJETO

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: PERCEPÇÃO DISCENTE DE UM PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU EM EDUCAÇÃO: impactos a partir dos desafios vivenciados durante o período pandêmico (2020-2022)

Pesquisador: ELOIDE TELES SILVA GRISI

Versão: 1

CAAE: 87908225.8.0000.5188

Instituição Proponente: Universidade Federal da Paraíba

DADOS DO COMPROVANTE

Número do Comprovante: 040825/2025

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

Informamos que o projeto PERCEPÇÃO DISCENTE DE UM PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU EM EDUCAÇÃO: impactos a partir dos desafios vivenciados durante o período pandêmico (2020-2022) que tem como pesquisador responsável ELOIDE TELES SILVA GRISI, foi recebido para análise ética no CEP Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal da Paraíba - CCS/UFPB em 16/04/2025 às 09:04.

— DADOS DA VERSÃO DO PROJETO DE PESQUISA
Título da Pesquisa: PERCEPÇÃO DISCENTE DE UM PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU EM EDUCAÇÃO: impactos a partir dos desafios vivenciados durante o período pandêmico (2020-2022) Pesquisador Responsável: ELOIDE TELES SILVA GRISI Área Temática: Versão: 1 CAAE: 87908225.8.0000.5188 Submetido em: 14/04/2025 Instituição Proponente: Universidade Federal da Paraíba Situação da Versão do Projeto: Aprovado Localização atual da Versão do Projeto: Pesquisador Responsável Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

Comprovante de Recepção:  PB_COMPROVANTE_RECEPCAO_2538114

ANEXO 2 TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Prezado(a) **PARTICIPANTE DE PESQUISA**,

Os pesquisadores (Aluna(o) e Orientador) ELOIDE TELES SILVA GRISI e Maria das Graças Gonçalves Vieira Guerra convidam você a participar da pesquisa intitulada “PERCEPÇÃO DISCENTE DE UM PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU EM EDUCAÇÃO: impactos a partir dos desafios vivenciados durante o período pandêmico (2020-2022)”. Para tanto você precisará assinar o TCLE que visa assegurar a proteção, a autonomia e o respeito aos participantes de pesquisa em todas as suas dimensões: física, psíquica, moral, intelectual, social, cultural e/ou espiritual – e que a estruturação, o conteúdo e forma de obtenção dele observam as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos preconizadas pela **Resolução 466/2012 e/ou Resolução 510/2016**, do Conselho Nacional de Saúde e Ministério da Saúde.

Sua decisão de participar neste estudo deve ser voluntária e que ela não resultará em nenhum custo ou ônus financeiro para você (ou para o seu empregador, quando for este o caso) e que você não sofrerá nenhum tipo de prejuízo ou punição caso decida não participar desta pesquisa. Todos os dados e informações fornecidos por você serão tratados de forma anônima/sigilosa, não permitindo a sua identificação.

Objetivo da Pesquisa:

Investigar os discursos dos discentes do curso da pós-graduação (stricto sensu), do Programa de Pós-Graduação em Educação-PPGE na Universidade Federal da Paraíba (UFPB), com relação aos impactos no período de contingenciamento da pandemia Covid19.

Objetivos específicos:

- Avaliar a efetividade das políticas educacionais adotadas pela CAPES, pela PRPG e pelo PPGE / UFPB no período da pandemia (2020-2022);
- Caracterizar o impacto da pandemia com relação a aprendizagem nas disciplinas e a escrita da dissertação e tese no PPGE-UFPB (2020-2022);
- Criar uma análise SWOT, fundamenta através da análise do questionário, com questões abertas e fechadas, aplicado aos discentes do PPGE no período de 2020 a 2022, apontando para o planejamento de ações que visam atenuar as fragilidades e ameaças detectadas.

Metodologia

Pesquisa qualitativa. Estudo de caso. Esta pesquisa tem a intenção de abrir discussão em âmbito educacional com foco nos desafios enfrentados em diferentes cenários, numa análise crítica, considerando o período da pandemia Covid19. As bases teóricas serão estabelecidas com leituras das Diretrizes da Educação Brasileira (portal MEC, Governo Federal), e demais legislações pertinentes, incluindo obras de autores que contribuam com este estudo. O embasamento teórico contemplará leituras das Diretrizes da Educação Brasileira (portal MEC, Governo Federal), e demais legislações pertinentes à políticas educacionais, e leituras de obras literárias que complementam e aprofundam a temática abordada. Para estudar a problemática desta pesquisa, será necessária uma base teórica a fim de desenvolver uma metodologia significativa ao estudo proposto. Conforme Gil (2017), a pesquisa científica pode ser compreendida como o [...] procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos. Ela é desenvolvida por um processo constituído de várias fases, desde a formulação do problema até a apresentação e discussão dos resultados. (GIL, 2017, p.17).

Riscos ao(à) Participante da Pesquisa

A possibilidade dos participantes da pesquisa, no momento de suas narrativas se sentirem contrangidos por revelarem experiências pessoais. Do mesmo modo, eles podem se emocionar ao falar de episódios do passado que os fazem reviver situações traumáticas. Caso isso aconteça, nos comprometeremos em ofertar uma escuta psicológica quando necessário.

Benefícios ao(à) Participante da Pesquisa

A possibilidade dos sujeitos usarem o momento das entrevistas para produzirem novas elaborações em torno de suas vivências como discentes no período da pandemia Covid19.

Informação de Contato do Responsável Principal e de Demais Membros da Equipe de Pesquisa

Eloíde Teles Silva Grisi (Responsável Principal pela Pesquisa)
PPGE/UFPB
elogrisi@gmail.com / 83 9 99075339 (whatsApp)

Endereço e Informações de Contato da(o) < nome da instituição >

Universidade Federal da Paraíba – Campus I-CE-Programa de Pós-Graduação em Educação –
PPGE.Cidade Universitária – João Pessoa – Pb – Brasil-CEP: 58051-900 - Telefone:(83) 3216 7140
<http://www.ce.ufpb.br/ppge> - Email: ppge.sec@gmail.com

Endereço e Informações de Contato do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP)/CCS/UFPB

Comitê de Ética em Pesquisa (CEP)
Centro de Ciências da Saúde (1º andar) da Universidade Federal da Paraíba
Campus I – Cidade Universitária / CEP: 58.051-900 – João Pessoa-PB
Telefone: +55 (83) 3216-7791
E-mail: comitedeetica@ccs.ufpb.br
Horário de Funcionamento: de 07h às 12h e de 13h às 16h.
Homepage: <http://www.ccs.ufpb.br/eticaccsufpb>

CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Ao colocar sua assinatura ao final deste documento, **VOCÊ**, de forma voluntária, na qualidade de **PARTICIPANTE** da pesquisa, expressa o seu **consentimento livre e esclarecido** para participar deste estudo e declara que está suficientemente informado(a), de maneira clara e objetiva, acerca da presente investigação. E receberá uma cópia deste **Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)**, assinada pelo(a) Pesquisador(a) Responsável.

Cidade-Sigla do estado, DD de MM de AAAA.

Assinatura, por extenso, do(a) Participante da Pesquisa

Assinatura, por extenso, do(a) Pesquisador(a) Responsável pela pesquisa

Marque com um “X”

- () Aceitar participar da pesquisa online
 () Não aceitar participar da pesquisa online

Em caso de dúvidas, com respeito aos aspectos éticos desta pesquisa, você poderá consultar o CEP e a CONEP:

Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal da Paraíba, Campus I - Cidade Universitária - 1º Andar – CEP 58051-900 – João Pessoa/PB - (83) 3216-7791 – E-mail: eticaccsufpb@hotmail.com. Horário de Funcionamento: 08:00 às 12:00 e das 14:00 às 17:00 horas.

CONEP – Comissão Nacional de Ética em Pesquisa

Endereço: SRTVN 701, Via W 5 Norte, lote D - Edifício PO 700, 3º andar – Bairro Asa

Norte, Brasília-DF – CEP: 70.719-040 – Fone: (61) 3315-5877 – E-mail: conep@saude.gov.br

A Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) é uma comissão do Conselho Nacional de Saúde - CNS, criada através da Resolução 196/96 e com constituição designada pela Resolução 246/97, com a função de implementar as normas e diretrizes regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos, aprovadas pelo Conselho. O Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) é um colegiado interdisciplinar e independente, com “múnus público”, que deve existir nas instituições que realizam pesquisas envolvendo seres humanos no Brasil, criado para defender os interesses dos sujeitos em sua integridade e dignidade para contribuir no desenvolvimento da pesquisa.

ANEXO 3 LEVANTAMENTO DE TESES

Levantamento de dissertações e teses publicadas nos repositórios da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) entre os anos de 2020 e 2024, considerando palavras chaves: COVID-19, Educação Superior, pandemia.

264 resultados para covid19 Exibindo 1-20 de 264 Refinar meus resultados Tipo: 4 opções ☐ Mestrado (Dissertação) 145 ☐ Mestrado Profissional 55	40 resultados para educação sup. pandemia Exibindo 1-20 de 40 Refinar meus resultados Tipo: 3 opções ☐ Mestrado (Dissertação) 15 ☒ Doutorado (Tese) 9 Ano: 3 opções ☐ 2022 17 ☐ 2021 11 ☐ 2023 5	9 resultados para educação sup. pandemia Exibindo 1-20 de 9 Refinar meus resultados Tipo: 1 opções ☒ Doutorado (Tese) 9 Ano: 3 opções ☒ 2022 4 ☒ 2023 3 ☒ 2021 2
--	---	---

9 resultados para educação superior pandemia

Exibindo 1-20 de 9

<< 1 >>

Refinar meus resultados

Tipo: 1 opções

☒ Doutorado (Tese) 9

Ano: 3 opções

☒ 2022 4

☒ 2023 3

☒ 2021 2

Autor: 9 opções

☐ CARLA GUIMARAES FERREIRA 1

☐ DEOSIMAR ANTONIO DAMASIO 1

☐ JORGE BALSAN 1

☐ JUCINEIDE LESSA DE CARVALHO 1

☐ LEONARDO GONCALVES RODRIGUES DA SILVA 1

Orientador: 8 opções

☐ DEISE JULIANA FRANCISCO 1

☐ DEISE MANCEBO 1

1. FERREIRA, CARLA GUIMARAES. **Produtivismo Acadêmico: O Posicionamento Docente Diante dos Órgãos Oficiais de Avaliação e Fomento** 05/11/2023 503 f. Doutorado em POLÍTICAS PÚBLICAS E FORMAÇÃO HUMANA Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, Rio de Janeiro Biblioteca Depositária: https://www.bdt.d.uerj.br:8443/ Detalhes

2. LIMA, MARIA ALDENORA DOS SANTOS. **EDUCAÇÃO BILÍNGUE, DE ESTUDANTES SURDOS NO ENSINO SUPERIOR EM TEMPOS DE PANDEMIA** 31/08/2022 282 f. Doutorado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ, Curitiba Biblioteca Depositária: Campus Rebouças Detalhes

3. SILVA, LEONARDO GONCALVES RODRIGUES DA. **O USO DAS TECNOLOGIAS IMERSIVAS NA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO ENSINO REMOTO DURANTE A PANDEMIA** 22/02/2022 203 f. Doutorado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ, Curitiba Biblioteca Depositária: Biblioteca Central da PUCPR Detalhes

4. BALSAN, JORGE. **O PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM EM TICS DOS PROFESSORES E O MODELO TPACK: UM ESTUDO DE CASO EM UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR DURANTE A PANDEMIA DA COVID 19** 05/11/2023 142 f. Doutorado em Gestão da Informação Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ, Curitiba Biblioteca Depositária: Biblioteca Central da UFPR Detalhes

5. NETO, TATSUO IWATA. **Modelo híbrido na educação superior: os desafios da inovação em uma realidade pós-pandemia de Covid-19** 28/10/2021 278 f. Doutorado em EDUCAÇÃO (CURRÍCULO) Instituição de Ensino: PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO, São Paulo Biblioteca Depositária: PUC-SP Detalhes

6. CARVALHO, JUCINEIDE LESSA DE. **Corpos e Culturas na Educação a Distância: um estudo de caso sobre formação e experiência em duas Instituições Públicas de Ensino Superior na Bahia/Brasil** 07/06/2021 147 f. Doutorado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, Salvador Biblioteca Depositária: www.repositorio.ufba.br , Biblioteca Anísio Teixeira-FACED e Biblioteca Universitária Reitor Macedo Costa - UFBA Detalhes

7. MENEZES, SUZY KAMYLLA DE OLIVEIRA. **SIGNIFICAÇÕES E VIVÊNCIAS SOBRE SAÚDE MENTAL DE MULHERES ESTUDANTES DA EDUCAÇÃO SUPERIOR EM TEMPOS DE PANDEMIA POR COVID-19** 27/11/2022 514 f. Doutorado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS, Maceió Biblioteca Depositária: Repositório da UFAL Detalhes

8. COSTA, RITA DE CÁSSIA MARQUES. **Avaliação das repercussões das ações do apoio pedagógico nas práticas docentes da educação superior do Uninta no estado do Ceará** 18/10/2023 undefined f. Doutorado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ, Fortaleza Biblioteca Depositária: undefined Detalhes

9. DAMASIO, DEOSIMAR ANTONIO. **O impacto das mudanças do ensino presencial para o ensino a distância nos resultados da aprendizagem dos alunos dos cursos de graduação de uma instituição de ensino superior do Distrito Federal no contexto da pandemia do SARS-COV2.** 15/03/2022 292 f. Doutorado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, Brasília Biblioteca Depositária: BCEUnB Detalhes

Instituição: 5 opções

☐ UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ 2

☐ PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO 1

☐ PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ 1

☐ UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA 1

☐ UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO 1

Biblioteca: 5 opções

☐ BCEUnB 1

☐ Biblioteca Central da PUCPR 1

☐ Biblioteca Central da UFPR 1

☐ Campus Rebouças 1

☐ PUC-SP 1

gov.br | **CAPES**

Portal de Periódicos da CAPES

Você tem acesso ao conteúdo gratuito do Portal de Periódicos da CAPES

Acesso CAFe ▼

Acervo > Buscar assunto

Escopo da Busca: Buscar tudo ▼

Qualquer campo ▼ Contém ▼ COVID 19, Educação Superior e pander